



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS
PROGRAMA DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS**

WALTUIR BATISTA MACHADO

**EFETIVIDADES E ENTRAVES DO PRONAF PARA A SEGURANÇA
ALIMENTAR DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO
DE ITAPURANGA – GOIÁS**

GOIÂNIA-GOIÁS
BRASIL
2011

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	WALTUIR BATISTA MACHADO		
E-mail:	waltuir@unifan.edu.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Governo do Estado de Goiás		
Agência de fomento:	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás	Sigla:	FAPEG
País:	Brasil	UF:	GO
		CNPJ:	
Título:	Efetividades e entraves do PRONAF para a segurança alimentar dos agricultores familiares do município de Itapuranga – Goiás		
Palavras-chave:	Políticas Públicas, Segurança alimentar, Agricultura Familiar, PRONAF		
Título em outra língua:			
Palavras-chave em outra língua:			
Área de concentração:	Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	06/10/2011		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em Agronegócio (PPAGRO)		
Orientador (a):	Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida		
E-mail:			
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: 08 /02 /2012

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

WALTUIR BATISTA MACHADO

**EFETIVIDADES E ENTRAVES DO PRONAF PARA A SEGURANÇA
ALIMENTAR DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO
DE ITAPURANGA – GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás – EAEA/ UFG para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa:

Agricultura Familiar e Agronegócio.

Orientador:

Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida.

GOIÂNIA-GOIÁS
BRASIL
2011

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

M149e Machado, Waltuir Batista.
Efetividades e entraves do PRONAF para a segurança alimentar dos agricultores familiares de Itapuranga – Goiás [manuscrito] / Waltuir Batista Machado. - 2011.
119 f. : il., figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manuel de Moraes Camargo Almeida.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Escola de Engenharia de Alimentos, 2011.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas.

Anexos.

1. Políticas Públicas 2. Segurança alimentar 3. Agricultura Familiar 4. PRONAF I. Título.

CDU:631.115.11



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO –
PPAGRO

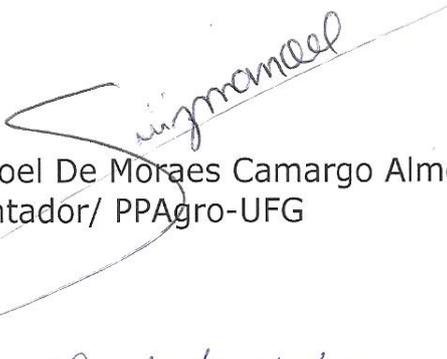
Dissertação de Mestrado

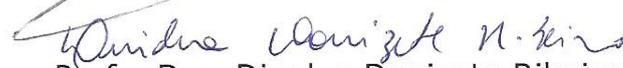
EFETIVIDADES E ENTRAVES DO PRONAF PARA A SEGURANÇA
ALIMENTAR DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE
ITAPURANGA-GOIÁS

Waltuir Batista Machado

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Agronegócio.

Aprovada por:


Prof. Dr. Luiz Manoel De Moraes Camargo Almeida
Orientador/ PPAgro-UFG


Prof. Dra. Dinalva Donizete Ribeiro
Membro externo/ UFG-Jataí


Prof. Dr. Reginaldo Santana Figueiredo
Membro interno/ PPAgro-UFG

Goiânia. 06 de Outubro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que nos momentos de fraqueza, me deu forças para continuar;

À minha querida esposa Elizabett e meus queridos filhos João Luiz e Priscila, que souberam compreender a minha aflição;

Ao Professor Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida por sua orientação dedicada, pela atenção, pela paciência e por ter despertado em mim o interesse pela pesquisa;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio - UFG, em especial ao Prof. Dr. Reginaldo, por me proporcionar a oportunidade de compartilhar uma pequena parte de seus conhecimentos;

Aos professores Dr. Fausto Miziara e Dr^a. Francis Lee, que participaram da banca de qualificação, pelas contribuições para a melhoria do trabalho;

Aos professores Dr. Reginaldo Santana Figueiredo e Dr^a. Dinalva Donizete Ribeiro que aceitaram compor a banca de defesa da dissertação, por suas notáveis contribuições;

Aos meus colegas da turma do mestrado, especialmente ao meu amigo Marcos Valverde, pelo companheirismo;

Aos meus amigos de Itapuranga, pela colaboração e boa vontade no fornecimento de informações;

Ao meu especial amigo, prof. Odilon José de Oliveira Neto, que muito me estimulou para a concretização desse projeto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
METODOLOGIA	16
UNIVERSO EMPÍRICO.....	21
ESTRUTURA DO TRABALHO.....	24
CAPÍTULO I.....	25
1.1 PROCESSO AVALIATÓRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS CONCEPÇÕES	25
1.1.1 Avaliação ex-ante, Avaliação de processo e Avaliação ex-post.	28
1.2 POLÍTICAS AGRÍCOLAS	30
1.3 POLÍTICAS AGRÁRIAS	33
1.4 ELEMENTOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	35
1.5 AGRICULTURA FAMILIAR	38
CAPÍTULO II	43
2.1 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO DO PRONAF NO BRASIL.....	47
2.2 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO DO PRONAF EM GOIÁS.....	49
2.3 PANORAMA GERAL DO PRONAF EM ITAPURANGA.....	52
2.3.1 Evolução do crédito do PRONAF em Itapuranga.....	53
2.3.2 Principais agentes, dificuldades e entraves	54
CAPÍTULO III.....	55
3.1 CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ANÁLISES SOB AS PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	55
3.1.1 Caracterização dos agricultores familiares de Itapuranga.....	55
3.2 ANÁLISES SOB A PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS	66
3.2.1 Características da unidade rural	66
3.2.2 Aspectos ambientais	70
3.2.3 Da avaliação dos beneficiários	74
3.2.4 Segurança alimentar	78
3.2.5 Características sociodemográficas	79
3.2.6 Apoio e proteção social	80
3.2.7 Trabalho e renda familiar	82
3.2.8 Tradição e costume.....	84
3.2.9 Gastos com compras para alimentação dos <i>BPs</i> e <i>NBPs</i>	88
CAPÍTULO IV	89

4. ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA SEGURANÇA ALIMENTAR	89
4.1 Segurança alimentar beneficiários e não beneficiários	89
4.2 Aspectos ambientais	91
4.3 Características sociodemográficas	93
4.4 Apoio e proteção social	94
4.5 Trabalho e renda familiar	94
4.6 Tradição e costume.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS.....	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Microrregião de Ceres	21
Figura 2 - Localização do município de Itapuranga.....	22
Figura 3 – Condição de posse da terra do produtor.....	66
Figura 4 – Distância da propriedade em relação a sede do município.....	67
Figura 5 – Diversificação da produção	67
Figura 6 – Área da propriedade em ha.	68
Figura 7 – Investimentos realizados.....	68
Figura 8 – Reserva legal.....	69
Figura 9 – Autoconsumo	70
Figura 10 – Fontes de abastecimento de água nas propriedades.....	71
Figura 11 – Curva de nível.....	71
Figura 12 – Adubação verde e plantio direto	72
Figura 13 – Rotatividade de culturas.....	73
Figura 14 – Situação de reflorestamento.....	74
Figura 15 – Valor do financiamento	75
Figura 16 – Condição do produtor em relação ao financiamento	76
Figura 17 – Avaliação geral do programa.....	77
Figura 18 – Motivos da não inclusão	78
Figura 19 – Segurança alimentar do produtor.....	79
Figura 20 – Grau de instrução do produtor	80
Figura 21 – Auxílio moradia	81
Figura 22 – Recebimento auxílio moradia	82
Figura 23 – Origem e condição da renda	82
Figura 24 – Situação das compras.....	84
Figura 25 – Associações e cooperativas.....	85
Figura 26 – Sindicato e grupo religioso	86
Figura 27 – Grupos políticos e ambientais.....	87
Figura 28 – Gastos do produtor com alimentação.....	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do crédito Pronaf no Brasil	48
Gráfico 2 - Valores médios por contrato do Pronaf no Brasil, Goiás e Itapuranga	51
Gráfico 3 – Números de estabelecimentos rurais no Brasil, no Centro Oeste e em Goiás	51
Gráfico 4 – Números de pessoas ocupadas no Brasil, no Centro Oeste e em Goiás.....	52
Gráfico 5 – Agricultores familiares de Itapuranga.....	55
Gráfico 6 - Origem da renda dos agricultores de Itapuranga	56
Gráfico 7 – Segurança alimentar	57
Gráfico 8 – Condição da posse de terras dos produtores familiares	57
Gráfico 9 - Proteção social dos produtores familiares	58
Gráfico 10 – Condição da renda até o final do mês	59
Gráfico 11 – Renda agrícola.....	59
Gráfico 12 – Renda total mensal	60
Gráfico 13 – Percentual do autoconsumo	60
Gráfico 14 - Participação de produtores em organizações sociais	61
Gráfico 15 – Práticas ambientais.....	62
Gráfico 16 – Condições de moradia	63
Gráfico 17 - Filhos por domicílio.....	63
Gráfico 18 - Diversificação da produção	64
Gráfico 19 – Escolaridade do chefe da família	65
Gráfico 20 – Segurança alimentar dos produtores	89
Gráfico 21 – Segurança alimentar dos beneficiários e não beneficiários	90
Gráfico 22 – Práticas ambientais.....	91
Gráfico 23 – Práticas ambientais.....	92
Gráfico 24 – Escolaridade do chefe da família	93
Gráfico 25 – Proteção social	94
Gráfico 26 – Renda agrícola.....	95
Gráfico 27 – Renda mensal total	96
Gráfico 28 – Origem da renda familiar	97
Gráfico 29 – Tradição e costume	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar.....	18
Tabela 2 - Valores críticos associados ao grau de confiança na amostra.....	18
Tabela 3 - Crédito Rural do PRONAF – contratos e montante por ano agrícola no Brasil	49
Tabela 4 - Crédito Rural do PRONAF – contratos e montante por ano agrícola em Goiás	50
Tabela 5 - Crédito Rural do PRONAF – contratos e montante por ano agrícola em Itapuranga-Goiás.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Itens das escalas de medida domiciliar da segurança alimentar, versão adaptada para o Brasil	17
Quadro 2 - Categorias e variáveis de análise a serem confrontadas com a EBIA	19
Quadro 3 – Classificação dos agricultores beneficiários de créditos do PRONAF segundo sua renda bruta anual e o montante financiado.....	44
Quadro 4 – Classificação dos agricultores beneficiários de créditos do PRONAF segundo os limites de crédito e taxas de juros	45
Quadro 5 – Classificação dos agricultores beneficiários de créditos do PRONAF por linhas específicas	46

LISTA DE SIGLAS

ACB - Análise Custo Benefício
ACE - Análise Custo Efetividade
AFs – Agricultores Familiares
AGF – Aquisição do Governo Federal
BACEN – Banco Central do Brasil
BB – Banco do Brasil
BC – Banco Central
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPs - beneficiários do PRONAF
CMN – Conselho Monetário Nacional
COOPERAFI – Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
EBIA – Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar
EGF – Empréstimo do Governo Federal
FAO – Food Agriculture Organization
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FNE – Fundo Constitucional do Nordeste
FNO – Fundo Constitucional do Norte
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCR – Manual de Crédito Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NBPs - não beneficiários do PRONAF
ONU – Organizações das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo avaliar os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na segurança alimentar dos agricultores familiares do município de Itapuranga-Goiás. O ponto central da pesquisa partiu do seguinte questionamento: é possível a partir de uma comparação entre os agricultores beneficiários (*BPs*) e os não beneficiários do PRONAF (*NBPs*) verificar os efeitos na cristalização dos elementos de segurança alimentar das famílias pesquisadas, considerando as seguintes hipóteses: o PRONAF propicia inclusão produtiva e social; provoca efeitos nos indicadores socioeconômicos das famílias; contribui significativamente para melhorar os níveis de segurança alimentar dos produtores familiares incluídos no programa. Visando o alcance do objetivo proposto, o estudo perpassou pelas seguintes etapas: (1) apresentou a evolução das políticas públicas para a agricultura familiar e os aspectos institucionais do PRONAF; (2) caracterizou socioeconomicamente os agricultores familiares na região em estudo com recorte no acesso ao PRONAF; (3) analisou comparativamente os produtores *BPs* e *NBPs* para a verificação dos efeitos do PRONAF em elementos de segurança alimentar. Foi utilizada a técnica de análise de comparação de grupos e averiguação de frequências, com base nos dados coletados, considerando as várias variáveis pesquisadas. A amostra foi constituída por 70 produtores, sendo o cálculo amostral definido com valor determinado no grau de confiança de 90%, o erro amostral de 7%, e $p = 0,85$ e $q = 0,15$. As principais variáveis na análise de comparação entre grupos de *BPs* e *NBPs* quanto à questão da segurança alimentar foram: saúde, trabalho, renda, moradia, educação, produção agrícola, práticas ambientais, outras redes de proteção social e, nível de segurança alimentar. Os resultados da pesquisa permitiram verificar que as variáveis, escolaridade, práticas ambientais, proteção social, renda e tradição e costumes há uma relação entre o PRONAF e as mesmas, por outro lado, para as variáveis, saúde e segurança alimentar (fome), não existe relação. Ao fim, destaca-se que os resultados de forma geral sugerem que a segurança alimentar independe da inserção ao PRONAF.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Segurança alimentar, Agricultura Familiar, PRONAF.

ABSTRACT

This work aims to assess the effects of the National Program for the Strengthening of Family Agriculture on food safety of the family agricultures in the municipality of Itapuranga-Goiás. The focus topic of the research was developed from the question: is it possible from a comparison between agricultures who beneficiate and those who do not beneficiate of PRONAF (NBPs) verify the effects on the crystallization of the elements of food security of households surveyed, assuming the hypothesis that: PRONAF provides productive and social inclusion; affects social and economical indicators of the families; relevantly contributes to improve the levels of food safety of the family agricultures in the programme. In order to pursue the presented goal this study has sequentially dealt with the following stages: (1) it presented the evolution of the public policies towards family agriculture and institutional aspects of PRONAF; (2) it described the family agricultures of the region studied under a social and economical perspective focusing on access to PRONAF; (3) it compared the agricultures BPs and NBPs in order to measure the effects of PRONAF on elements of food safety. The technique of comparative analysis of groups and checking frequencies, based on the collected data, considered the many variables researched. The sample was made up of 70 producers and the sample calculation was determined with a fixed value based on the level of reliability of 90%, whereas the sampling error is 7% and $p = 0,85$ and $q = 0,15$. The most important variables in the comparative analysis between BPs and NBPs on the issue of food safety were: health, work, income, housing, schooling, agricultural production, environmental practices, other networks of social protection and the level of food safety. The research results demonstrated that there is a relationship amongst the variables schooling, environmental practices, social protection, income, tradition and habits and PRONAF; on the other hand, there is not such relationship amongst PRONAF and the variables health and food safety. Finally, it is noteworthy that the results, in a general way suggest that food safety does not depend on the participation in PRONAF.

Key-words: *Public Policies, Food Safety, Family Agriculture, PRONAF.*

INTRODUÇÃO

A modernização agrícola e a potencialidade de comercialização da produção agropecuária no mercado externo inserem o agronegócio como setor de destaque na economia brasileira e coloca a agricultura dentro do debate sobre políticas públicas.

Privilegiar os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities* voltadas à exportação visando fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial tem sido a máxima do processo de modernização da agricultura brasileira e de suas respectivas políticas públicas para área rural, em especial a política agrícola (MATTEI, 2006).

O autor coloca ainda que quando observadas as políticas voltadas à produção familiar, os resultados não atendem as perspectivas e demandas necessárias à mesma e, isso se torna mais evidente quando verificados os montantes destinados para esse segmento, que ficou à margem dos benefícios oferecidos pelas políticas agrícolas, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), a Agricultura Familiar representa 84,4% do total de empreendimentos agropecuários em produção, que utilizam 21% das terras cultiváveis, empregam algo em torno de 13 milhões de trabalhadores do campo, responde por 60% da produção de alimentos consumidos no país, e 75% dos empregos do campo são oriundos da agricultura familiar, ou seja, de cada 10 trabalhadores do campo, sete labutam na Agricultura Familiar, que emprega uma média de 15,3 pessoas por cada cem hectares.

Cerca de 40% do valor bruto da produção agropecuária é gerado pela agricultura familiar, que produz 67% do feijão consumido no país, 84% da mandioca e cerca da metade de suínos, leite bovino, milho, aves e ovos (BUAINAIN, 2006).

Dada à importância dos números representativos da produção familiar no contexto da economia brasileira, fica evidente a necessidade de avaliar as políticas públicas voltadas para este segmento, que embora fragilizado economicamente, tem contribuído em muito para a oferta total de alimentos.

Nesse sentido, destaca-se que a avaliação da aplicabilidade, da eficiência e da eficácia² de políticas públicas permite um melhor controle sobre a aplicação dos recursos

² Avaliar a eficácia das políticas consiste em comparar os objetivos traçados e os resultados alcançados, identificando a diferença o que foi previsto e o realizado. É a medida de acordo com os efeitos próprios da

públicos e também o aprimoramento a partir dos entraves³ institucionais e organizacionais identificados.

Com base neste contexto, este trabalho focou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que tem como objetivo a concessão de crédito rural direcionado ao agricultor familiar, tendo como recorte analítico o efeito dessa iniciativa nos elementos de segurança alimentar dos agricultores familiares de Itapuranga – Go.

O PRONAF destina-se a promover o desenvolvimento sustentável do aumento da capacidade produtiva, da geração de empregos, da elevação da renda e da melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Portanto, o crédito do PRONAF deve dar apoio financeiro às atividades agropecuária e não agropecuária, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o emprego da mão-de-obra familiar (MDA, 2009).

Embora o montante de crédito disponibilizado pelo governo federal e a quantidade de famílias beneficiadas tenham aumentado a cada ano, não existe consenso a respeito dos impactos do programa em relação ao crescimento da renda e à melhoria de vida dos agricultores (GUANZIROLI, 2007).

Nas avaliações das políticas públicas para a agricultura, estudos têm sido realizados sobre a quantidade de crédito, o crescimento da renda, deixando uma lacuna no que diz respeito aos efeitos na segurança alimentar dos agricultores familiares.

O Projeto da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (PL nº 6.047/2005) define o conceito de segurança alimentar:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Exposto as considerações anteriores levanta-se a seguinte questão: é possível a partir de uma comparação entre os agricultores beneficiários e os não beneficiários do

política. Essa análise se apóia sobre a focalização dos fatores suscetíveis de explicar a capacidade da política em agir sobre o sistema de exploração local. Portanto, a eficácia é o resultado da interação entre uma intervenção exógena a uma dinâmica social endógena. Uma política pode apresentar resultados diferentes quando aplicada em mais de um local, visto que as diferenças entre as características sócio-demográficas dos beneficiários, dinâmicas socioeconômicas locais, organização das instituições públicas, formação dos servidores, competência dos gestores, entre outros fatores, podem estabelecer interações entre si e influenciar os resultados (PAULILLO; ALMEIDA, 2006; ALMEIDA, 2009).

³ Entraves são filtros institucionais e organizacionais que dificultam a capacidade de operação e de obtenção de recursos dos atores em uma política pública (PAULILLO; ALMEIDA, 2006).

programa, verificar os efeitos na cristalização dos elementos⁴ de segurança alimentar das famílias pesquisadas.

Este questionamento tem como universo empírico de pesquisa o município de Itapuranga, Estado de Goiás, em especial pela representatividade da agricultura familiar, onde mais de 80% dos estabelecimentos rurais pertencem a agricultores familiares e, conseqüentemente, a política creditícia do PRONAF tem grande influência.

Assim sendo, este estudo tem por objetivo geral avaliar a efetividade social⁵ e entraves do PRONAF em elementos da segurança alimentar dos agricultores familiares do município de Itapuranga-Go.

Os objetivos específicos do estudo são:

- Apresentar a evolução das políticas públicas para a agricultura familiar e os aspectos institucionais do PRONAF;
- Caracterizar socioeconomicamente os agricultores familiares na região em estudo com recorte no acesso ao PRONAF;
- Analisar comparativamente os produtores beneficiários e não beneficiários para verificar o impacto do PRONAF em elementos de segurança alimentar tais como: nível de segurança alimentar, saúde, trabalho, renda, moradia, educação, produção agrícola, práticas ambientais, outras redes de proteção social.
- Avaliar os níveis de (in) segurança alimentar entre os beneficiários e os não beneficiários do PRONAF.

Com base nos objetivos, as seguintes hipóteses foram evidenciadas no estudo:

- O PRONAF propicia inclusão produtiva e social?
- O PRONAF provoca efeitos nos indicadores socioeconômicos das famílias?
- O PRONAF contribui significativamente para melhorar os níveis de segurança alimentar dos produtores familiares incluídos no programa?

Os resultados alcançados, diante das hipóteses apresentadas, visam contribuir para a avaliação de políticas públicas, seus programas, principalmente o PRONAF no que tange à segurança alimentar e nutricional dos produtores familiares de Itapuranga, sua importância para o município e a abrangência do programa no tocante às variáveis econômicas, sociais e ambientais.

⁴Elementos de segurança alimentar tratados de maneira ampla envolvem variáveis e/ou indicadores econômicos, sociais, culturais, ambientais e autoconsumo.

⁵Os impactos que as políticas públicas têm nas comunidades, para as quais são destinadas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se quanto ao objetivo como descritiva, utilizando-se de abordagens qualitativas e quantitativas. Inicialmente foi realizado um embasamento teórico onde prevaleceu uma investigação bibliográfica ampla sobre a temática em estudo, principalmente se valendo de artigos científicos, teses, dissertações e obras especializadas, visando essencialmente uma fundamentação que permitisse uma discussão expressiva sobre relação entre as políticas públicas voltadas a agricultura familiar e as condições técnicas da segurança alimentar avaliada.

A pesquisa foi realizada no Município de Itapuranga, Estado de Goiás, no período de janeiro a março de 2011. Participaram da amostra os agricultores familiares beneficiários e não beneficiários do PRONAF. As entrevistas foram realizadas *in loco*, mais precisamente, nos respectivos domicílios dos produtores familiares. Destaca-se que a definição pelo domicílio a ser pesquisado foi aleatória simples, ou seja, por sorteio.

Para avaliação da associação entre o PRONAF e a segurança alimentar dos agricultores, foram utilizados instrumentos de coleta de dados e informações, através de questionário (Anexo – 1) e entrevista estruturada. O desenvolvimento do trabalho apoiou-se na análise qualitativa e quantitativa dos dados provenientes da pesquisa de campo e da respectiva aplicação do questionário e entrevistas, através da metodologia “*Rede Alimentar*”⁶ constituída pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde encontra-se inserida a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA).

A EBIA é um método constituído para mensurar o nível de segurança alimentar dos agricultores familiares, que objetiva a captação de distintas dimensões da Insegurança Alimentar (IA), desde o receio de sofrer a privação alimentar no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, limitação da qualidade de alimentos consumidos, até o nível mais grave de fome já atingido. Em especial, a EBIA é aplicada com base em um questionário objetivo (questões fechadas) e o mesmo justaposto diretamente a uma pessoa da família, qualificada como principal responsável pela colocação dos alimentos no domicílio (SEGALL-CORRÊA *et al*, 2008).

A estrutura da EBIA consta de 15 perguntas (Quadro 1), constituída de parâmetros que permitem avaliar a segurança alimentar e classificar os domicílios em quatro níveis: com Segurança Alimentar: quando não há restrição alimentar de qualquer natureza,

⁶ A metodologia engloba a EBIA e as variáveis de domicílio, renda, trabalho, saúde, práticas ambientais.

nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro; com Insegurança Alimentar Leve: quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, portanto, risco para a sustentabilidade e, ainda, comprometimento da qualidade da dieta; com Insegurança Alimentar Moderada: quando aparecem restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas; e com Insegurança Alimentar Grave: quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, tanto para a alimentação de adultos, como das crianças.

O quadro 1 apresenta as perguntas expostas ao produtor(a) responsável pelo domicílio.

Quadro 1 - Itens das escalas de medida domiciliar da segurança alimentar, versão adaptada para o Brasil

Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que Sra.(Sr.) tivesse condição de comprar mais comida?
Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que a(o) Sra.(Sr.) tivesse dinheiro para comprar mais?
Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?
Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro o suficiente para comprar comida?
Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?
Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar os moradores com menos de 18 anos, porque o dinheiro acabou?
Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) não pode oferecer a algum morador com menos de 18 anos, uma alimentação saudável e variada, porque não tinha dinheiro?
Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos não comeu em quantidade suficiente, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) alguma vez, diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?
Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos teve fome, mas a(o) Sra.(Sr.) simplesmente não podia comprar mais comida?
Nos últimos 3 meses, alguma vez algum morador com menos de 18 anos deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos ficou sem comer por um dia inteiro, porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: SEGALL-CORREA; MARIN-LEON, (2009).

Na Tabela 1 são organizados os intervalos de pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar com os respectivos pontos de corte a serem observados. Ressalta-se que as pontuações para domicílios com crianças são diferentes daquelas usadas para classificar os domicílios onde residem somente adultos (SEGALL-CORREA; MARIN-LEON, 2009).

Tabela 1 - Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar

CATEGORIA	NÚMERO DE PONTOS	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1 a 5	1 a 3
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 10	4 a 6
Insegurança Alimentar Grave	11 a 15	7 a 8

Fonte: SEGALL-CORREA; SALLES-COSTA, (2008).

Nesta pesquisa a amostra dos produtores que acessaram e não acessaram regularmente o PRONAF foi definida com base na equação da proporção populacional, a seguir:

$$n = \frac{[Z_{\alpha/2}]^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{E^2}$$

Onde:

n = Número de valores de uma amostra.

$Z_{\alpha/2}$ = Escore Z crítico com base no nível de confiança desejado (conforme tabela 2).

p = Proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria que se interessa em estudar.

$q = (1 - p)$ Proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria que se interessa em estudar.

E = Margem de erro desejada. (erro máximo da estimativa).

Em seguida, a Tabela 2 expõe particularidades sobre o grau de confiança da amostra e seus respectivos valores críticos.

Tabela 2 - Valores críticos associados ao grau de confiança na amostra

Nível de Confiança	α	Valor Crítico $Z_{\alpha/2}$
90%	0,10	1,645
95%	0,05	1,96
99%	0,01	2,575

Fonte: TRIOLA, 2008.

O cálculo foi efetuado com valor determinado no grau de confiança de 90% (Tabela 2), o erro amostral de 7%, e $p = 0,85$ e $q = 0,15$. Assim, obteve-se uma amostra de 70 famílias.

Para diagnosticar os efeitos do PRONAF nos elementos de segurança alimentar dos beneficiários e não beneficiários, foi utilizada a técnica de análise de comparação de grupos e averiguação de frequências, com base nos dados coletados, considerando várias variáveis do Quadro 2. Os dados foram classificados em tabelas *Microsoft Excel* e tabulados pelo *Software SPSS*⁷.

Quadro 2 - Categorias e variáveis de análise a serem confrontadas com a EBIA

Investigação	Classificação	Categorias/Variáveis de análise
Parte 1	Beneficiários Não beneficiários	Características socioeconômicas e sociodemográficas: a) Renda familiar b) Saúde c) Situação de trabalho d) Escolaridade e) Perfil alimentar f) Produção agrícola g) Práticas ambientais h) Autoconsumo i) Situação domiciliar j) Outras redes de proteção social
Parte 2	Segurança Alimentar Insegurança Alimentar	Acesso ao PRONAF: a) Beneficiários b) Não beneficiários Características socioeconômicas e sociodemográficas: a) Renda familiar b) Saúde c) Situação de trabalho d) Escolaridade e) Perfil alimentar f) Produção agrícola g) Práticas ambientais h) Autoconsumo i) Situação domiciliar j) Outras redes de proteção social

Fonte: Elaborado pelo autor, 2010.

Em um primeiro momento (Investigação / Parte – 1), a interseção e avaliação dos dados referentes à comparação de grupos beneficiários e não beneficiários com as

⁷ Statistical Package for Social Sciences

variáveis socioeconômicas e sociodemográficas, permitiu avaliar os efeitos do PRONAF nas respectivas variáveis de análise expostas no quadro 2.

Em seguida, a comparação entre grupos com segurança alimentar e insegurança alimentar foi avaliada a partir da categorização em beneficiários e não beneficiários do PRONAF, seguido da análise das variáveis socioeconômicas e sociodemográficas, permitindo assim, uma discussão mais aprofundada dos efeitos do benefício (PRONAF) nas condições de segurança alimentar e suas respectivas características relacionadas às variáveis de análise expostas no quadro 2.

Com base nos resultados e análise dos dados pode-se avaliar com maior precisão os efeitos da relação entre o acesso ao PRONAF e às condições de segurança alimentar, o que condiz com os objetivos propostos pelo estudo e subsidiam as considerações finais da pesquisa.

UNIVERSO EMPÍRICO

Itapuranga é um município goiano localizado na Região Noroeste do Estado a 160 quilômetros de Goiânia, na mesorregião Centro Goiano⁸ e microrregião de Ceres, localização também denominada por Vale do São Patrício. Possui uma área de 1.277,160 Km² que representa 0,3755% da área total de Goiás, situado a 651 m de altitude. Sua população é de 25.170 habitantes e atualmente é composto pelos distritos de Diolândia, Cibele e os aglomerados de Lages e Vila São José (GOIÁS, 2010a). A seguir a figura 1 apresenta a microrregião de Ceres.

Figura 1 - Microrregião de Ceres



Fonte: IBGE, 2010.

A origem desta povoação data de 1933, quando os frades dominicanos, sediados na cidade de Goiás, requereram do Estado um título de posse de um lote de terras devolutas, situadas à margem esquerda do Ribeirão Canastra, para a formação de um patrimônio (GOIÁS, 2010a).

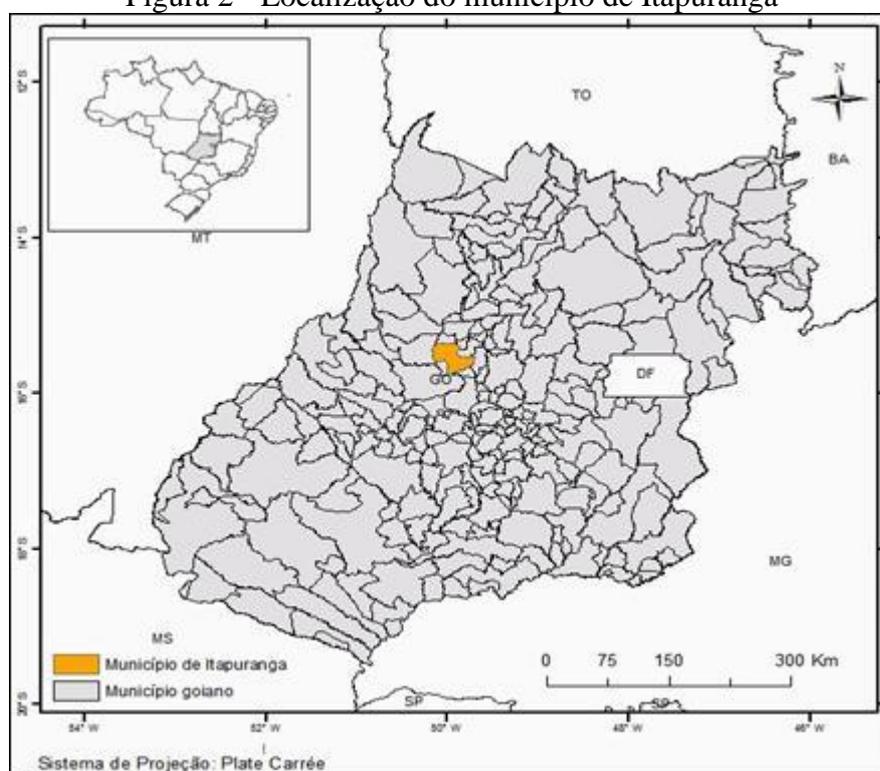
Distrito criado com a denominação de Xixá, pelo decreto-lei estadual nº 8305, de 31-12-1943, subordinado ao município de Goiás. Em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto nº

⁸ A mesorregião do Centro Goiano compreende a união de 82 municípios das cinco microrregiões de Anápolis, Anicuns, Ceres, Goiânia e Iporá.

8305, passou à categoria de Vila (distrito), instalada solenemente em 19 de março de 1944. Elevado à categoria de município pela lei estadual nº 748, de 03/07/1953, com a denominação de Itapuranga, que em tupi significa “pedra vermelha” e sua instalação ocorreu em 01-01-1954 (GOIÁS, 2010a).

A vegetação do município de Itapuranga é em sua maioria formada por cerrado, com presença de matas naturais. Tem boa oferta de água para a atividade agrícola, com solo de boa qualidade, o município é cortado pelos rios Uru, Canastra, Verde, Areias e Santana. A seguir, a figura 2 apresenta a localização geográfica do município de Itapuranga.

Figura 2 - Localização do município de Itapuranga



Fonte: IBGE, 2010.

A agricultura familiar é predominante dentre os estabelecimentos rurais do município de Itapuranga, pois, segundo dados do IBGE (2010), 85% das propriedades existentes no município pertencem a famílias classificadas como agricultores familiares.

Segundo Matos (2007) até o fim da década de 1980, essas famílias produziam de forma bem diversificada, trabalhando com lavouras de arroz, feijão e milho, com a finalidade de abastecer a unidade familiar e comercializar seus excedentes. Para a implantação de novas áreas agrícolas, eram feitas as derrubadas das florestas que em seguida eram

queimadas, dando lugar às plantações de arroz através do plantio direto que após um ou dois anos, o arroz dava lugar às culturas de milho e feijão. Assim em Itapuranga,

O sistema de produção desenvolvido pelos agricultores familiares que se estabeleceram em Itapuranga esteve orientado para a diversificação produtiva, visando atender as necessidades alimentares do grupo familiar e a comercialização de excedentes. Assim, de acordo com os relatos históricos, os sistemas de cultivo consideravam a produção de arroz, milho, feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, algodão, amendoim, frutas nos quintais, como também as hortas. Esses cultivos diversificados de gêneros alimentícios já eram conhecidos dos agricultores, uma vez que as técnicas de produção eram passadas entre as gerações. Os sistemas de criação de animais domésticos, para uso nos serviços, na alimentação ou na complementação da renda familiar, também fazia parte da composição dos sistemas de produção (MATOS, 2007, p. 34).

Por meio dos estímulos provenientes da política de modernização da agricultura, do crédito rural para aquisição de insumos, máquinas agrícolas e serviços de assistência técnica de extensão rural, num momento favorável de mercado, os agricultores familiares de Itapuranga direcionaram sua produção para os sistemas de produção diversificados até a primeira metade da década de 1980. Todavia, os custos de produção aumentavam, pois os financiamentos se tornavam mais onerosos e restritivos. A dificuldade no cultivo de lavouras tradicionais em pequenas propriedades, em razão da baixa rentabilidade, das dívidas bancárias e do aumento dos custos de produção, motivou os produtores de Itapuranga a procurar por novas alternativas mais produtivas (MATOS, 2007).

No início da década de 1990, para enfrentar à crise que gerou uma baixa nos preços dos produtos agrícolas, os produtores passaram a desenvolver sistemas de produção especializados na fruticultura e na criação de bovinos de leite. O adequado desempenho da atividade frutífera, bem como as atraentes perspectivas de comercialização, fez com que um grande contingente de agricultores aderisse a tal cultivo. Mas, somente aqueles que investiram em tecnologia e orientação técnica obtiveram algum sucesso (CAMPOS, 2008).

Houve, então, a necessidade da incorporação de novas técnicas, de novas culturas e a modernização do sistema de produção agrícola. Os produtos hortícolas eram uma alternativa encontrada pelos agricultores de Itapuranga, estes produtos exigiram técnicas modernas, especialização de mão-de-obra, para atender a um mercado mais exigente e conseqüentemente a incorporação de renda, advindo desse sistema de produção. O alto grau de especialização desses agricultores, destacado por Caume (1997), pode ser verificado pela baixa participação do autoconsumo na formação da renda familiar. Sendo que,

Os produtores familiares praticantes desse sistema são mais receptivos às demandas do mercado, apresentando, em decorrência, uma busca permanente de inserção no padrão tecnológico exigido, visando redução de custos relativos e maiores produtividades. (...) Por sua vez, fazem uso do sistema de irrigação, facilitado pelo leve declive natural do terreno e pela existência de água em abundância, o que viabiliza o cultivo de produtos hortícolas durante o ano todo (CAUME, 1997, p. 50-51).

A seguir apresenta-se a organização estruturada da dissertação e seus respectivos capítulos e características.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Com o intento de construir um conhecimento sobre as implicações do PRONAF para a segurança alimentar dos agricultores familiares de região pesquisada e com a finalidade de atingir o objetivo proposto pela pesquisa, essa dissertação foi organizada em quatro capítulos.

No capítulo I, o embasamento teórico parte da discussão sobre o processo avaliatório das políticas públicas e suas concepções, seguido dos elementos de segurança alimentar e as definições sobre agricultura familiar.

O capítulo II trata especificamente do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sua definição, objetivos, enquadramentos, históricos e evolução.

O capítulo III apresenta as características relacionadas aos produtores familiares de Itapuranga – Goiás e sua classificação quanto ao acesso ao PRONAF, comparando os grupos dos *BPs* e *NBPs*.

No capítulo IV destaca a exposição e análise dos resultados da pesquisa, com ênfase na verificação dos efeitos do PRONAF nas condições de segurança alimentar, com atenção especial para comparação dos grupos e avaliação de frequência dos resultados obtidos. Em seguida exibem-se as considerações finais, relacionando as conclusões retiradas do estudo com os objetivos propostos pelo mesmo, colocando as possibilidades para avanço de futuras pesquisas relacionadas ao problema estudado.

CAPÍTULO I

1.1 PROCESSO AVALIATIVO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS CONCEPÇÕES

Os termos *polity*, *politics* e *policy* são utilizados para mencionar ao que na língua portuguesa é chamada de política pública, a palavra política (*polity*) é empregada para se referir à organização política de um grupo, de um governo ou de uma sociedade organizada, quanto à palavra política (*politics*) é um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução dos conflitos quanto aos bens públicos e política pública (*policy*) são as soluções da atividade política e compreendem o conjunto de decisões e ações (CAVALCANTI, 2007).

Segundo Bazua e Valenti (1993), política (*politics*) se refere ao discurso político que está por trás da política pública (*policy*), que é o discurso técnico, da política pública (*public policy*) e está relacionado com a maneira como se podem alcançar os fins ou objetivos do Estado. Segundo os autores:

[...] *policy* designa la dimensión técnica de toda decisión social, en tanto discursivamente distinta de la dimensión política. Modélicamente, la dimensión técnica está concernida sobre todo con el calculo prospectivo implicado en la decisión, con lo que Weber llamó racionalidad formal; mientras que la dimensión política lo está sobre todo con la evaluación valorativa de la misma, con lo que Weber llamó racionalidad material (BAZUA e VALENTI, 1993, p. 32).

Também mencionam a extensão do uso do termo de política pública e afirmam que “La noción de *policy* tiene una larga historia em la cultura occidental. Probablemente su primer uso más o menos sistemático se llevó a cabo em el campo de la ciencia económica, en la famosa investigación de la naturaleza y causas de la Riqueza de las Naciones de Adam Smith, publicada en 1776” (BAZUA e VALENTI, 1993, p. 32).

Nas últimas décadas houve um crescimento pelo interesse de pesquisas sobre políticas públicas. Segundo Souza:

Não existem dúvidas sobre o crescimento da área de políticas públicas na pesquisa acadêmica que se realiza atualmente no Brasil. Várias áreas de conhecimento, e não só da ciência política, vêm realizando pesquisas sobre o que o governo faz ou deixa. Portanto, a academia, juntamente com os órgãos governamentais e centros de pesquisa, estes últimos com tradição mais antiga na área, têm ampliado sua presença nos estudos sobre políticas públicas (SOUZA, 2003, p. 15).

Políticas públicas podem ser conceituadas como todas as ações de governo, partilhadas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio Estado e em atividades de regulação de outros agentes econômicos, também como conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais pautadas no interesse público. As políticas públicas derivam do poder público que as formaliza, as legitima, as implementa e as controla (ALMEIDA, 2008).

De acordo com Souza (2006, p. 26) pode-se resumir política pública como:

(...) o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Ainda, na visão da autora acima, definições de políticas públicas levam nosso olhar para os embates em torno dos interesses, preferências e ideias. As definições sobre políticas públicas são variadas, como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, ou também “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”, além disso, de que decisões e análises sobre política pública aludem às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. Daí as políticas quando formuladas desdobram-se em planos, programas, projetos e quando são implementadas necessitam de acompanhamento e avaliação.

Por outro lado, avaliar política pública vai além da ideia de que consiste de um instrumental para melhorar ou corrigir investidas da gestão governamental, mais que isso, mostra-se como uma ferramenta facilitadora da transparência das ações dos governantes. Analisar tais políticas focalizando apenas em suas metas e resultados quantificados pode incorrer em apreciação parcial de seu valor, deste modo tal procedimento deve sempre levar em consideração o aspecto qualitativo do resultado alcançado. Assim, eficiência, eficácia e entaves são conceitos consideráveis, pois, promovem a interpretação conjunta, com vistas à correlação de etapas distintas da política pública, sendo elas: planejamento, desenvolvimento e execução (ALMEIDA, 2008). A avaliação de política pública também:

(...) não é simplesmente um instrumento de aperfeiçoamento ou redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, mas especialmente, uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais. Também não

podemos restringir a avaliação de políticas públicas apenas à aferição de suas metas quantitativas, mas devemos nos reportar à qualidade do resultado atingido. É dessa forma que os conceitos de eficiência, eficácia e impacto se revelam importantes, ao subsidiarem a tradução da avaliação do planejamento, do desenvolvimento e da execução da política pública como um todo (ALMEIDA, 2008, p. 49).

Na mesma direção e destacando a dimensão da avaliação, Cohen e Franco (2002, p. 73) enfatizam,

A avaliação não deve ser concebida como uma atividade isolada e autossuficiente. Ela faz parte do processo de planejamento da política social, gerando uma retroalimentação que permite escolher entre diversos projetos de acordo com sua eficácia e eficiência. Também analisa os resultados obtidos por esses projetos, criando a possibilidade de retificar as ações e reorientá-las em direção ao fim postulado.

Nas palavras de Garcia (2001, p. 31), que ressalta a importância de se encontrar um valor e compará-lo com o padrão desejado,

Avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos.

Ainda segundo Garcia (2001, p. 32) “as avaliações são úteis quando requerem juízos de valor que melhor orientam o curso das ações. Por isso, têm que ser ágeis, presentes, e continuamente iluminar a implementação e os objetivos, que podem se defasar, sendo necessário criticá-los e mudá-los”.

As políticas públicas segundo Cavalcanti (2007) podem ser implementadas por atores do setor público, atores do setor privado e por atores de organizações não governamentais. Nesse sentido Enriquez e Roca Ruiz (2001, p. 09) afirmam que,

Se habla de política para referirse a un conjunto muy amplio de actividades relacionadas con los mecanismos que una sociedad utiliza para regular los asuntos públicos; en un sentido esto equivale a hablar del estado, de su configuración, de la competencia entre partidos para ocupar su dirección o, entre otras muchas cosas, de las políticas estatales como conjunto de medidas que ese Estado pone en marcha. En un sentido mas amplio, encontramos la política en casi todos los aspectos de la vida social, puesto que vivimos en sociedades en las que la presencia del estado es muy fuerte, mucho más que en siglos pasados, sociedades muy reguladas por normas legales (aprobadas por un gobierno o un palamento, frutos de la competencia entre partidos) y cuya economía no podría sostenerse sin la actividad ordenadora, fiscalizadora e inversora del estado.

Dando continuidade, é possível inferir os tipos de avaliação em função do momento em que se realiza a avaliação.

1.1.1 Avaliação ex-ante, Avaliação de processo e Avaliação ex-post.

Ex-ante é a avaliação realizada antes do início do programa e tem como objetivo verificar os critérios racionais para a tomada de decisão escolhendo as alternativas entre implantar ou não implantar o projeto e permite também ordená-lo segundo sua eficiência (COHEN e FRANCO, 2002).

Ainda, segundo os autores, a análise custo benefício (ACB) é a mais adequada para projetos econômicos e a análise custo efetividade (ACE) para a avaliação de projetos sociais, pois, em sua maioria os impactos não podem ser valorizados em moedas.

Para Tenório (2000) antes de o projeto ser colocado em execução, deve-se efetuar a análise de custo-benefício, para verificar sua viabilidade que,

[...] é um conjunto de atividades que tem por objetivo principal avaliar previamente o projeto que se pretende implantar, permitindo que a comunidade verifique antes mesmo de começar a desenvolver um determinado projeto, se será possível realizá-lo totalmente, tendo como ponto de partida o que foi inicialmente planejado (TENÓRIO, 2000, p. 22-23)

Após a análise da avaliação que ocorre antes da implantação do projeto, tratar-se-á da avaliação que ocorre durante a execução do projeto.

Já, avaliação realizada durante a implementação do programa (avaliação de processo), procura detectar as dificuldades que ocorrem durante a execução do projeto e mede o seu desempenho. Segundo Faria (1998, p. 45) tem por finalidade,

[...] acompanhar, observar e testar o desempenho do programa para aprimorá-lo. Este acompanhamento inclui o diagnóstico, das eventuais falhas dos instrumentos, procedimentos, conteúdos e métodos, bem como adequação do público-alvo e do impacto do programa, aumentando sua adequação aos seus objetivos e metas.

No mesmo raciocínio Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 112), concordam que a estimativa que ocorre durante a implementação é denominada avaliação de processo e seu “objetivo avaliativo aqui é acompanhar e aferir se os propósitos, estratégias e execução do programa estão sendo realizados segundo as definições previamente estabelecidas”.

Ainda segundo os autores acima, o modelo empregado para a comparação do sucesso ou fracasso do programa consiste em aferir se a diferença entre a meta atingida e a programada está dentro de limites toleráveis.

Já, para Cohen e Franco (2002, p. 109) a avaliação durante a realização do processo é uma das fases da avaliação *ex-post* e na opinião dos autores a avaliação de processo, [...] “procura detectar as dificuldades que ocorrem na programação, administração e controle, etc., para serem corrigidas oportunamente, diminuindo os custos derivados da eficiência”.

Nas avaliações durante o processo é necessário o monitoramento das ações implementadas, portanto,

O monitoramento requer a produção sistemática e automatizada de informações relevantes, precisas, sintéticas. Informações oportunas para se lidar com cada processo particular, com as peculiaridades que lhe são próprias. Essas informações existirão apenas quando a ação tiver sido desenhada e programada de forma a permitir que se cumpra a exigência de produzir informações apropriadas e a um ritmo adequado à tomada de decisões (GARCIA, 2001, p. 34).

Nas palavras de Garcia (2001) deve-se tomar o devido cuidado com ações a serem monitoradas, pois,

Somente problemas bem definidos e ações bem desenhadas e programadas, ambos identificados por precisos e detalhados indicadores, são passíveis de monitoramento, podendo ser avaliados de forma conseqüente e oportuna. Do contrário, o que existirá serão apenas tentativas de acompanhamento e avaliações superficiais sob a forma de relatórios não orientados para a tomada de decisão, produzidos com enormes lapsos de tempo, sem nenhuma sintonia com os processos reais exigentes da atenção e intervenção dos gerentes de programas e dos condutores do plano (GARCIA 2001, p. 33)

Dando continuidade as análises, avaliação após o término do programa é denominada *ex-post*, para Cohen e Franco (2002), se a avaliação é efetuada ao final do projeto é também denominada de impacto.

Concordando com essa definição Figueiredo e Figueiredo (1986) assinalam que avaliação que ocorre ao final de um programa é denominada de impacto, e que,

Uma mesma política pode causar impactos objetivos, gerando mudanças quantitativas nas condições da população-alvo, pode ainda gerar impactos subjetivos alterando o "estado de espírito" da população, e, finalmente, pode causar um impacto substantivo mudando qualitativamente as condições de vida da população (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 2002, p. 116).

Existe a necessidade de avaliar as políticas públicas para a verificação dos resultados alcançados, assim,

[...] é necessário e factível avaliar as políticas sociais, no sentido de medir os resultados das ações realizadas. Mesmo os mais abstratos enunciados de política só podem ser postos em prática mediante sua operacionalização em programas e projetos que são modelados em ações concretas, sendo sempre possível (e necessário) avaliar se alcançaram os objetivos que poderiam obter (COHEN e FRANCO 2002, p. 16).

Na sequência serão tratados os itens sobre políticas agrícolas e políticas agrárias.

1.2 POLÍTICAS AGRÍCOLAS

Ação da política pública que integra o comportamento conjuntural (de curto prazo) dos agricultores e dos mercados agropecuários, bem como os fatores estruturais que determinam seu comportamento (de longo prazo), englobando tanto políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), como políticas estruturais (fiscal, de pesquisa, de infraestrutura, de recursos naturais e meio ambientes). Diante disso, ressalta-se que a política agrícola é aquela que regulariza as relações de preços de produtos e de fatores de produção (DELGADO, 2001).

Na argumentação de Caume (2003), onde ressalta que o regime militar instaurado em 1964, deu operacionalidade a um modelo de desenvolvimento agrícola e agrário que visou modernizar a agricultura brasileira, através de uma política agrícola centralizada na concessão de abundantes subsídios transformando o obsoleto latifúndio tradicional em modernas empresas rurais que assumiam a missão de aumentar nossas exportações agrícolas, financiando desse modo o processo de industrialização do país via substituição de importações.

Ao observar a questão legal salienta-se que a Lei nº. 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola, regula que “entende-se por atividade agrícola a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais”.

Enquanto isso, o Art. 187 da Constituição Federal de 1988, dispõe que a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do

setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta especialmente:

- os instrumentos creditícios e fiscais;
- os prazos compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
- o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- a assistência técnica e extensão rural;
- o seguro agrícola;
- o cooperativismo;
- a eletrificação rural e irrigação e finalmente;
- a habitação para o trabalhador rural.

Portanto, a adoção de alguns programas de apoio à agricultura familiar, principalmente os de créditos, as garantias de preços e o estímulo ao associativismo são formas de ampliar a participação dos pequenos produtores no mercado fornecedor (MALUF, 2001).

Assim sendo, a necessidade de obter alimentação abundante e barata levou o governo a estimular a expansão da agricultura por meio de um ritmo de progresso tecnológico acelerado. Nos anos 60 era comum a queda brusca de preços e as políticas agrícolas passaram a combater a instabilidade e a incerteza, procurando compatibilizar a necessidade de reduzir os preços alimentares ao consumidor com a necessidade de um aceitável nível de vida aos produtores (VEIGA, 1991).

Somado a isso, surge a política de garantia de preços mínimos (PGPM) como praticamente único instrumento da política de comercialização que tem sido insuficiente para promover a regulação dos mercados, através da formação de estoques, para atender programas especiais (como os de segurança alimentar) e enfrentar situações emergenciais (MALUF, 2001).

A PGPM tem como base legal o Decreto Lei nº. 79 de 19 de dezembro de 1966, que disciplinou o uso de duas ferramentas operacionais na PGPM: o empréstimo do governo federal (EGF) e a aquisição do governo federal (AGF). Como crédito de comercialização, o EGF é oferecido em duas formas: empréstimo do governo federal com opção de venda (EGF/COV) e sem opção de venda (EGF/SOV). Os preços mínimos são fixados através de decreto presidencial, após a aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN) (OSAKI e BATALHA, 2009).

Por outro lado o desafio das políticas de produção é o de combinar a ampliação da disponibilidade interna de alimentos ao seu barateamento em relação à renda familiar, com a garantia de renda aos pequenos e médios agricultores e a geração de recursos via exportação. A geração de novas oportunidades de trabalho, com recuperação real dos salários é o instrumento principal de ampliação do acesso aos alimentos com redução do peso desses gastos na renda total das famílias⁹ (MALUF, 2001).

Neste sentido, e como forma de ampliar o acesso aos alimentos foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de política pública, em 02 de julho de 2003, pela Lei 10.696/2003, que em seu Art. 19 apresenta a seguinte redação, “Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos”.

Sobre isso, Schmitt (2005) dispõe que:

Os recursos investidos pelo Estado na aquisição de alimentos passam a gerar resultados econômicos e sociais importantes, ao serem canalizados para ações emergenciais e estruturantes no campo da segurança alimentar e do abastecimento, perpassando os diferentes níveis de intervenção governamental previstos na proposta original do Programa Fome Zero: (i) o das chamadas políticas estruturantes, ao atuar enquanto um instrumento de sustentação de preços e garantia de renda aos produtores familiares; (ii) o das políticas específicas, ao garantir a manutenção de estoques de segurança e o atendimento a programas específicos, como, por exemplo, a distribuição de cestas de alimentos a comunidades indígenas, quilombolas, atingidos por barragens e populações em situação emergencial; (iii) o das políticas locais, ao propiciar, por meio do mecanismo de compra com doação simultânea, o atendimento a creches, escolas, restaurantes populares, bancos de alimentos e outros programas sociais (SCHMITT, 2005, p. 84).

Dando sequência à discussão, destaca-se que a intervenção do Estado na agricultura tem uma longa tradição, seja nos países desenvolvidos, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, com o objetivo de regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores e estímulo à produção doméstica, de modo que o abastecimento alimentar não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados (DELGADO, 2001).

O autor destaca ainda que, enquanto isso, nos países em desenvolvimento, com os projetos de industrialização houve o deslocamento de recursos para o financiamento da

⁹ Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE, referente a 1996, os gastos com alimentação representaram 32,8% da despesa total das famílias até dois salários mínimos, 33,4% na faixa entre dois e três salários mínimos. A média para todas as faixas de renda foi de 16,6%.

industrialização e da produção de alimentos mais baratos, mesmo que por meio do controle de preços. A dependência em relação à natureza torna a atividade agrícola incerta e imprevisível do ponto de vista econômico, e esta dependência faz o tempo da produção ser superior ao tempo do trabalho¹⁰, afetando sensivelmente a agricultura.

Após as definições e discussões sobre políticas agrícolas, segue o item sobre políticas agrárias que completa o debate sobre políticas públicas.

1.3 POLÍTICAS AGRÁRIAS

As políticas agrárias caracterizam-se como, políticas estruturais que visam aumentar o acesso a terra com intervenção direta em estruturas existentes, objetiva a transformação ou regularização nas regiões onde as terras já foram apropriadas (política de reforma agrária) e influencia no processo de ocupação de novas terras, como fronteiras agrícolas (políticas de colonização). A política agrária é um instrumento indispensável no processo de desenvolvimento rural¹¹ sustentado e não apenas de desenvolvimento agrícola¹² (DELGADO, 2001).

Somado a isso, compreende-se que a política agrária está baseada na percepção de que a propriedade e a posse da terra são fatores especiais que condicionam a estrutura da produção agrícola, a condição de reprodução de grupos sociais distintos e as relações de poder no campo, determinam a distribuição de riqueza e da renda entre os diferentes tipos de agricultores que coexistem no meio rural. É importante observar o relacionamento entre as políticas agrícolas e agrárias, em harmonia com a organização da produção no campo; A política agrícola traz sempre implícita uma política agrária e os objetivos e instrumentos utilizados pela política agrícola influenciam a estrutura fundiária.

No entanto antes de 1964, a reforma agrária formava uma das pilastras do projeto desenvolvimentista. Considerava-se a distribuição de terras um pré-requisito ao desenvolvimento econômico do país, mas o governo militar encarregou-se de apontar o contrário, ficando evidente que o desenvolvimento capitalista podia prescindir de distribuição de terras. A distribuição de riqueza que resultaria da reforma agrária não era condição para a

¹⁰ Tempo necessário para que um produto agrícola, uma vez plantado, se desenvolva e esteja em condições de ser colhido é usualmente maior do que o tempo de trabalho despendido na produção.

¹¹ Processo de crescimento setorial que é acompanhado por melhorias significativas no nível e na distribuição da renda e pela preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

¹² É o crescimento do produto e da produtividade agrícolas.

retomada do crescimento. O que se podia esperar desse tipo de programa eram os impactos produtivo e o distributivo (VEIGA, 1991).

A ênfase do debate nos países em desenvolvimento, principalmente os da América Latina, sobre as políticas públicas, relacionadas aos processos de modernização da agricultura a partir de 1960, excluíram a produção familiar da estratégia de dinamização da economia, particularmente pela insuficiência de programas de reforma agrária, de assistência técnica e de crédito, o que deixou este segmento às margens do crescimento econômico, com incentivo ao latifúndio que resultou na concentração de capital no campo e o consequente êxodo rural (GUANZIROLI *et. al.*, 2001).

Desta forma, as políticas públicas de reforma agrária e suas definições e seus objetivos retirados do art. 1º e art. 5º do Estatuto da Terra de 1964 respectivamente, coloca-se:

Art. 1º (...) Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Art. 5º (...) A Reforma Agrária visa implantar um sistema entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Ainda sobre essa discussão, destaca-se que a reforma agrária, como uma das políticas públicas que objetivam combater a marginalização social e que tem a possibilidade de gerar emprego no campo, de provocar efeitos positivos na economia e de dinamizar as economias locais. Somado a isso, o acesso à terra garante a segurança alimentar das populações assentadas. O assentamento organizado viabiliza a produção e a renda do assentado e pode inserir o camponês na sociedade, criando cidadãos (CARVALHO FILHO, 2001).

Veiga confirma ao dispor que o Brasil necessita de uma reforma agrária que

(...) desafogue os minifúndios, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis; uma reforma agrária que transforme arrendatários em proprietários; uma reforma agrária que ofereça terra aos filhos dos pequenos proprietários; enfim, uma reforma agrária cuja diretriz central seja o fomento e o apoio da agricultura familiar, deixando de favorecer escandalosamente o segmento patronal da agropecuária brasileira (...) (VEIGA, 1991, p.202).

Contudo vale ressaltar que a nossa estrutura agrária necessita, urgentemente, de reformas. Tanto isso é verdadeiro que, nas regiões onde houve um processo de colonização

baseado em pequenas propriedades, foi possível moldar um ambiente social e econômico que tem permitido estratégias alternativas de reprodução aos agricultores sem desalojá-los de suas propriedades e, ao mesmo tempo, garantir-lhes outras formas de obtenção de rendas (SCHNEIDER, 1994).

Em seguida, o item segurança alimentar e agricultura familiar serão definidos e discutidos com enfoque teórico a fim de fundamentar a realização deste estudo.

1.4 ELEMENTOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

A Lei 11.318 de 05/07/2006 consta em seus desafios “combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o caráter de inserção e cidadania”, pois, segundo a referida lei, “a fome que subsiste no País é, essencialmente, uma questão de limitação no acesso aos alimentos, decorrentes das dificuldades de acesso à terra, ao trabalho e ao emprego”.

Em adição ao proposto na Lei 11.318 o Projeto da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (PL nº 6.047/2005) dispõe que:

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o Poder Público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do Poder Público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população; e

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação.

Art. 5º O direito humano à alimentação adequada requer a soberania alimentar da Nação brasileira.

§ 1º A soberania alimentar será alcançada por meio de políticas e estratégias sustentáveis de produção, comercialização e consumo dos alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais.

A insegurança alimentar e a fome constituem medidas para avaliar o tamanho da pobreza e da desigualdade social. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2004, mostrou que o tamanho de insegurança alimentar grave diminuiu progressivamente à medida que aumentam os rendimentos médios. É de se supor que o aumento da renda dos mais pobres tenha impactos maiores nos níveis de segurança alimentar. Mesmo que, nos últimos anos, o custo com a alimentação tenha diminuído, ainda assim, existe uma parte da população com dificuldades para atingir o mínimo necessário ao atendimento às suas necessidades e de sua família e essa população fica limitada quanto ao acesso à alimentação adequada (SEGAL-CORREA *et al.*, 2008).

A situação crítica alusiva à fome suscitou o apoio popular e a adesão das empresas e organizações não governamentais ao Programa Fome Zero¹³ (PFZ), lançado em 2003. Apesar dos problemas de gestão da administração pública e de articulação entre setores de governo, o PFZ representou um avanço em relação às ações isoladas de combate à fome que se encontravam desordenadas e sem qualquer tipo de avaliação (BELIK, 2003).

Por outro lado, a dimensão da questão alimentar implica também em políticas públicas que assegurem a todos o direito ao acesso aos alimentos, pois:

No Brasil, não temos problemas de oferta de alimentos, mas 46 milhões de indivíduos vivem em situação de risco, pois a sua renda é insuficiente para que eles possam se alimentar nas quantidades recomendadas e com a qualidade e regularidade necessária, a questão não é apenas elevar a renda das pessoas pobres, mas também, garantir que essa renda seja utilizada para o consumo de alimentos (BELIK, 2003, p. 19).

Ainda de acordo com o autor, o diagnóstico da segurança alimentar mostrou que o problema brasileiro está estabelecido na total falta de poder aquisitivo da população, pois quase um terço, luta para a manutenção da sua sobrevivência. Os alimentos podem estar disponíveis, mas as populações pobres podem não ter acesso a eles, seja por problemas de

¹³Com a implantação do Programa Fome Zero em 2003, buscou-se incorporar a noção do direito humano à alimentação nas políticas públicas, implantando-se ações específicas de segurança alimentar (fortalecimento da agricultura familiar, estímulo à formação de cooperativas, geração de empregos formais, infra-estrutura e educação nutricional) e a articulação do governo, alcançando resultados positivos. Mas, ainda hoje, é grande os limites e desafios de erradicar com a fome e garantir o acesso à SAN, pois o acesso a alimentação é visto por uns como um “favor” e não como direito, além das divergências conceituais ao se definir quais os melhores instrumentos para garantir a proteção social e o acesso à alimentação (ORTEGA; ALMEIDA FILHO, 2007 *apud* TRALDI, 2011).

renda, seja devido a outros fatores. A alimentação disponível para o consumo da população não pode ser afetada por qualquer tipo de risco, ela deve ter regularidade, ou seja, as pessoas têm que ter acesso a uma alimentação suficiente (ao menos três vezes ao dia). O objetivo da segurança alimentar implica também:

Combinar (a) ações assistenciais e compensatórias frente a questões emergenciais como a fome, com políticas de caráter estruturante visando assegurar (b) o acesso aos alimentos sem comprometer parcela substancial da renda familiar; (c) a disponibilidade de alimentos de qualidade, originados de formas produtivas eficientes, porém, não excludentes e sustentáveis e (d) divulgação de informações ao consumidor sobre práticas alimentares saudáveis e possíveis riscos à saúde, mediados pelo alimento (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1995, p. 72)

Os dados do IBGE apontam que, em 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil.

Os números confirmam, no sentido de destacar o resultado do Censo agropecuário (2006), a agricultura familiar como a grande responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, das pessoas ocupadas na agricultura, 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). Enquanto que dois terços do total de ocupados no campo são homens. Mas o número de mulheres também é bastante expressivo: 4,1 milhões de trabalhadoras estão na agricultura familiar. As mulheres também são responsáveis pela direção de cerca de 600 mil estabelecimentos de agricultura familiar (IBGE, 2010).

Observa-se que mesmo cultivando uma área menor, ou seja, apenas um quarto do total da área, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do País, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros (IBGE, 2010).

No entanto, a segurança alimentar vai além do acesso à renda porque deve ser reconhecida como um recurso fundamental de inclusão social. Sendo necessário que as camadas sociais marginalizadas tenham acesso a recursos básicos da vida em sociedade (como emprego, educação, saúde, informação etc.) e possam participar das decisões que afetam suas vidas, pois, com o avanço da globalização e a fragmentação do Estado, as agendas de decisões importantes (em setores produtivos ou não produtivos) estão cada vez

mais distantes e fechadas para grande parte dos empreendedores e trabalhadores (ALMEIDA, 2008).

As políticas de segurança alimentar devem responder pela produção, distribuição, acesso e o consumo de alimentos e devem estar conectados a valores fundamentais da população: (1) saúde, (2) higiene, (3) meio ambiente, (4) autenticidade e (5) solidariedade. Todos esses valores são socialmente construídos e compartilhados em redes de políticas focadas para a funcionalidade e adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população mal nutrida (ALMEIDA, 2008).

1.5 AGRICULTURA FAMILIAR

Buscando compreender a evolução da agricultura familiar (AF) percebe-se que em sua concepção esta foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, com três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exploração e a escravatura. Pode-se afirmar que a agricultura camponesa nasceu no Brasil muito precária principalmente da terra e das técnicas de produção (LAMARCHE, 1993).

Entretanto, a exploração da agricultura familiar teve um papel preponderante no processo de desenvolvimento econômico dos países capitalistas que hoje apresentam os maiores indicadores de desenvolvimento humano (IDH). Desde os Estados Unidos, com a abertura da fronteira oeste americana aos *farmers*, até a Coreia e Taiwan, através da reforma agrária compulsória, houve preocupação no intuito de promover uma transição socialmente equilibrada do que eram suas economias de base rural para uma economia urbano-industrial (GUANZIROLI *et al.*, 2001).

Nesse sentido, pode-se compreender que as propriedades familiares são unidades de produção agrícola nas quais a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. Entretanto, quando se trata de modalidades de acesso à propriedade essas são definidas como a herança (do pai ou do sogro) ou a compra (da família ou de outras pessoas), que geralmente são combinadas em uma mesma exploração (LAMARCHE, 1997).

Somada a isso, se atribui diversas conceituações a agricultores familiares, dependendo dos tipos de explorações os agricultores familiares cuja finalidade essencial seja a reprodução familiar (modelo familiar); os agricultores familiares cujo objetivo essencial é a sobrevivência da família (modelo subsistência); e os agricultores familiares que têm como objetivo a formação de uma exploração agrícola organizada sobre a base do trabalho

assalariado para a obtenção de um retorno de capital maximizado (modelo empreendimento agrícola). Tem-se então o conceito geral, onde agricultura familiar seria o segmento que abarca as famílias e estas ao mesmo tempo em que trabalham, são proprietárias dos meios de produção (LAMARCHE, 1993).

No que diz respeito à discussão sobre a delimitação do universo dos agricultores familiares, percebe-se que esta tem sido objeto de muita polêmica. Baseado nisso, a escolha de um conceito para definir os agricultores familiares, ou a de critérios para separar os estabelecimentos familiares dos patronais, tem sido muito difícil, ainda mais quando é preciso compatibilizar o conceito e os critérios com as informações disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE, sabidamente não elaborado para este fim. Nenhum critério ou metodologia é totalmente satisfatório (GUANZIROLI, *et al.*, 2001).

Contudo, apesar das dificuldades da delimitação, Abramovay (1997, p.3) percebeu a necessidade de estabelecer uma definição conceitual e objetiva, “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas. A definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiares estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997).

Uma definição mais pragmática sobre AF é dada por Buainain (2004, p.2) “Os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de rendas e riquezas, mas também se diferenciam em relação às potencialidades e as restrições” (...). Dependendo do meio em que estão inseridos, os agricultores familiares se diferenciam também na pluriatividade, como segue:

A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diversos tipos de remuneração. A pluriatividade, portando, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências) (FULLER, 1990 *apud* SCHNEIDER, 2003, P. 79).

Segundo Graziano e Del Grossi, (1997) as atividades agropecuárias têm se constituído numa atividade de tempo parcial para um contingente expressivo de agricultores em nosso país. E não é apenas porque as atividades agrícolas não demandem todo o tempo disponível das famílias rurais é também porque as atividades agrícolas não geram renda suficiente para todas as pessoas nela ocupadas em tempo integral, necessitando os agricultores, portanto, de complementar a renda familiar.

Outro debate que merece atenção refere-se à produção familiar moderna de alta produtividade que não se assemelha a produção camponesa, nem significa pequena produção¹⁴, ou produção de subsistência, pois pela adoção de técnicas cada vez mais modernas no processo produtivo, menor uso de mão-de-obra, e transformando o segmento no modo de produção capitalista, não significa a superioridade da agricultura patronal ou da propriedade capitalista, e sim o fortalecimento da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1992).

Segundo Abramovay (1992) apesar da herança camponesa a agricultura familiar tem se modernizado, pois, em suas palavras:

A agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes: na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais” [...] “Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa* (ABRAMOVAY, 1992, p.21-22).

Na década de 1990, uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)¹⁵ e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cujo objetivo principal era estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”, sugeriu uma outra forma de classificação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, separando-os em dois modelos: patronal e familiar.

¹⁴O que se escamoteia sob o nome de pequena produção é o abismo social que separa camponeses de agricultores familiares – que se vêm mostrando capazes não de sobrevivência (porque não são resquícios de um passado em via mais ou menos de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea [...]. Não se trata aqui, então, de explicar nada que se assemelhe à pequena produção, seja como sobrevivência do passado, seja enquanto setor capaz de realizar o jogo pelo qual o atraso técnico é supostamente compensado pelo fornecimento de trabalho abundante e subremunerado (ABRAMOVAY, 1992, p.211-213).

¹⁵ Food Agriculture Organization.

Outra definição sobre AF é dada pela FAO/INCRA com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, à terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes. Sendo também que:

O agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ de 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento (FAO/INCRA, 1996, *apud* SIQUEIRA, 2004, p.28).

Lima *et al.*, descrevem unidades de produção familiar como:

Unidades essencialmente distinta da empresa capitalista típica. Pois, a partir de uma base material e social específica e da forma como se inserem no meio físico e socio-econômico, buscam se reproduzir social e economicamente, organizando e realizando a produção basicamente através da força de trabalho familiar (LIMA *et al.*, 1995, p. 40).

Os autores afirmam ainda que o agricultor brasileiro encontra-se em situações sociais e econômicas desiguais, mesmo dentre os agricultores familiares existem os considerados ricos (capitalizados e viáveis), os médios (semicapitalizados) e os produtores pobres ou em processo de pauperização. Admite-se que as condições de trabalho desiguais determinam os campos de atuação dos produtores, distinguindo os diferentes tipos de unidades de produção. Para levar em frente um projeto de produção, os agricultores programam estratégias condicionadas pelas limitações de sua situação.

Na percepção das desigualdades entre os agricultores familiares no Brasil Barril y Almada, (2007, p. 37) afirmam que ela “está associada à própria formação dos grupos sociais ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano e o capital social”.

Segundo os autores as diferenças entre os agricultores familiares também está associada às paisagens agrárias desiguais, ao ingresso ao mercado dos vários grupos com oportunidades distintas, e afirmam também que:

Os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e capacidade de geração de renda e riqueza. Também se diferenciam em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação ou aprendizado adquirido, como à inserção ambiental e socioeconômica que podem variar radicalmente entre grupos de produtores em função de um conjunto de variáveis, desde a localização até as características particulares do meio-ambiente no qual estão inseridos (BARRIL y ALMADA, 2007, p. 37).

Voltando a disposição de números sobre a Agricultura Familiar, relata-se que em 2006 dos 5.175.489 estabelecimentos rurais brasileiros, 4.367.902 destes são identificados como sendo da agricultura familiar, o que representam 84,4% do total. A ocupação destes estabelecimentos é de apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2010).

Entretanto Buainain (2006) compreende que o futuro da agricultura familiar depende da capacidade e da possibilidade dos agricultores familiares aproveitarem e potencializarem as oportunidades decorrentes de vantagens e neutralizarem ou reduzirem desvantagens que enfrentam em razão da escassez de recursos.

Na sequência, o capítulo II tratará da evolução e das especificidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que é parte fundamental para a execução deste estudo.

CAPÍTULO II

2.1 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF¹⁶

Sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), é importante definir que este tem por objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização e a profissionalização dos produtores familiares.

Nota-se ainda, que os créditos do PRONAF são amparados pelos recursos controlados do crédito rural e dos Fundos Constitucionais de Financiamentos do Norte (FNO), do Nordeste (FNE), do Centro-Oeste (FCO) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Podem ser concedidos de forma individual, coletiva¹⁷ e grupal.¹⁸ Também são priorizadas propostas para financiamento da produção agroecológica, devendo 30% do crédito do programa ser destinado preferencialmente às mulheres (BACEN, 2009).

Contudo, um dos pontos de destaque do PRONAF refere-se a sua característica de financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao PRONAF inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER) para obtenção da Declaração de Aptidão

¹⁶ O programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF criado em 1995 por resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição ao Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), e sua regulamentação foi em 1996, através do Decreto Lei (nº. 1946/96), para dar apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas por produtor rural mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família. Entende-se por serviços, atividades ou renda não-agropecuários aqueles relacionados ao turismo rural, à produção artesanal, ao agronegócio familiar e à prestação de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar (BACEN, 2009).

¹⁷ Quando formalizados com grupo de produtores com objetivo comum.

¹⁸ Quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades individuais.

ao PRONAF (DAP)¹⁹, que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito.

Entretantes, são beneficiados pelo PRONAF os agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; residam na propriedade ou em local próximo; não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; obtenham, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária (BACEN, 2009).

No quadro 3, pode-se verificar como os agricultores beneficiários de créditos do PRONAF são divididos em grupos (A, B, C, D, E) e também classificados, basicamente, segundo sua renda bruta anual e o montante financiado, com exceção para o grupo A²⁰. Limites de rendas alterados pela Resolução do Banco Central nº 3.467 de 02/07/2007, Manual de Crédito Rural (MCR).

Quadro 3 – Classificação dos agricultores beneficiários de créditos do PRONAF segundo sua renda bruta anual e o montante financiado

PRONAF Grupo A	Os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido, pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou amparados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra;
PRONAF Grupo B	Agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que obtenham renda bruta anual familiar de até R\$4.000,00 (quatro mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;
PRONAF Grupo C	Agricultores familiares e trabalhadores rurais que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária; obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$4.000,00 (quatro mil reais) e até R\$18.000,00 (dezoito mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;
PRONAF Grupo D	Agricultores familiares e trabalhadores rurais que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir; obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) e até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer

¹⁹Criada pela SAF/MDA, a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o PRONAF. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciado pelo MDA, munido de CPF e de dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo).

²⁰ Composto exclusivamente pelos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária independentemente de sua faixa de renda.

	componente da família, excluído os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;
PRONAF Grupo E	Obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluído os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Fonte: elaborado pelo autor - baseado no Manual de Crédito Rural (2010).

As condições de acesso ao Crédito PRONAF verificadas no quadro 4, as formas de pagamento e as taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho, que foram os fixados para custeio²¹ e investimento²², para a safra 2009/2010.

Quadro 4 – Classificação dos agricultores beneficiários de créditos do PRONAF segundo os limites de crédito e taxas de juros

PRONAF Grupo A:	Investimento para a Reforma Agrária no valor de até R\$ 20 mil, mais R\$ 1,5 mil para Assistência Técnica de Extensão Rural, juros de 0,5% a.a., e bônus de adimplência de 44% sobre o capital, com até dez anos de prazo (já incluído o prazo de carência) para pagamento e até cinco anos de carência ²³ .
PRONAF Grupo A/C:	Assentados da Reforma Agrária que já contrataram financiamentos do grupo "A", nesta categoria são disponibilizados em Custeio para a Reforma Agrária no valor de até R\$ 5 mil, em três operações, juros de 1,5% a.a., e prazo de até dois anos e rebate ²⁴ de R\$ 200,00 por beneficiário.
PRONAF Grupo B (Microcrédito Rural):	Os limites para a modalidade custeio são de até R\$ 5 mil, com juros de 1,5% a.a., prazo de até dois anos. Investimento até R\$ 7 mil, juros de 1% a.a., com oito anos de prazo e dois anos de carência, com rebate de R\$ 700,00 mais 25% sobre os juros, por operação.
PRONAF Grupo C:	É disponibilizado na modalidade de custeio o valor de R\$ 5 mil até R\$ 10 mil, com juros de 3% a.a., e prazo de reembolso de dois anos. É concedido um desconto no valor de R\$ 200,00 por mutuário em cada operação, no ato do pagamento da última parcela ou da liquidação antecipada do financiamento. No investimento é concedido crédito de R\$ 7 mil até R\$ 18 mil, e juros de 2% a.a., rebate de R\$ 700,00 mais 25% sobre os juros, por beneficiário. Prazo de pagamento de até oito anos e até cinco anos de carência.
PRONAF Grupo D:	O agricultor pode financiar para o custeio de suas atividades de R\$ 10 mil até R\$ 20 mil, com juros de 4,5% a.a., com até dois anos de prazo. Para o investimento é disponibilizado o valor de R\$ 18 mil até R\$ 28 mil, com juros de 4% a.a., pelo prazo de até oito anos para o reembolso e até cinco anos para o pagamento da primeira parcela, com bônus por adimplência de 25% sobre o valor dos juros, por operação.
PRONAF Grupo E:	O agricultor pode financiar de R\$ 20 mil até R\$ 40 mil, para operação de custeio, com juros de 5,5% a.a., e prazo de até dois anos para o pagamento. Para operação de investimento, financiamentos de R\$ 28 mil até R\$ 40 mil, com a taxa de juros de 5% a.a., e prazo de pagamento de até oito anos e

²¹ Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF.

²² Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

²³ Prazo para o início de pagamento do financiamento.

²⁴ Bônus por adimplência, ou seja, desconto/abatimento.

	carência de até cinco anos para o início do pagamento.
REBATE – exclusivo do PRONAF C:	O financiamento fará jus a um rebate (desconto) de R\$ 200,00 (duzentos reais), a título de benefício concedido com base no Art. 1 da Lei nº. 8.427, de 27.05.1992, a ser aplicado sobre o saldo devedor no ato do pagamento da operação.

Fonte: Elaborado pelo autor – baseado no plano safra 2009/2010

O PRONAF também prevê atendimento a segmentos específicos, como os expostos no quadro 5.

Quadro 5 – Classificação dos agricultores beneficiários de créditos do PRONAF por linhas específicas

- PRONAF Mulher ²⁵	Crédito especial de investimento para projetos de interesse das esposas ou companheiras dos agricultores familiares, que contemplem atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar. Devem ser observadas as condições previstas para os grupos “C”, “D” e “E”, limitado a um crédito, independentemente dos tetos de investimentos já concedidos à unidade familiar;
- PRONAF Jovem	Para projetos específicos de interesse de jovens, de 16 a 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de cursos de formação profissional. Os mesmos limites e condições previstas para o Grupo “B”;
- PRONAF Semi-Árido	Crédito especial com juros de 1% ao ano e prazo de pagamento de 10 anos, com até três anos de carência, para os agricultores da Região do semiárido. Destinado ao financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida. Os mesmos limites e condições previstas para o Grupo “B”;
- PRONAF Floresta ²⁶	Destinado ao financiamento de projetos em investimentos de sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, nas condições e limites previstos para o Grupo “B”;
- PRONAF Agroindústria	Destinado a produtores, cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas, formadas no mínimo de 90% dos participantes ativos de agricultores familiares e que comprovem, em projeto técnico, que mais de 70% da matéria prima a ser beneficiada ou industrializada seja de produção própria ou de associados participantes. Com taxas de juros e limites individuais de acordo com os

²⁵ Para as mulheres agricultoras da reforma agrária e do microcrédito rural, valem as regras do microcrédito rural.

²⁶ Limite de R\$ 14 mil quando a fonte de recursos for os fundos constitucionais.

	Grupos “B” e “C” e o limite coletivo de até R\$ 10 milhões;
- PRONAF Cota-Parte	Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento, com taxas de juros de 4% a.a., limite financiado individual de até R\$ 10 mil e coletivo de até R\$ 20 milhões;
- PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, com juros de 4% a.a., e valor individual financiável de até R\$ 5 mil e coletivo de até R\$ 2 milhões;
- PRONAF Mais Alimentos	Para financiamento de propostas ou projetos de investimento para produção associados à apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura e a produção de açafrão, arroz, centeio, erva-mate, feijão, café, mandioca, milho, sorgo e trigo, com taxas de juros de 2% a.a., de até R\$ 100 mil;
- PRONAF Eco	Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida. Devem ser observadas as condições previstas para os grupos “C”, “D” e “E”; e
- PRONAF Agroecologia	Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. Observadas as condições previstas para os grupos “C”, “D” e “E”.

Fonte: elaborado pelo autor - baseado no Manual de Crédito Rural (2010)

2.1 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO DO PRONAF NO BRASIL²⁷

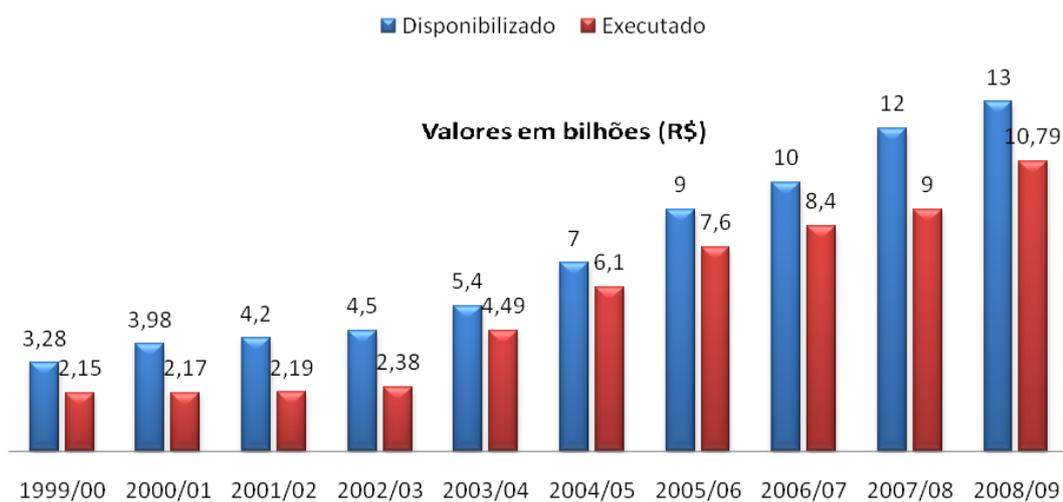
As contratações do Crédito – PRONAF apresentam crescimento significativo desde sua criação. Em 1999/2000, o PRONAF abrangia 3.403 municípios, passando para 4.539 no ano seguinte, o que representou um aumento de 33% na cobertura de municípios, ou seja, a ampliação de mais de 1.100 municípios em apenas um ano.

Somado a isso, pode-se também verificar a ampliação de municípios atendidos continuou em cada ano agrícola, sendo que em 2005/2006 houve a inserção de quase 1.960 municípios em relação a 1999/2000. Em 2007/2008, foram atendidos 5.379 municípios, o que representou um crescimento de 58% em relação à 1999/2000, com a inserção de 1.976 municípios.

²⁷ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Evolução do PRONAF**. 2009.

Dando continuidade à discussão sobre a evolução dos investimentos do PRONAF destaca-se que o montante disponibilizado aos agricultores também cresceu ano a ano. Em 1999/2000, foram disponibilizados pouco menos de R\$ 3,3 bilhões com uma execução de 66%. No ano agrícola de 2003/2004, houve o primeiro grande incremento no montante, com um crescimento de 65% em relação a 1999/2000, sendo ofertados R\$ 5,4 bilhões aos agricultores e com uma execução de 83% do valor disponibilizado. Em 2006/2007, o montante disponibilizado para financiamento do PRONAF chegou a R\$ 10 bilhões, representando um crescimento em relação a 1999/2000 de 205% e com uma taxa de execução de 84%. Em 2008/2009 foram disponibilizados 13 bilhões e executados 83% (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução do crédito PRONAF no Brasil



Fonte: BRASIL (SAF/MDA – Banco de Dados), 2010.

Ao visualizar o gráfico 1, nota-se que o comportamento da taxa referente à contratação efetiva do crédito frente ao valor disponibilizado já indica que o montante de crédito contratado pelos agricultores do PRONAF tem crescido ano a ano, (Gráfico 2).

Na sequência pode-se também ao verificar o gráfico 1 que a primeira grande evolução no montante financiado pelos agricultores familiares foi em 2003/2004, fechando uma contratação de R\$ 4,49 bilhões, representando uma evolução de 109% em relação a 1999/2000 (Gráfico 2).

Nos anos seguintes, o crescimento manteve-se sustentado. Em 2004/2005 foi de 185%, representando um financiamento de R\$ 6,13 bilhões. Em 2005/2006, foram financiados R\$ 7,61 bilhões com uma evolução de 254%, sendo que em 2007/2008 rompeu-se

a casa dos 300%, perfazendo um financiamento de R\$ 9 bilhões. Os recursos aplicados no PRONAF tiveram um crescimento desde a sua criação em 1996, até a safra de 2008/2009, quando atingiram mais de R\$ 10,7 bilhões (vide gráfico 1).

Conforme a tabela 3 fica evidente a evolução do número de operações contratadas a partir do ano safra 99/00 até a safra de 05/06, após esta safra houve uma queda contínua.

Tabela 3 - Crédito Rural do PRONAF – contratos e montante por ano agrícola no Brasil

Ano	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
1999/2000	926.422	2.149.434.466,14
2000/2001	893.112	2.168.486.228,50
2001/2002	932.927	2.189.275.083,64
2002/2003	904.214	2.376.465.864,08
2003/2004	1.390.168	4.490.478.228,25
2004/2005	1.635.051	6.131.600.933,40
2005/2006	1.913.043	7.611.929.143,94
2006/2007	1.692.516	8.433.207.648,22
2007/2008	1.649.063	9.074.785.135,73
2008/2009	1.443.218	10.791.907.306,56
TOTAL	13.379.734	55.417.570.038,46

Fonte: BRASIL (SAF/MDA – Banco de Dados), 2010.

Percebe-se na tabela 3 que o montante de recursos liberados tem crescido ano a ano em valores correntes, apesar da redução do número de operações contratadas, a partir da safra 2006/07.

2.2 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO DO PRONAF EM GOIÁS

A evolução do crédito do PRONAF no Estado de Goiás pode-se perceber que os recursos liberados são de apenas 3% do total, colocando o Estado à margem da distribuição creditícia do programa, e a baixa participação não condiz com a sua importância na economia brasileira.

Os recursos aplicados no PRONAF tiveram um crescimento no Estado até a safra de 2005/2006, quando foram aplicados mais de R\$ 281 milhões, nas duas últimas safras houve uma estabilização quanto à aplicação de recursos (vide Tabela 4).

Com base na tabela 4, nota-se que quanto ao número de contrato de crédito houve também evolução até 2007/2008, com grande queda na safra de 2008/2009.

Tabela 4 - Crédito Rural do PRONAF – contratos e montante por ano agrícola em Goiás

Ano	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
1999/2000	8.347	32.250.853,66
2000/2001	8.791	42.903.920,42
2001/2002	10.102	56.422.729,14
2002/2003	12.782	57.224.605,45
2003/2004	26.095	142.963.131,29
2004/2005	32.296	214.528.096,72
2005/2006	38.526	281.573.443,25
2006/2007	32.850	265.067.088,39
2007/2008	40.132	328.085.118,57
2008/2009	29.418	326.475.938,71
TOTAL	239.339	1.747.494.925,60

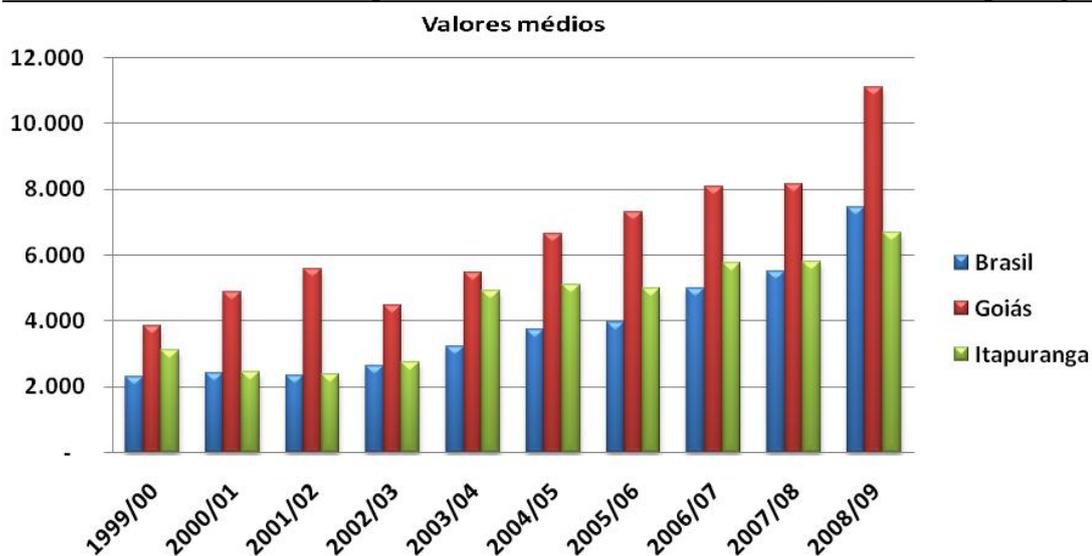
Fonte: BRASIL (SAF/MDA – Banco de Dados), 2010.

Quanto aos valores médios das operações de crédito realizadas em Goiás podemos verificar (Gráfico 2) que os valores encontrados estão bem acima da média nacional e também da média do município de Itapuranga, sendo que os valores encontrados em Itapuranga estão em um patamar um pouco superior aos valores nacionais, com exceção da safra 2008/09.

Sendo o Brasil um país continental, onde suas várias regiões são economicamente diferentes, há indícios que a região nordeste tenha uma agricultura familiar fragilizada em relação às outras regiões, isso leva a presumir que o tamanho médio das propriedades de Goiás são maiores que a média nacional, portanto, isto leva a crer que o valor médio liberado a agricultura goiana deva superar o valor médio nacional.

Quanto aos valores encontrados em Itapuranga onde grande parte das propriedades rurais são minifúndios, ou seja, são menores que um módulo fiscal, isso implica deslocar a média para um patamar inferior a média do estado.

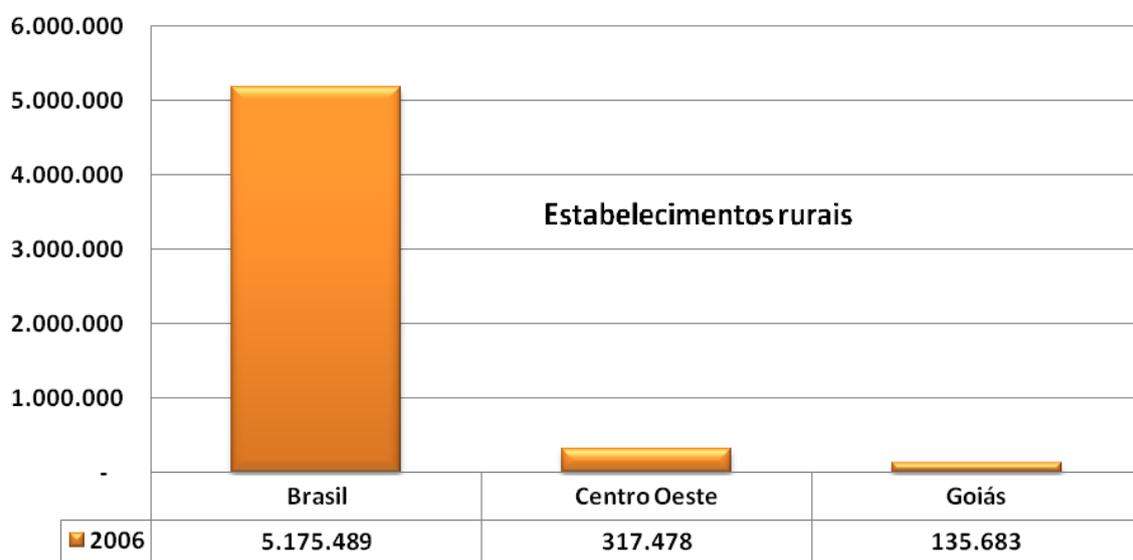
Gráfico 2 - Valores médios por contrato do PRONAF no Brasil, Goiás e Itapuranga



Fonte: BRASIL (SAF/MDA – Banco de Dados), 2010.

Conforme os dados do gráfico 3, nota-se que o Estado de Goiás destaca-se em número de estabelecimentos rurais na região Centro Oeste, com 135.683, quase 43% do total.

Gráfico 3 – Números de estabelecimentos rurais no Brasil, no Centro Oeste e em Goiás



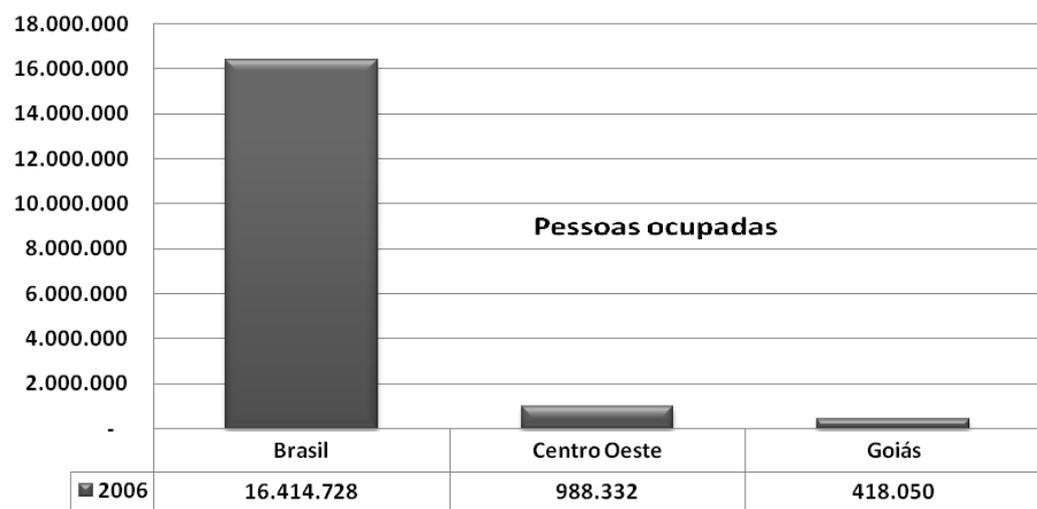
Fonte: IBGE Censo agropecuário, 2006.

De acordo com os dados apontados no gráfico 3, explica-se, pelas grandes propriedades existentes no estado de Mato Grosso o que conseqüentemente, sugere a existência de uma pequena quantidade de agricultores familiares neste estado.

O número de pessoas ocupadas mantém a mesma variação dos estabelecimentos onde Goiás contribui com 42% de toda a mão-de-obra do Centro Oeste

(Gráfico 4), e conforme o IBGE (Censo agropecuário 2006), Itapuranga tem 5.450 trabalhadores nas atividades rurais.

Gráfico 4 – Números de pessoas ocupadas no Brasil, no Centro Oeste e em Goiás.



Fonte: IBGE Censo agropecuário, 2006.

Quanto ao percentual da população de laboram nas propriedades familiares no Município de Itapuranga, acima de 1% das pessoas ocupadas no estado, indica a importância da agricultura familiar para a economia do município.

2.3 PANORAMA GERAL DO PRONAF EM ITAPURANGA

Quanto às linhas de ação do PRONAF em Itapuranga são dos grupos C, D, E, não existindo nenhum contrato no município dos Grupos A e B. O que indica que os produtores familiares de Itapuranga não estão inseridos nos grupos dos menos descapitalizados. Dos agricultores familiares do município, cerca de 80% são ou foram beneficiários do Pronaf.

Segundo informações colhidas na agência do Banco do Brasil de Itapuranga, que é o repassador dos recursos do PRONAF no município, toda vez que a inadimplência ultrapassa a 2%, o deferimento das operações de crédito é transferida para a Superintendência Regional em Goiânia, fato ocorrido em anos anteriores. Atualmente a inadimplência da linha de crédito PRONAF no município é de 1,15%.

A inadimplência não é causada apenas pela incapacidade de pagamento, existem casos de tentativas de não pagamento. No caso de Itapuranga, parte deste problema

foi decorrente dos desvios do crédito, cuja finalidade não foi observada, isto tem causado maior rigor na liberação dos financiamentos.

A operação de crédito conhecida como “PRONAFINHO” (Grupo C), feita em anos anteriores com o limite de R\$ 3.000,00 e com rebate de R\$ 200,00 por ano e renovadas por até cinco anos. Existem indícios que estes valores foram liberados também para não produtores familiares, o que sugere a falta de um rigoroso controle na emissão das DAPs, fato que contribuiu para o aumento da inadimplência. Fato que não acontece mais, pois qualquer dúvida sobre o agricultor o Sindicato Rural faz uma vasta investigação antes da liberação da DAP.

2.3.1 Evolução do crédito do PRONAF em Itapuranga

Analisando o município de Itapuranga, fica evidente a sua elevada participação nos recursos do PRONAF aplicados no Estado, pois dos 246 municípios, Itapuranga conta com mais de 2,8% do montante destinado ao Estado, existe indícios que sua grande participação está atribuída a forte organização sindical dos agricultores familiares da região.

Os recursos aplicados tiveram um crescimento até a safra de 2007/2008, já na safra de 2008/2009 houve uma queda acentuada tanto em número de contratos quanto em valores contratados (Tabela 5).

Tabela 5 - Crédito Rural do PRONAF – contratos e montante por ano agrícola em Itapuranga- Goiás

Ano	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
1999/2000	69	214.592,00
2000/2001	485	1.187.732,54
2001/2002	589	1.403.633,16
2002/2003	1.025	2.803.000,63
2003/2004	1.087	5.356.210,89
2004/2005	1.305	6.649.324,23
2005/2006	1.778	8.882.515,57
2006/2007	1.356	7.825.942,68
2007/2008	1.555	9.014.043,65
2008/2009	995	6.656.001,56
TOTAL	10.244	49.992.996,91

Fonte: BRASIL (SAF/MDA – Banco de Dados), 2010.

A retração nos contratos e no montante liberado na safra 2008/09, conforme tabela 5, foi motivada pela alta taxa de inadimplência ocorrida em anos anteriores e pela austeridade nas análises das operações de crédito.

2.3.2 Principais agentes, dificuldades e entraves

Os agentes envolvidos nas atividades do PRONAF em Itapuranga são o Banco do Brasil, agente financeiro e repassador dos recursos; Agencia Rural como fornecedora da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e prestadora de assistência técnica; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, também fornecedor da DAP; e Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI) que presta assistência com projetos aos agricultores cooperados ou não.

Existem indícios que a dificuldade na aquisição do crédito é em parte pelo excesso de rigor do banco nos estudos das propostas apresentadas, uma vez que num passado recente houve uma liberação generalizada causando uma inadimplência acima dos padrões exigidos pela instituição financeira e em parte pela falta de informação dos agricultores quanto aos recursos disponibilizados na linha de crédito para o PRONAF.

Quanto à assistência técnica, existem indicativos que apontam uma deficiência na mesma, de um lado pelo tamanho do corpo técnico das instituições oficiais de assistência técnica no município, que seria insuficiente para dar orientação individualizada aos agricultores e de outro lado pela falta de verbas disponíveis para fazer frente às despesas operacionais.

CAPÍTULO III

3.1 CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ANÁLISES SOB AS PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

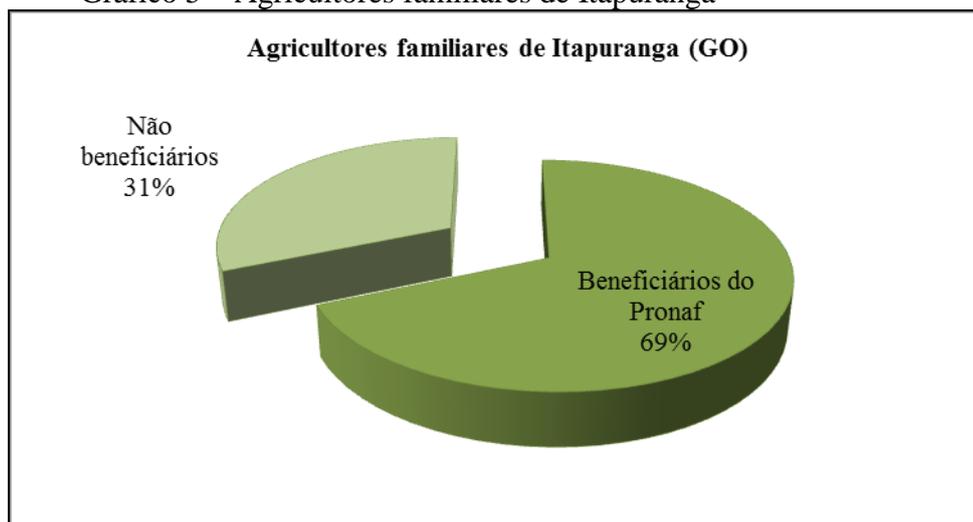
3.1.1 Caracterização dos agricultores familiares de Itapuranga

Os agricultores familiares (AF's) de Itapuranga foram distribuídos segundo a inserção ou não ao PRONAF e analisados segundo as categorias denominadas de beneficiários do PRONAF (*BPs*) e não beneficiários do PRONAF (*NBPs*), para a verificação dos efeitos do programa nas diversas variáveis de segurança alimentar dos agricultores pesquisados.

Os dados apresentados são derivados da aplicação de questionários apropriados de uma amostra de agricultores de 70 propriedades rurais, distribuídos em 48 famílias de *BPs* e 22 famílias de *NBPs*, obtidos de maneira aleatória da amostra pesquisada. Foram extraídas informações sobre a segurança alimentar e comparado os grupos de *BPs* e com os *NBPs* para a verificação dos efeitos do PRONAF na segurança alimentar.

As categorias dos agricultores familiares analisadas na pesquisa de campo estão distribuídas no gráfico 5.

Gráfico 5 – Agricultores familiares de Itapuranga



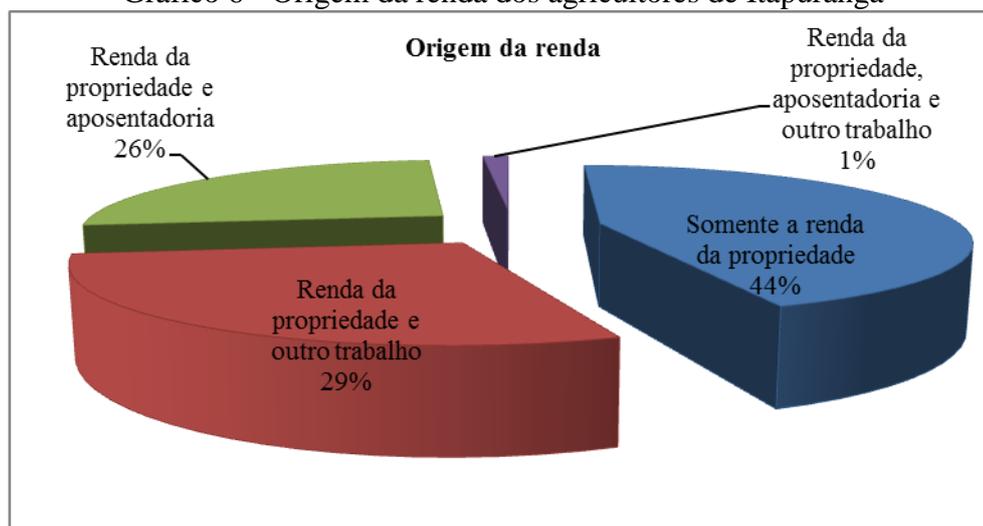
Fonte: Dados da Pesquisa

Segundo os dados do gráfico 5, pode-se verificar que a maioria dos agricultores familiares de Itapuranga 69% são *BPs*, enquanto que os *NBPs* são de apenas 31%, mas

considerando que no município estudado predomina as pequenas propriedades, o percentual dos agricultores que não estão inseridos no programa é considerável. De acordo com os dados do Censo Agropecuário IBGE (2006), o município de Itapuranga possui 1.459 propriedades familiares.

A variável renda está dividida em várias fontes de acordo com a diversificação de sua origem, como explicado no gráfico 6.

Gráfico 6 - Origem da renda dos agricultores de Itapuranga

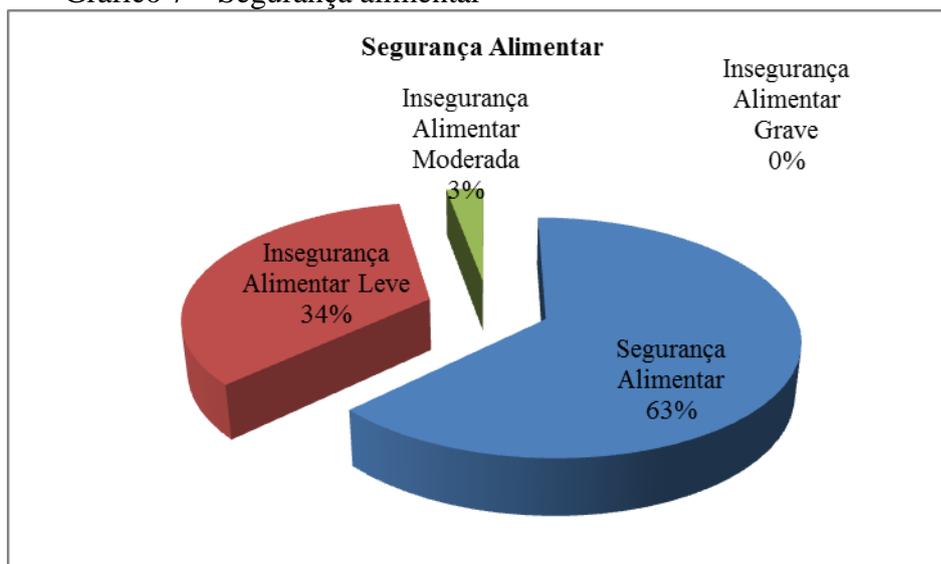


Fonte: Dados da pesquisa

Há uma superioridade dos produtores pesquisados que utilizam de outras fontes de renda para a manutenção da família, uma vez que 56% não vivem apenas da renda originária da propriedade, mas contam também com um rendimento complementar, seja proveniente de outro trabalho, ou derivado de aposentadoria de algum membro da família, conforme demonstrado no gráfico 6, onde configura-se que a maioria dos produtores familiares entrevistados utilizam de uma renda complementar para o sustento de suas famílias.

A situação das famílias dos agricultores familiares quanto a segurança alimentar (fome), é demonstrada no gráfico 7.

Gráfico 7 – Segurança alimentar

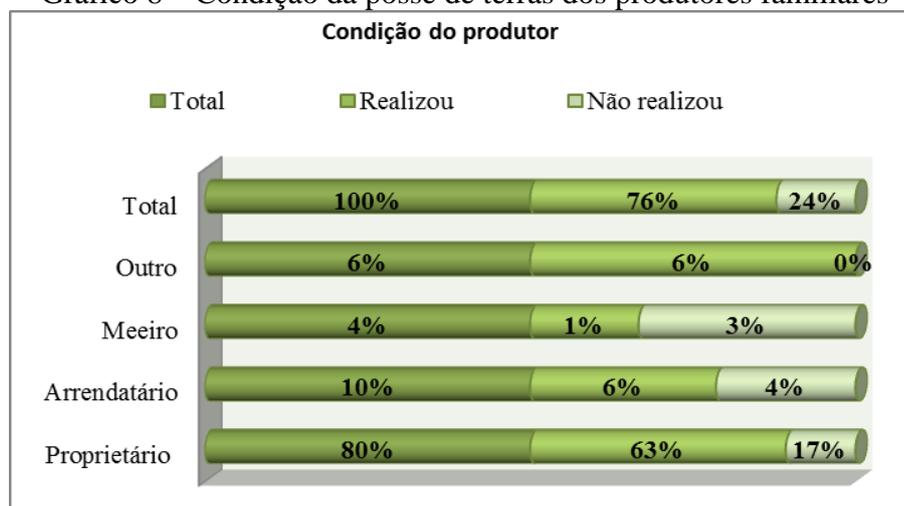


Fonte: Dados da pesquisa

Conforme demonstrado no gráfico 7 a situação da maior parte das famílias dos AF's pesquisados estão em uma situação de Segurança Alimentar (63%), quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro e um dado importante é que nenhuma família foi encontrada em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, quando há redução da quantidade de alimentos disponíveis, tanto para a alimentação de adultos, como das crianças.

O gráfico 8, divide os agricultores em categorias de acordo com a posse da terra e retrata a condição de haver realizado ou não investimento nas propriedades.

Gráfico 8 – Condição da posse de terras dos produtores familiares



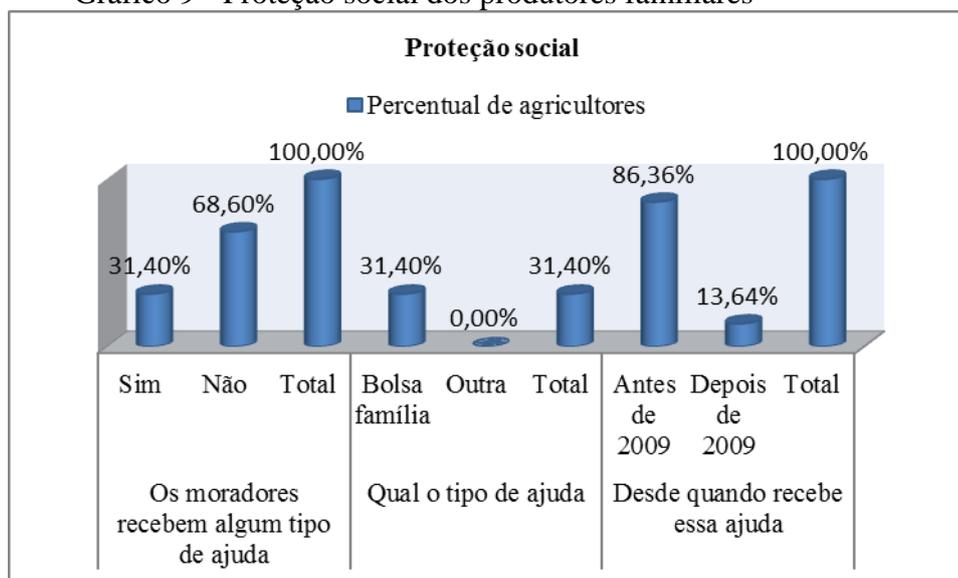
Fonte: Dados da pesquisa

A maior participação dos que lidam na terra são constituídos de proprietários (80%), e a menor é representada pelos meeiros (4,29%), a participação dos agricultores que realizaram algum tipo de investimento na propriedade nos últimos 2 anos foi de 76%, onde os agricultores classificados como outros, atingiram a 100% dos que realizaram algum tipo de investimento na propriedade, os proprietários com 80% e os meeiros com o menor percentual de participação com 33%.

Os números sugerem uma maior preocupação com a propriedade através dos investimentos realizados por parte dos agricultores classificados como outros (os que trabalham nas terras dos pais ou dos sogros), pois, também se consideram donos e dos agricultores proprietários, os quais também interessam com a continuidade das atividades produtivas na propriedade.

Quanto a proteção social recebida pelas famílias dos entrevistados foi detectada apenas a bolsa família, conforme gráfico 9.

Gráfico 9 - Proteção social dos produtores familiares



Fonte: Dados da pesquisa

Conforme dados da pesquisa a maior parte 69% não recebem qualquer tipo de auxílio e os outros 31% recebem a bolsa família, (gráfico 9), o que sugere uma quantidade pequena de filhos menores residindo nas propriedades rurais.

No que se refere as condições de durabilidade da renda até o final do mês, as famílias foram divididas segundo a condição de cada uma (gráfico 10).

Gráfico 10 – Condição da renda até o final do mês

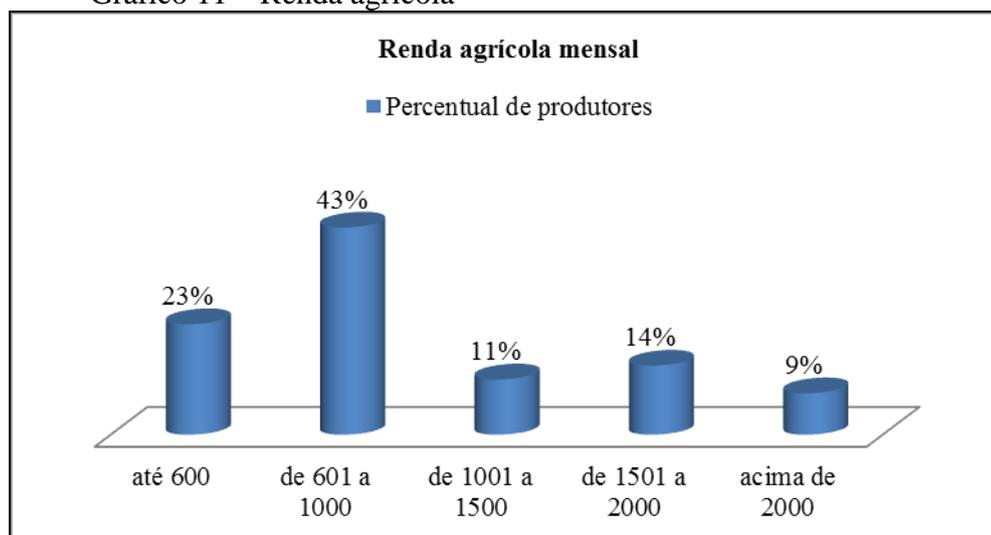


Fonte: Dados da pesquisa

No tocante a condição de sobrevivência das pessoas com a renda auferida de todas as atividades desenvolvidas pelas famílias dos agricultores, percebe-se que a grande maioria consegue chegar ao final do mês tendo alguma dificuldade, mais precisamente 74,29%, conforme pode ser visto no gráfico 10.

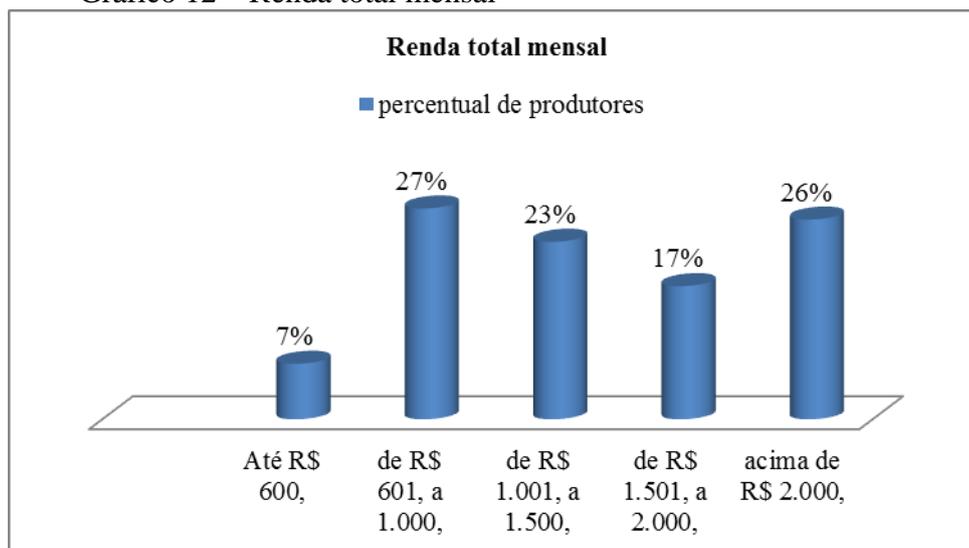
Os gráficos 11 e 12 apresentam informações importantes no que diz respeito a renda alcançada pelos produtores familiares.

Gráfico 11 – Renda agrícola



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 12 – Renda total mensal

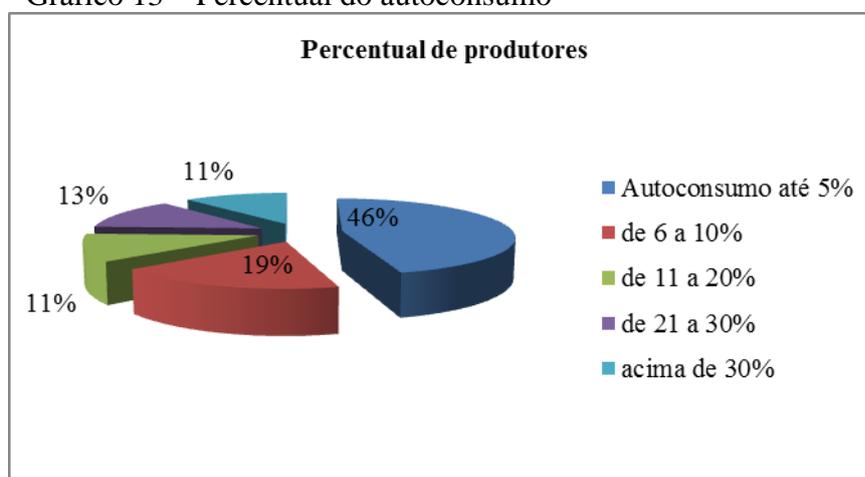


Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se através dos resultados dos gráficos 11 e 12, que as famílias que atingem uma renda agrícola de até R\$ 1.000,00 abrangem um percentual de 66%, e os produtores que recebem mais de R\$ 2.000,00 são apenas 9%, ao passo que quanto observada a renda total, ou seja, acrescidas de outras atividades, percebe-se que o percentual das famílias que recebem apenas R\$ 1.000,00 diminui para apenas 34% e os que ganham mais de R\$ 2.000,00, praticamente triplicam chegando a 26%, diante disso, nota-se que as rendas provenientes de outras origens são muito importantes para a melhoria da renda das famílias.

Quanto à produção utilizada para a alimentação familiar esta pode ser explicada a partir dos dados do gráfico 13.

Gráfico 13 – Percentual do autoconsumo



Fonte: Dados da pesquisa

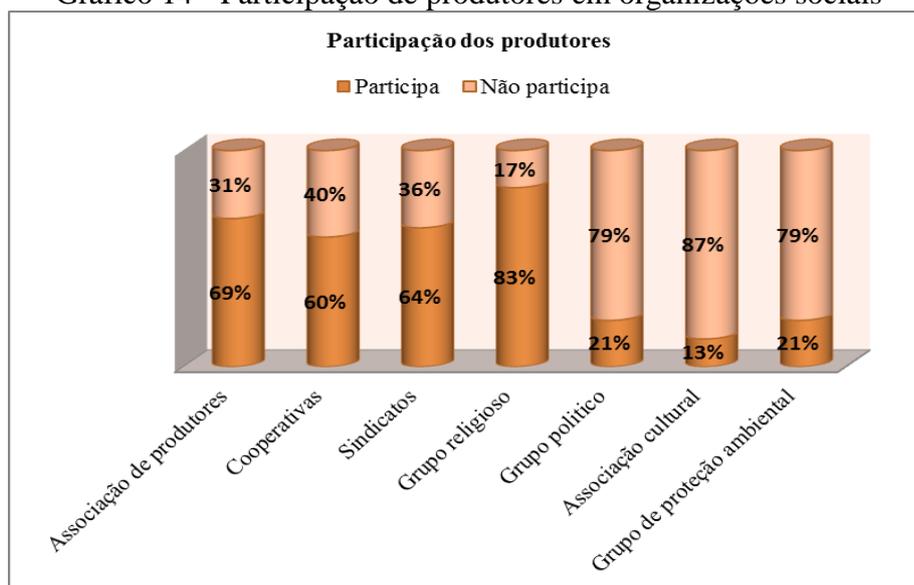
Quando se trata do item autoconsumo, percebe-se que quase metade das famílias pesquisadas (46%), utilizam apenas 5% da produção para o consumo próprio, enquanto 19% consomem de 6% a 10% da produção própria.

De acordo com os dados verificados no autoconsumo dos agricultores familiares, a pequena diversificação apresentada entre quase metade das famílias pesquisadas o que indica o cultivo de apenas um ou dois produtos.

Considerando que o excesso da produção é negociado e que quase metade dos agricultores diversifica pouco suas atividades produtivas, permanece a necessidade de aquisição de outros gêneros alimentícios para o suprimento da família.

No gráfico 14, encontra-se a participação dos produtores em grupos de organizações sociais e participação em grupos religiosos.

Gráfico 14 - Participação de produtores em organizações sociais

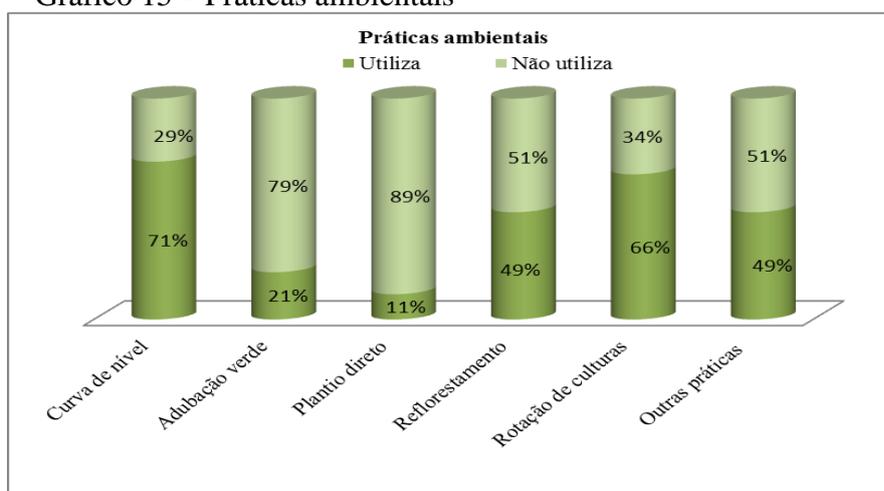


Fonte: Dados da pesquisa

Conforme dados do gráfico 14, evidencia-se a maior participação dos AF's em associações de produtores, em cooperativas, em sindicatos e em grupos religiosos, com participação de 69%, 60%, 64%, 83%, respectivamente. Por outro, verifica-se uma baixa participação dos AF's em grupos políticos, em associações culturais, em grupos de proteção ambiental, alcançando um patamar abaixo de 25% em todos.

Tratando-se das práticas ambientais aplicadas nas propriedades, nota-se certa preocupação com a preservação do solo (gráfico 15).

Gráfico 15 – Práticas ambientais

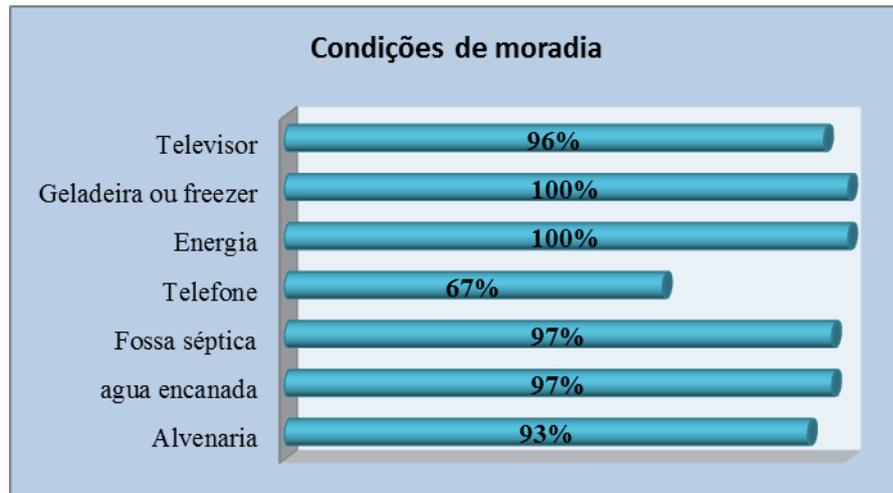


Fonte: Dados da pesquisa

Com base no gráfico 15 a preocupação com a preservação do solo é percebida pelas práticas ambientais mais utilizadas nas propriedades, em especial destaca-se a curva de nível, com 71%, seguida da rotação de culturas, com 66%. Desse modo pode-se observar um cuidado com a preservação do solo por parte dos agricultores familiares do universo pesquisado, o que indica uma preocupação com a continuidade de suas atividades laborativas.

Apresentando as condições de moradia dos entrevistados, verifica-se que todos contam com energia elétrica, geladeira ou freezer nos domicílios, entretanto alguns ainda moram em residências do tipo sem alvenaria. Destaca-se que apenas 67% dos AF's contam com telefone (gráfico 16).

Gráfico 16 – Condições de moradia



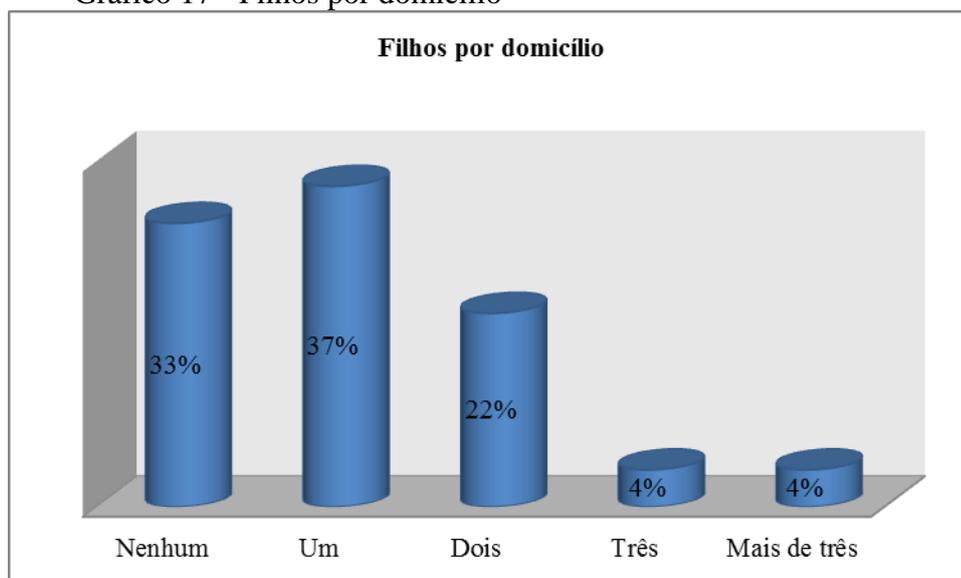
Fonte: Dados da pesquisa

Ressalta-se ainda que o percentual das propriedades com água encanada e servida por fossa séptica chega a 97%. Apesar das boas condições de moradia em que vivem as famílias pesquisadas, destaca-se que 7% das casas das propriedades ainda não são de alvenaria.

Ressalva-se que nesta pesquisa a água encanada registrada é proveniente de cisterna, mina ou córrego e bombeada para as caixas d'água e distribuída para as residências sem tratamento.

O gráfico 17 expõe a distribuição da quantidade de filhos por domicílio não levando em consideração a idade, nem os que residem na cidade.

Gráfico 17 - Filhos por domicílio

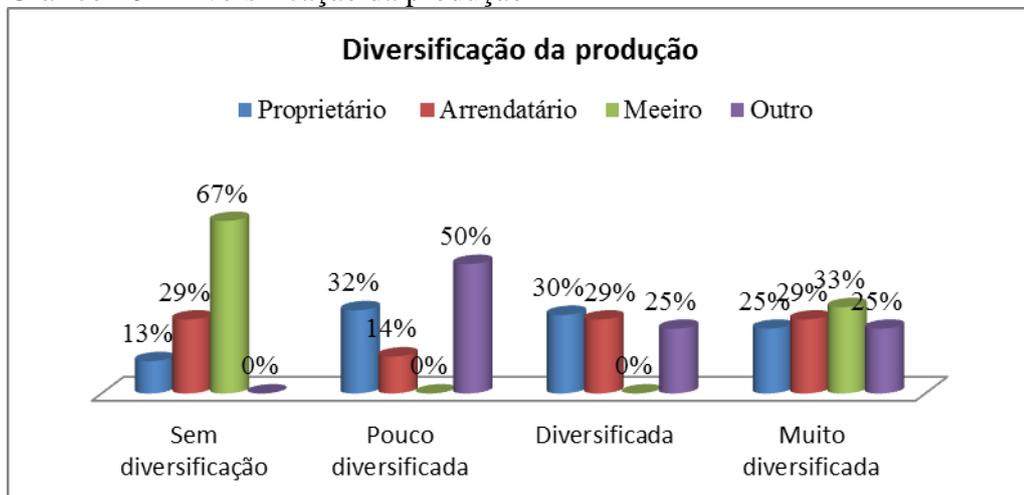


Fonte: Dados da pesquisa

A maior parte dos casais residentes nas propriedades rurais 70%, não tem filhos morando na propriedade ou tem somente um, apenas 8% das famílias têm 3 filhos ou mais, o que indica que a lida na propriedade é feita basicamente pelo casal. No que diz respeito à quantidade de moradores por domicílio, o maior percentual é composto por apenas 3 pessoas, o casal e mais um filho, chegando a 37%.

O gráfico 18 permite uma noção mais acentuada sobre a diversificação das culturas produzidas nas propriedades, onde merece destaque, a participação dos meeiros, que em sua maioria, (67%), tem apenas uma atividade.

Gráfico 18 - Diversificação da produção



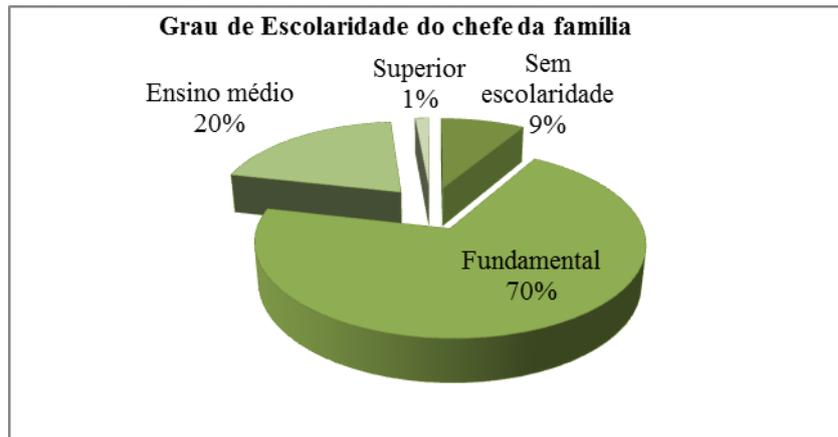
Fonte: Dados da pesquisa

Ainda de acordo com a diversificação a maioria dos produtores classificados como outros (50%), possui pouca diversificação na produção, sendo que os proprietários e os arrendatários estão distribuídos entre as diversas atividades, desde a não diversificada até a muito diversificada.

Observa-se que os proprietários e os arrendatários diversificam mais da metade de suas atividades produtivas, o que sugere ser uma tentativa de se obter um maior ganho com a diversificação de suas culturas.

O gráfico 19 retrata o grau de escolaridade dos chefes das famílias pesquisadas.

Gráfico 19 – Escolaridade do chefe da família



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à escolaridade, destaca-se o montante de agricultores com ensino fundamental, que atinge 70%, enquanto um percentual de 9%, não possui escolaridade, e apenas 1%, possui nível superior. Assim sendo, vale ressaltar o baixo grau de escolaridade dos agricultores pesquisados, outro evento importante é fato da maioria dos filhos estudarem em escolas localizadas fora da zona rural, ou seja, na cidade.

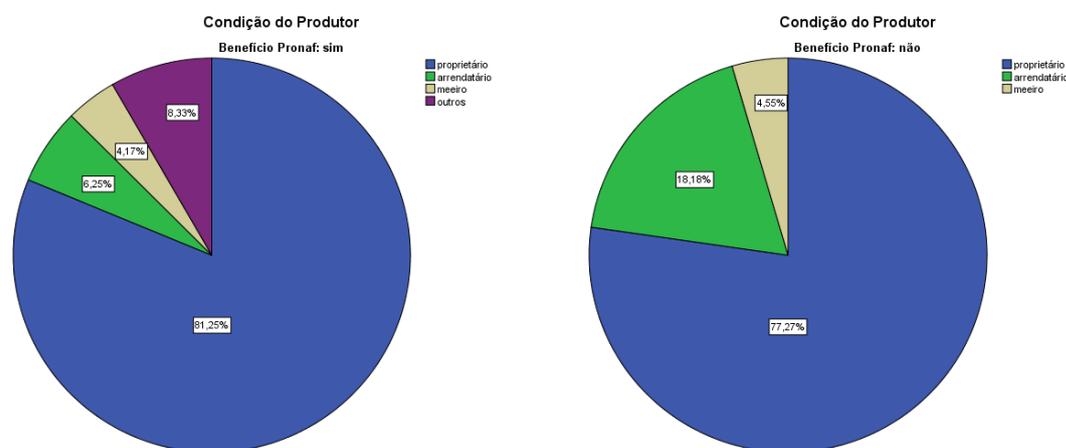
3.2 ANÁLISES SOB A PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS

Neste item serão tratadas as perspectivas e particularidades referentes aos *BPs* e *NBPs*, quanto às características das unidades rurais, aspectos ambientais, avaliação dos benefícios, características sociodemográficas, condições de saúde e trabalho, apoio e proteção social, trabalho e renda, tradição e costume e principalmente Segurança Alimentar, ponto central do debate proposto neste estudo.

3.2.1 Características da unidade rural

Em meio às variáveis avaliadas, aponta-se neste item a relação entre os *BPs* e *NBPs* e a classificação/condição do produtor residente nas propriedades rurais familiares. Um dos pontos mais importantes desta análise refere-se à condição de ser proprietário como observado na figura 3.

Figura 3 – Condição de posse da terra do produtor

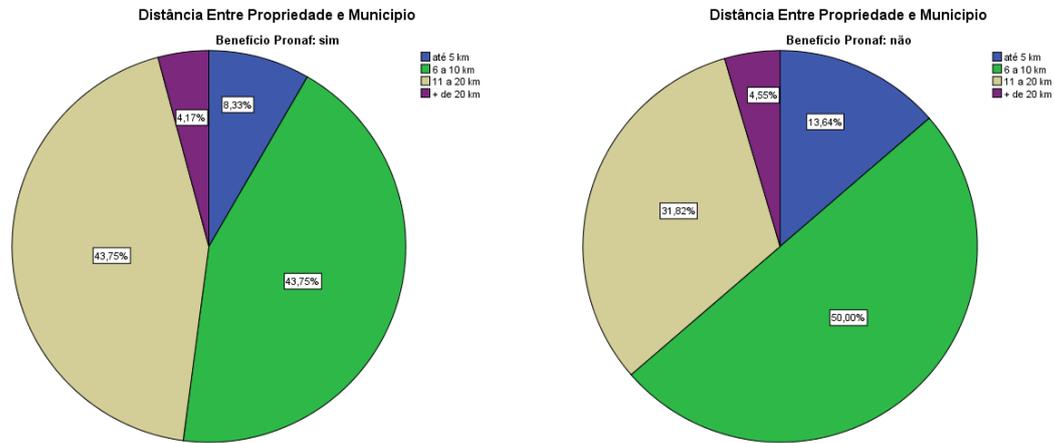


Fonte: Dados da pesquisa

Conforme os dados da figura 3 pode-se verificar que dentre os *BPs*, 81,25% são proprietários da terra, enquanto que para os *NBPs* este percentual é de 77,27%, ressaltando ainda um percentual significativo de arrendatários 18,18%, entre os *NBPs*, o que sugere certo grau de dificuldade quanto ao acesso ao PRONAF. Percebe-se que a grande maioria dos proprietários lida em suas próprias terras.

A figura 4 mostra a relação entre os *BPs* e os *NBPs* e a distância das propriedades em relação a sede do município.

Figura 4 – Distância da propriedade em relação a sede do município

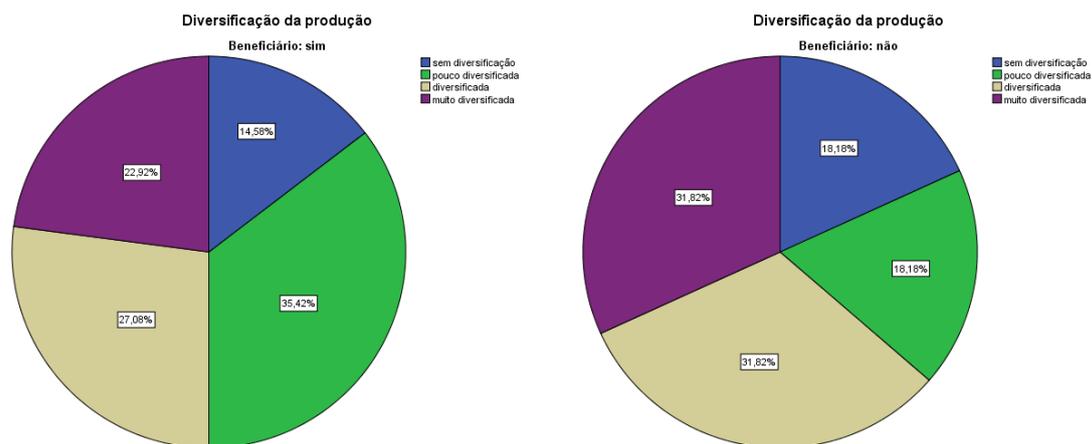


Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com dados da figura 4 percebe-se que tanto dentre os *BPs*, quanto os *NBPs*, mais de 80% moram a uma distância entre cinco a vinte quilômetros da sede do município, o que indica não haver relação entre ser BP e a localização da propriedade.

A figura 5 mostra a diversificação da produção e sua relação entre os *BPs* e os *NBPs*.

Figura 5 – Diversificação da produção



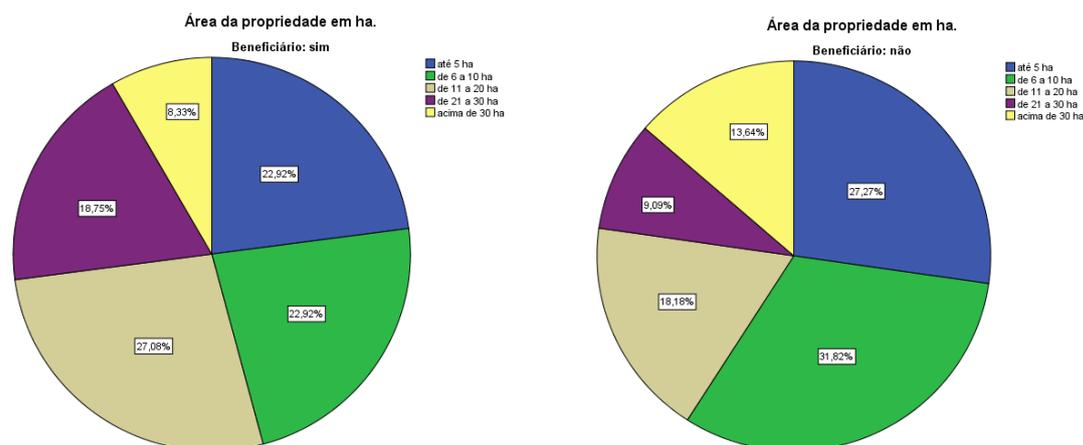
Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se com base nos dados da figura 5 que os agricultores com produção diversificada e muito diversificada inseridos entre os *BPs*, somam 50% ao passo que os inseridos entre os *NBPs* este percentual sobe para mais de 60%, o que insinua que não existe

nenhuma relação entre ser *BP* e a diversificação da produção nas propriedades rurais. Os dados apresentados sugerem uma maior necessidade por parte dos *NBPs* na obtenção de renda através da diversificação de sua produção.

Na sequência, apoiado na figura 6 o estudo compara a área da propriedade e sua relação entre os *BPs* e os *NBPs*.

Figura 6 – Área da propriedade em ha.

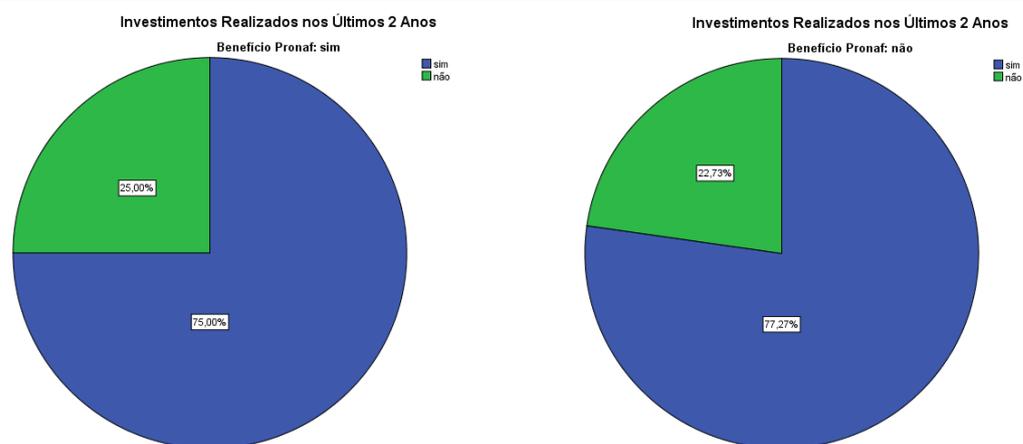


Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à distribuição do tamanho das propriedades em relação aos *BPs* ou *NBPs*, nota-se que o percentual de *BPs* com propriedade de até 10 ha, soma 45,84%, enquanto que entre os *NBPs* este percentual aumenta para 59,09%.

Ainda de acordo com as características da unidade rural, são apresentados na figura 7 os percentuais dos investimentos realizados na propriedade nos últimos 2 anos.

Figura 7 – Investimentos realizados



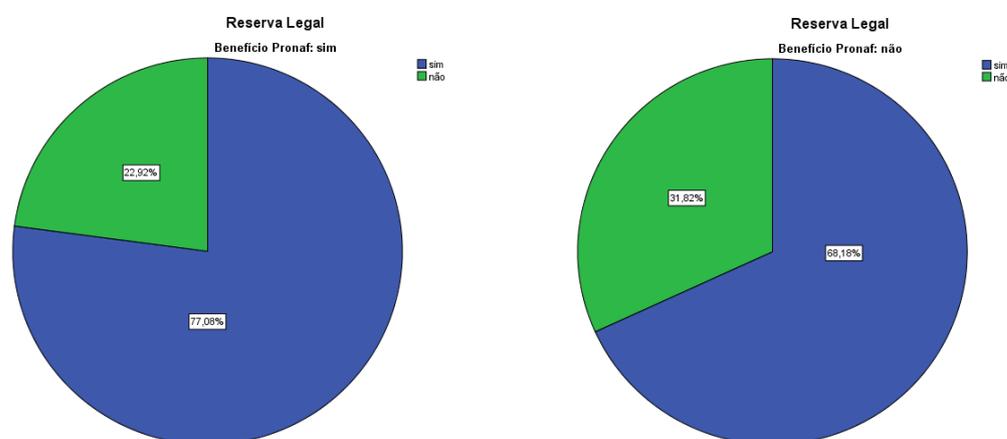
Fonte: Dados da pesquisa

Os números apresentados nas duas categorias analisadas indicam uma pequena vantagem para os *NBPs*. Ou seja, nesta modalidade percebe-se que o PRONAF apresentou pouca influência em investimentos na propriedade.

Ainda, de acordo com a figura 7 os resultados dão indícios que os recursos voltados ao investimento, provenientes das próprias atividades apresentam-se efetivamente mais direcionados as atividades da propriedade, que os recursos oriundos do PRONAF.

Continuando a análise sobre a caracterização da unidade rural, a figura 8 exibe a preocupação dos agricultores com a área legal destinada a reserva e preservação do meio ambiente.

Figura 8 – Reserva legal



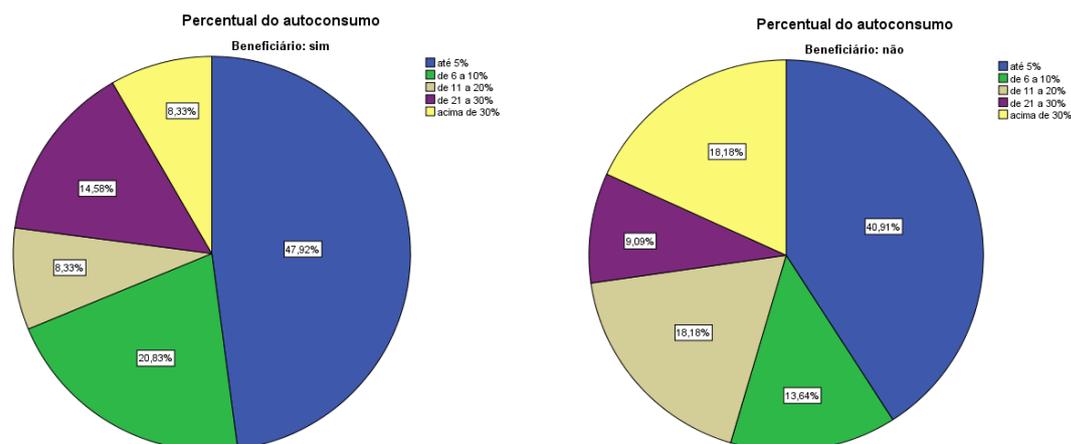
Fonte: Dados da pesquisa

Diante dos dados, referindo-se a reserva legal, parte da propriedade necessária à conservação da biodiversidade e que serve para dar guarida aos animais, percebe-se certa influência do PRONAF.

Continuando na análise e verificando um dos objetivos do PRONAF que é a modernização do sistema produtivo, o qual passa pela preservação do verde, os dados da figura 8 dão indícios da preocupação por parte dos produtores de Itapuranga com a preservação da flora e da fauna, principalmente por parte dos *BPs*.

Permanecendo na análise sobre a caracterização da unidade rural, a figura 9 expõe o percentual do autoconsumo, quanto à categorização em *BPs* e *NBPs*.

Figura 9 – Autoconsumo



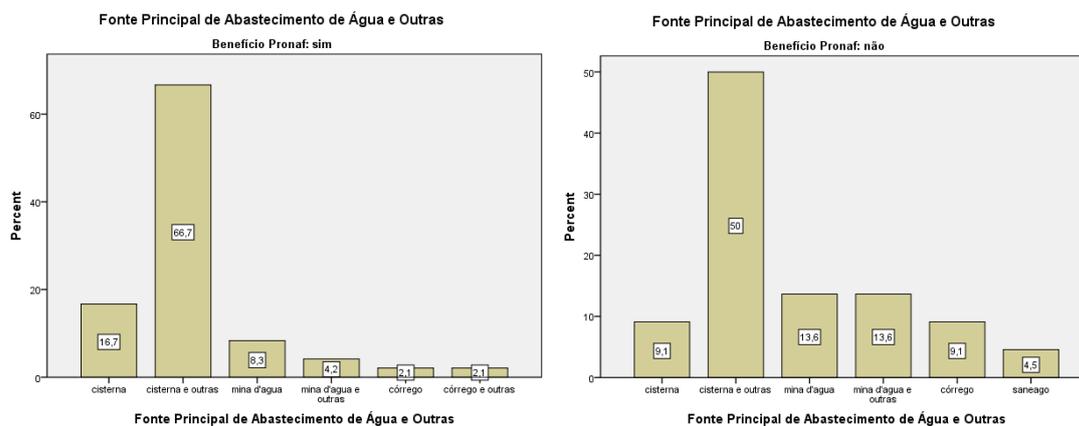
Fonte: Dados da pesquisa

Em conformidade com os dados apresentados na figura 9 pode-se verificar que uma parcela considerável, quase a metade dos dois grupos *BPs* e *NBPs*, utiliza menos de 10% da produção para o consumo da família. Outra verificação relevante insere-se dentre os *NBPs*, que atingem a um percentual acima de 18%, consomem mais de 30% de sua produção para a alimentação de suas famílias.

3.2.2 Aspectos ambientais

Dentre as variáveis analisadas, destaca-se neste item a relação entre os *BPs* e os aspectos ambientais envolvidos nas propriedades rurais familiares. Um dos pontos mais importantes avaliados nesta pesquisa refere-se à fonte principal de abastecimento de água, conforme pode ser observado na figura 10.

Figura 10 – Fontes de abastecimento de água nas propriedades

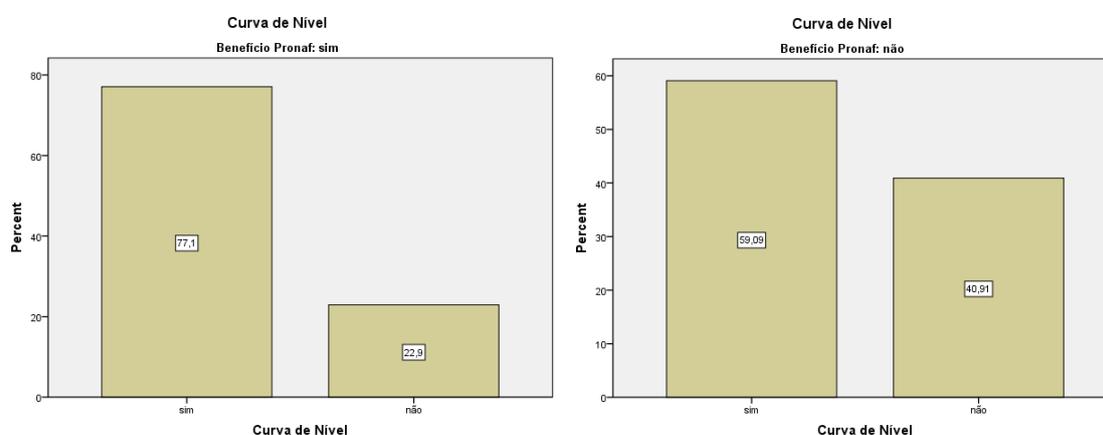


Fonte: Dados da pesquisa

Conforme os dados da figura 10 pode-se verificar que dentre os *BPs*, aproximadamente 84% possui cisterna como fonte de abastecimento de água principal, enquanto que para os *NBPs*, esse número é de cerca de 60%, ressaltando ainda um percentual significativo de propriedades desse mesmo grupo com abastecimento por mina d'água, chegando a algo em torno de 27%, enquanto para os *BPs* chega apenas a 12,5%. Sugere-se diante dos dados da pesquisa que o PRONAF está associado a um percentual maior de propriedades com abastecimento de água de cisterna o que permite uma melhor técnica de tratamento para consumo das famílias.

Em seguida, ainda sob os aspectos ambientais a investigação avalia as condições relacionadas à presença de curva de nível nas propriedades familiares (vide figura 11).

Figura 11 – Curva de nível

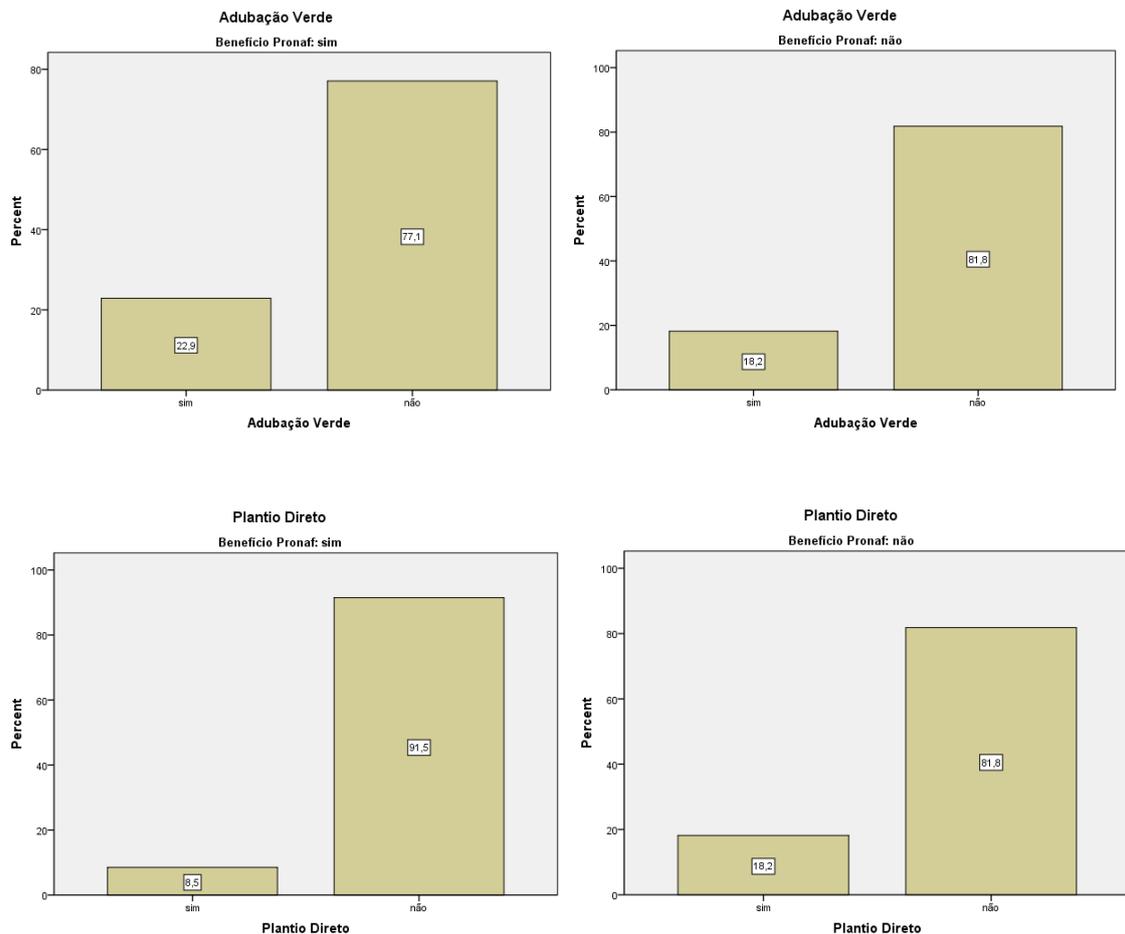


Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao percentual de curva de nível nas propriedades dos *BPs* e *NBPs*, observou-se que o PRONAF é relevante no contexto da proteção contra erosões e outras forças naturais da mesma ordem, já que as curvas de nível encontram-se presentes em 77,1% dessas propriedades, enquanto nas propriedades dos *NBPs* este número alcança 59,09%. Assim sendo, nota-se que o PRONAF afeta expressivamente a presença de técnicas voltadas a proteção contra erosões e assorimento, sendo portanto, relevante no contexto da proteção ambiental.

Vale ressaltar também no contexto dos aspectos ambientais a importância da adubação verde e o plantio direto (figura 12), que não só possibilita ganhos econômicos como também contribui para uma melhor conservação do solo.

Figura 12 – Adubação verde e plantio direto



Fonte: Dados da pesquisa

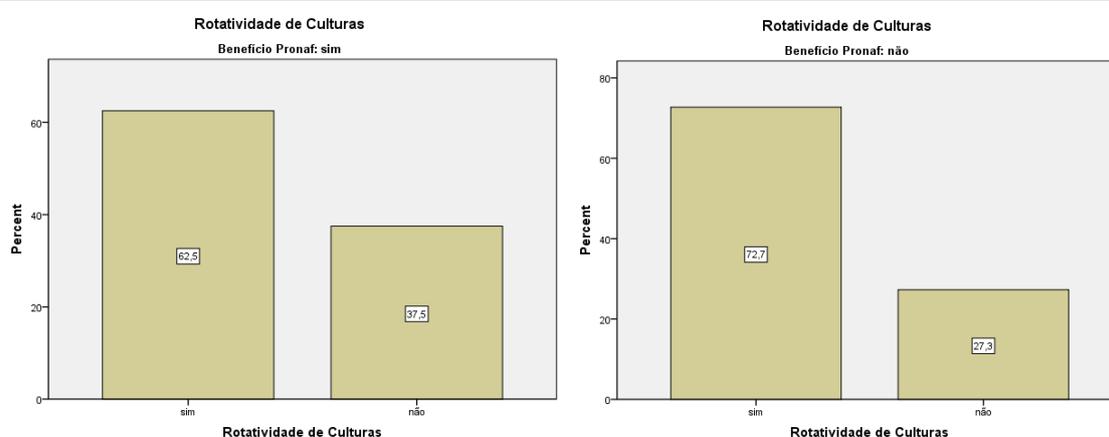
Vale notar que a prática da utilização da adubação verde (ex. Plantio de leguminosas) nas propriedades pesquisadas, esta é utilizada em pequena proporção,

provavelmente devido ao baixo nível de tecnologia utilizada pelos produtores e a falta de assistência técnica.

Observa-se, ainda quanto aos aspectos ambientais, que o plantio direto também é pouco utilizado, o que está ligado a falta de assistência técnica adequada, uma vez que esta prática reduziria o custo com a grade e o arado, entre outros.

Na figura 13 verifica-se a rotação de culturas, método voltado à preservação e conservação do solo.

Figura 13 – Rotatividade de culturas

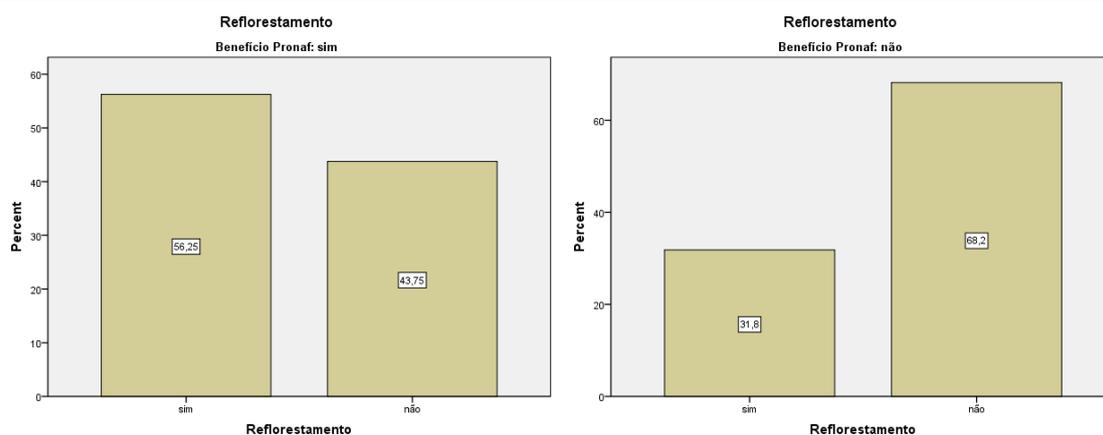


Fonte: Dados da pesquisa

Um dos sistemas de manejo de solo bastante utilizado tanto por *BPs* quanto por *NBPs* é a rotação de culturas, por outro lado, isto não caracteriza nenhuma influência do PRONAF (figura 13).

Na conjuntura vislumbrada e prosseguindo na análise dos aspectos ambientais, o reflorestamento é bastante utilizado pelos *BPs* (figura 14).

Figura 14 – Situação de reflorestamento



Fonte: Dados da pesquisa

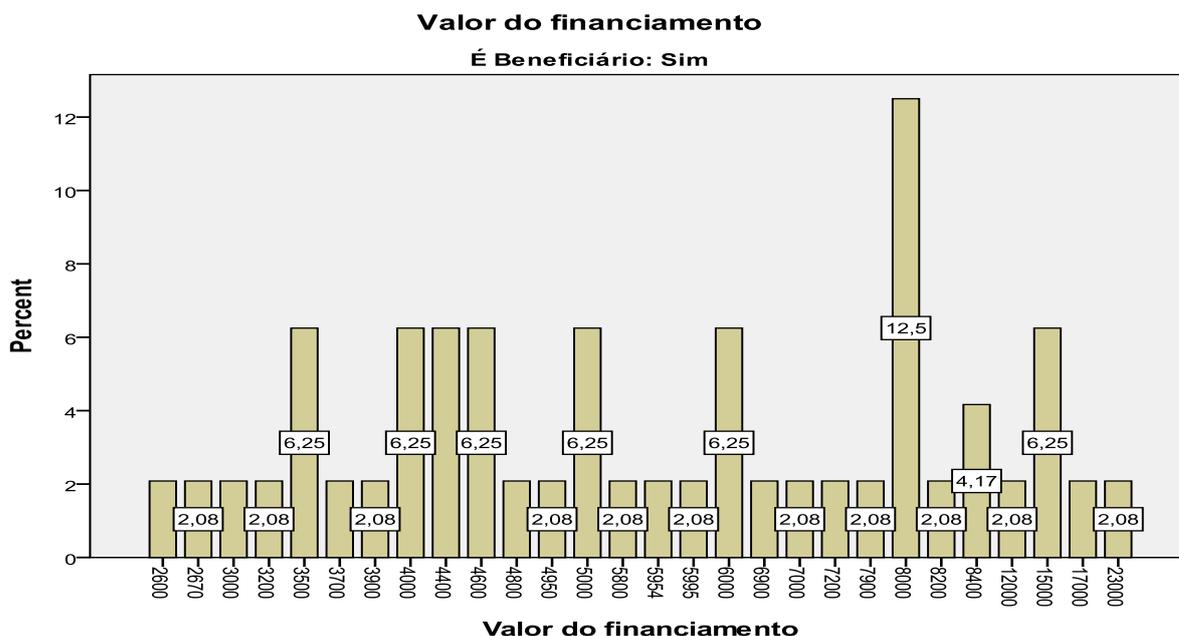
Ainda sobre os aspectos ambientais observa-se que o reflorestamento é bastante empregado pelos *BPs*, apontando uma preocupação com o meio ambiente, principalmente quanto ao reflorestamento das áreas de preservação permanente, onde percebe-se uma vontade em recuperar e manter as águas da propriedade.

3.2.3 Da avaliação dos beneficiários

Segundo as avaliações da conjuntura do programa foram analisados dados quantitativos e qualitativos dos *BPs* e o motivo da não inclusão ao programa por parte dos *NBPs*.

Na figura 15 estão distribuídos os valores dos financiamentos e suas respectivas porcentagens.

Figura 15 – Valor do financiamento



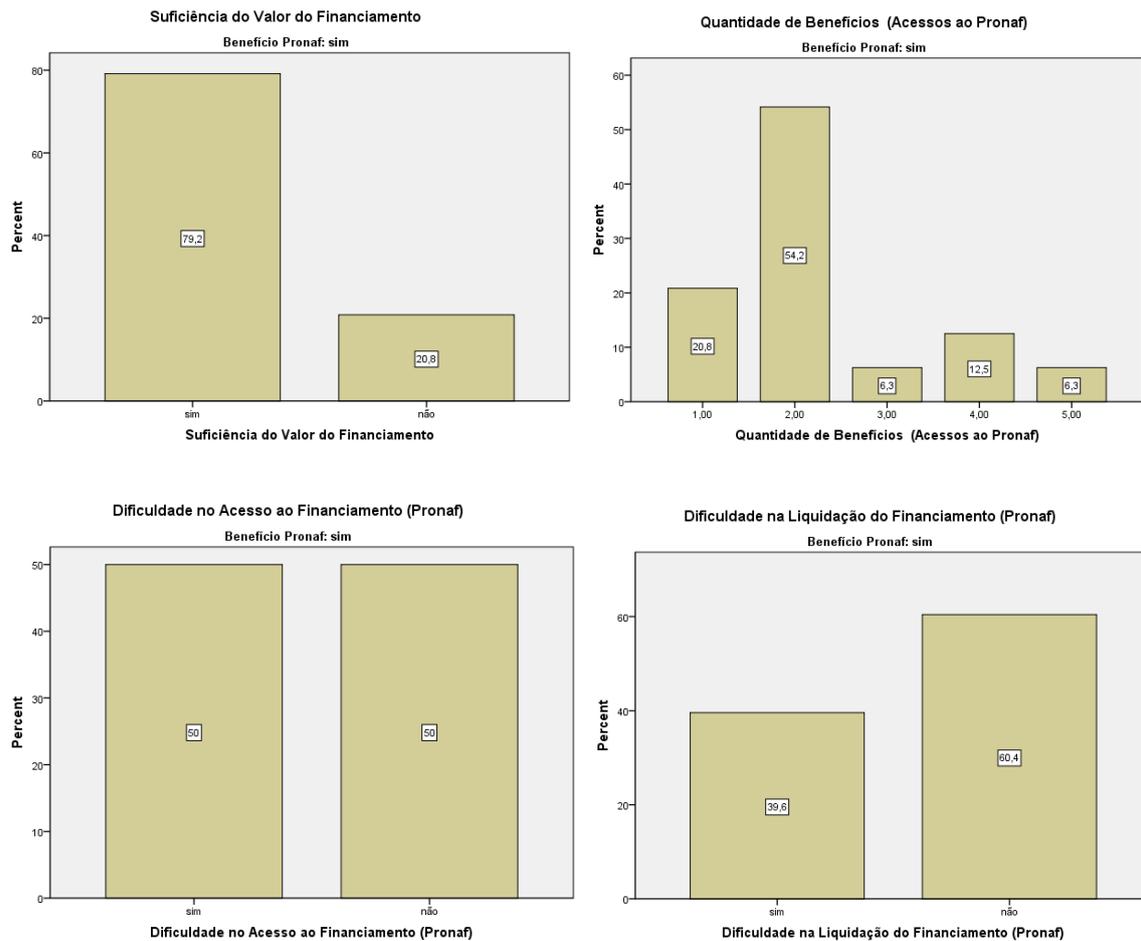
Fonte: Dados da pesquisa

Do ponto de vista do montante financiado, nota-se que estão bem distribuídos entre as diversas faixas de valores, sendo que o menor valor encontrado entre os *BPs* pesquisados foi de R\$ 2.600,00 e o maior valor foi de R\$ 23.000,00. O valor com maior acesso foi R\$ 8.000,00 com um percentual de 12,5% dos agricultores.

Como se pode notar, os valores dos financiamentos obtidos pelos produtores pesquisados foram acentuados, pois o tamanho de suas propriedades é razoavelmente pequeno, sendo muitos deles considerados como “minifúndios”.

Na figura 16 foram analisados os seguintes quesitos, se o valor foi suficiente? Se teve uma abundante quantidade de acessos? Se houve dificuldade no acesso? E se houve dificuldade na liquidação do financiamento?

Figura 16 – Condição do produtor em relação ao financiamento

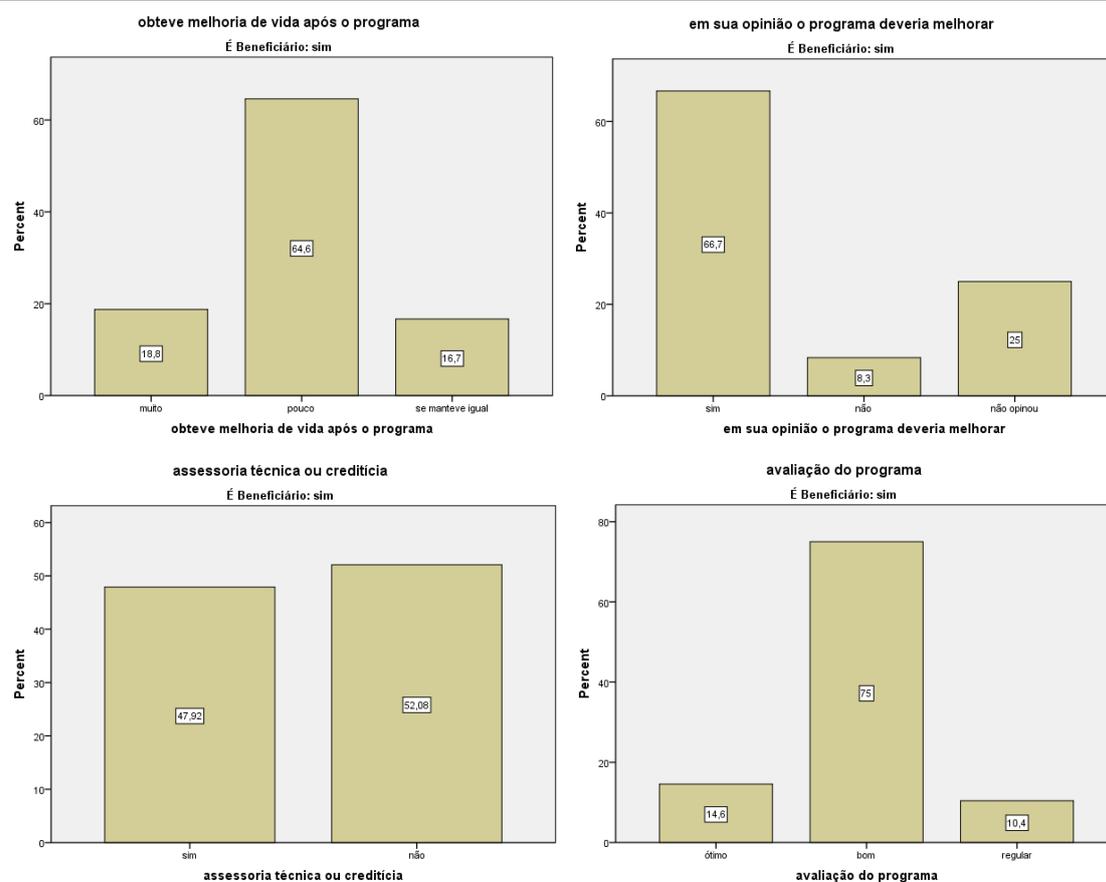


Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao valor do financiamento, 79,2% consideraram que foi suficiente, a maioria, 54,2% já utilizaram do financiamento por 2 vezes, Com relação as dificuldades para obter o empréstimo, aproximadamente a metade teve dificuldade e 60,4% não tiveram dificuldades para a liquidação do financiamento. Diante dos dados apresentados, verifica-se que os produtores se sentem atendidos em suas pretensões.

A figura 17 mostra os dados pautados nas opiniões dos produtores sobre as condições do PRONAF, com: se obteve melhorias após a inserção ao programa? se o programa deveria melhorar? se teve assistência técnica? e a opinião sobre o programa.

Figura 17 – Avaliação geral do programa



Fonte: Dados da pesquisa

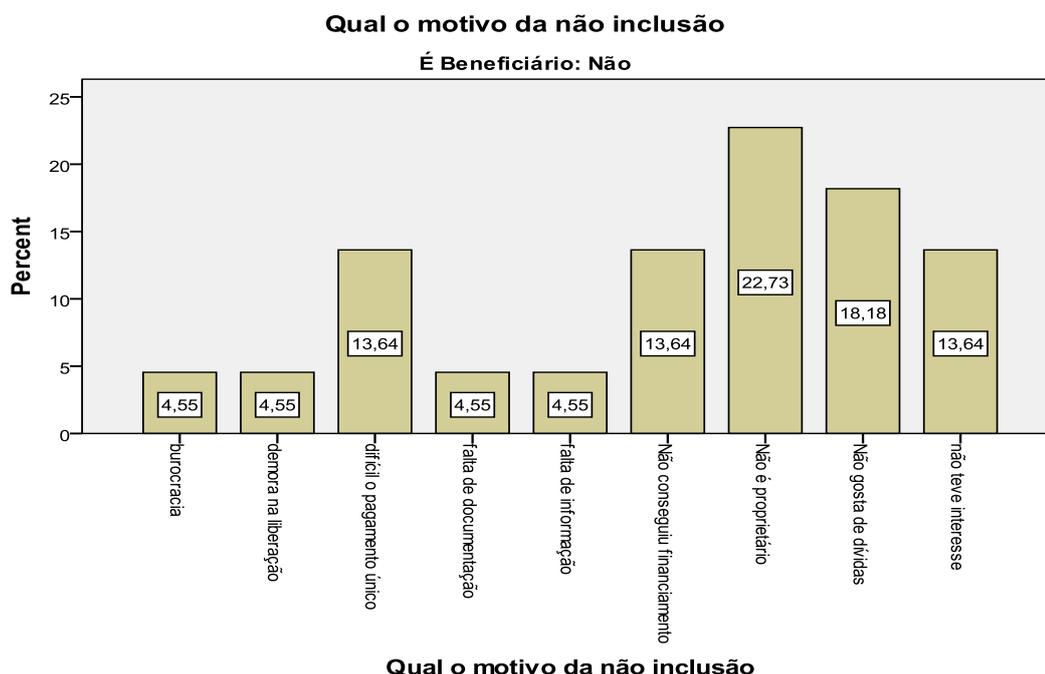
Vale notar que mais de 80% dos agricultores obteve melhorias de vida após a aquisição do financiamento, mas mesmo assim, quase 70% consideram que o PRONAF necessita de melhorias e mais de 85%, considera o programa ótimo ou bom.

Diante dos dados, é perceptível a necessidade de uma melhora no percentual de assistência técnica o que melhoraria ainda mais a avaliação do PRONAF.

Ainda de acordo com a assessoria, tanto técnica quanto creditícia, os dados indicam que metade dos financiados não as possuem, em parte por falta de agentes de apoio e assistência e em parte em função da não solicitação pelos financiados.

De acordo com a figura 18, pode-se vislumbrar como os *NBPs* expõem os motivos da não inclusão ao PRONAF.

Figura 18 – Motivos da não inclusão



Fonte: Dados da pesquisa

Em ajuste aos dados da figura 18 pode-se verificar que os motivos pelos quais os agricultores não foram incluídos no PRONAF foram vários, indo desde a burocracia até os a falta de interesse.

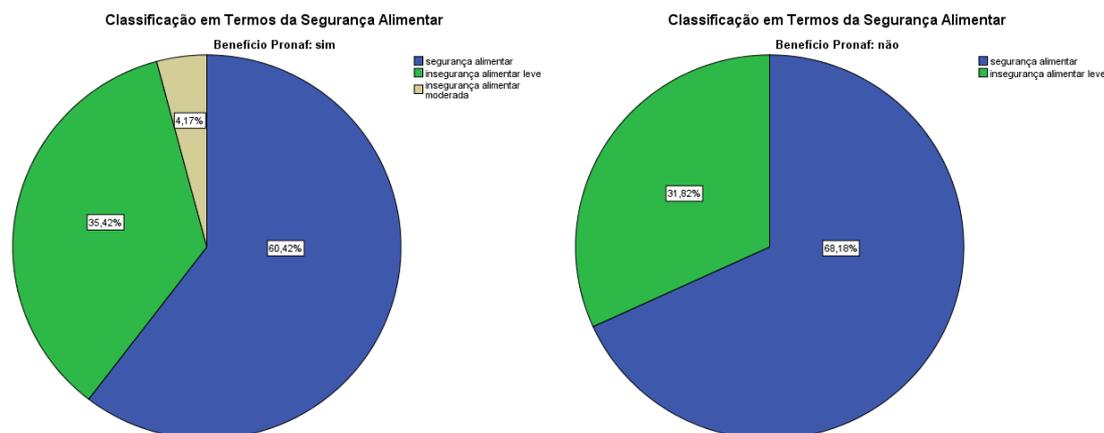
Nota-se que os motivos citados pela não inclusão, foram obtidos através de uma pergunta aberta e tabulado de acordo com resposta de cada um.

Averigua-se também que o maior motivo pela não inclusão é por não serem proprietários, no que se pode notar a inexistência de uma divulgação eficiente, por parte dos órgãos inseridos com as atividades rurais, pois, o fato de não serem proprietários não os impedem de acessarem ao PRONAF.

3.2.4 Segurança alimentar

A situação dos AF's quando comparados os grupos de *BPs* e *NBPs* em relação a segurança alimentar (fome), é demonstrada na figura 19.

Figura 19 – Segurança alimentar do produtor



Fonte: Dados da pesquisa

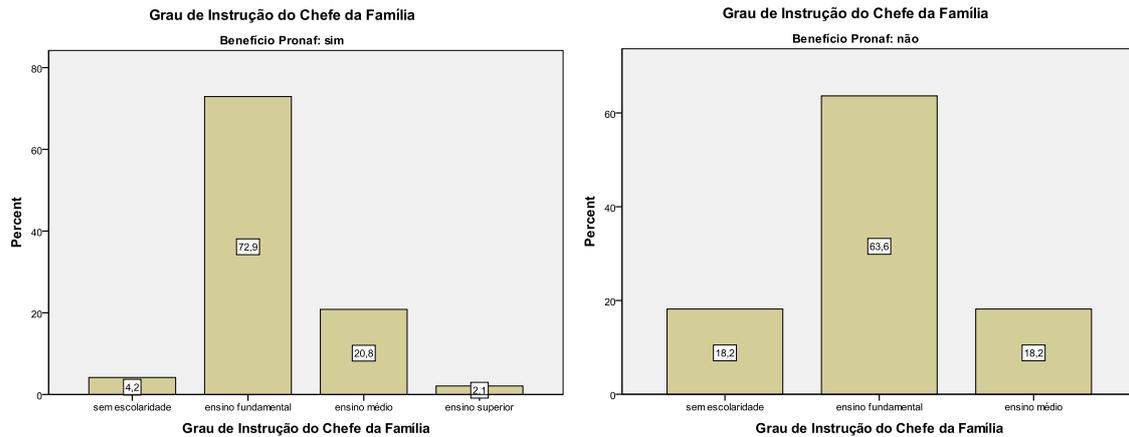
Conforme evidenciado na figura 19 a conjuntura das famílias dos agricultores pesquisados tanto dos *BPs*, quanto dos *NBPs* estão em uma situação de segurança alimentar, um ponto importante é que nenhuma família foi encontrada em situação de insegurança alimentar grave, e apenas 4,17% dos *BPs* estão em situação de insegurança moderada e dentre os *NBPs* não foi detectada nenhuma família nesta situação.

Ainda de acordo com a figura 19, no grupo dos *NBPs* 68% estão situação de segurança alimentar enquanto os *BPs* a os agricultores com segurança alimentar o percentual é de 60%. Existe indícios que as rendas auferidas fora da propriedade garantem uma maior segurança aos agricultores familiares, pois, os *BPs* com segurança alimentar 43% deles contam com uma renda proveniente de atividades laborativas fora da unidade rural, enquanto entre os *NBPs* este percentual eleva-se para 73%. Recomenda-se futuros estudos para verificar se trata-se de uma particularidade regional.

3.2.5 Características sociodemográficas

A figura 20 retrata o grau de escolaridade do chefe da família pesquisada, confrontando a escolaridade dos *BPs* com a escolaridade dos *NBPs*.

Figura 20 – Grau de instrução do produtor



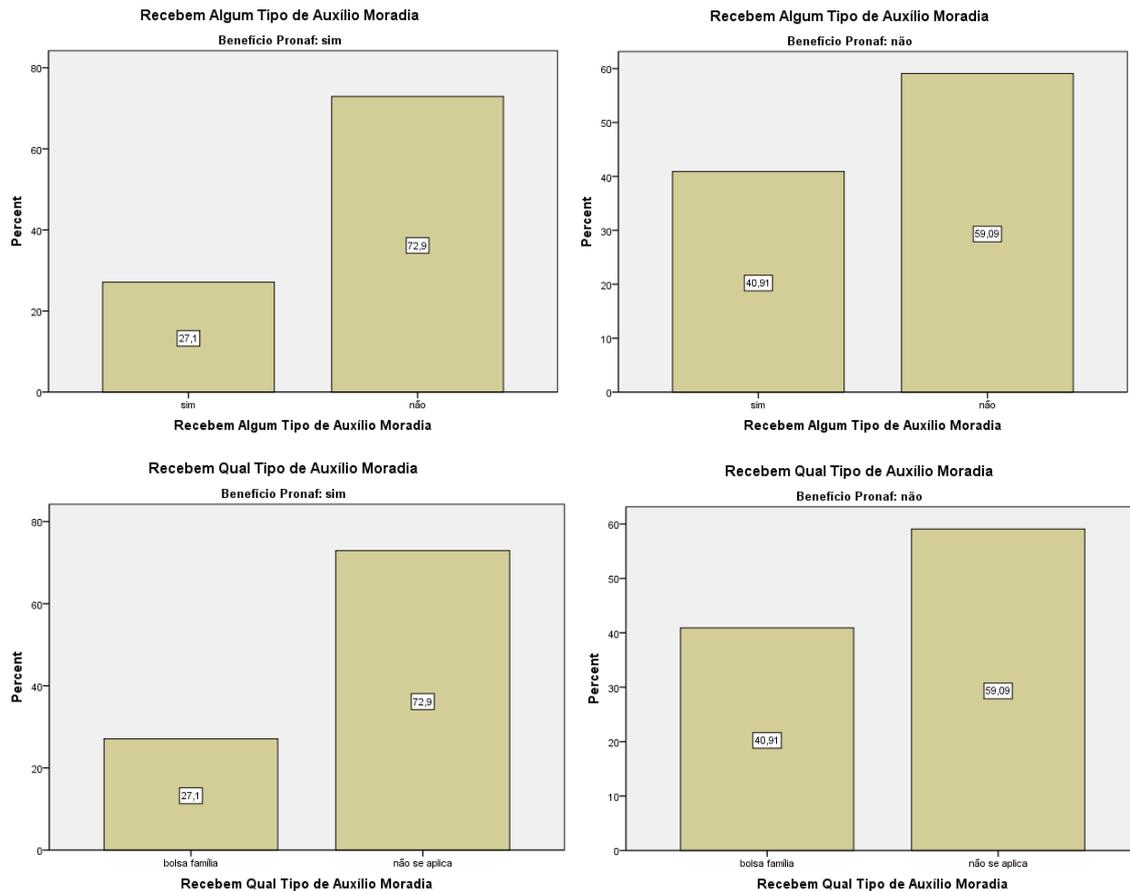
Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à escolaridade, destacam-se os agricultores com ensino fundamental nos grupos comparados, um percentual considerável de 18% sem escolaridade dentre os *NBPs*, e apenas 2,1% com o nível superior entre os *BPs*, ficou entendido um grau de escolaridade menor entre os agricultores *NBPs*. Assim sendo, verifica-se que apenas uma pequena parcela de agricultores possui curso superior entre os *BPs*.

3.2.6 Apoio e proteção social

A figura 21 expõe os dados sobre a proteção social recebida pelas famílias dos entrevistados, onde foi detectada apenas a bolsa família.

Figura 21 – Auxílio moradia

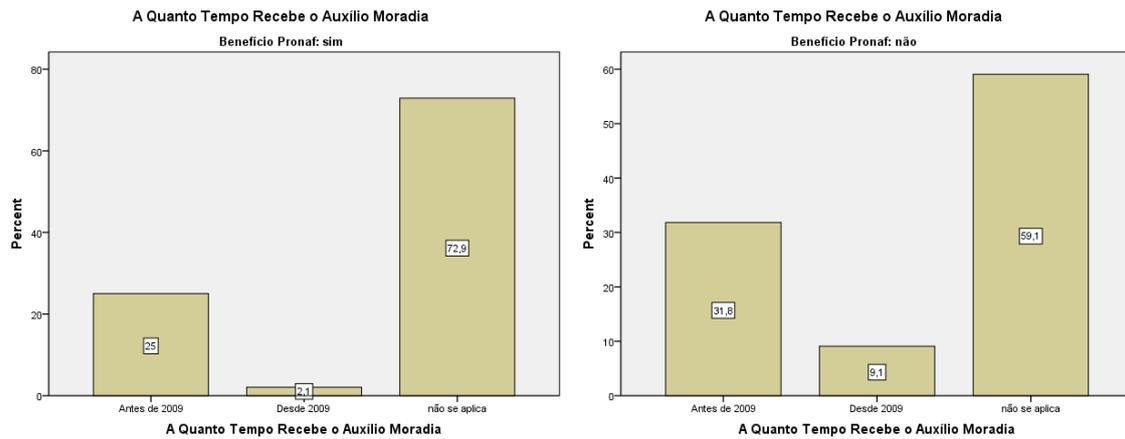


Fonte: Dados da pesquisa

Pelos dados constantes na figura 21, nota-se que o maior percentual das famílias que possuem bolsa família (40,91%), são dos *NBPs*, contra 27,1% *BPs*. Neste caso, sugere-se uma maior necessidade de benefícios por parte dos *NBPs*.

A figura 22 exibe os dados sobre o tempo em que as famílias recebem a bolsa família de acordo com os grupos de *BPs* e de *NBPs*.

Figura 22 – Recebimento auxílio moradia



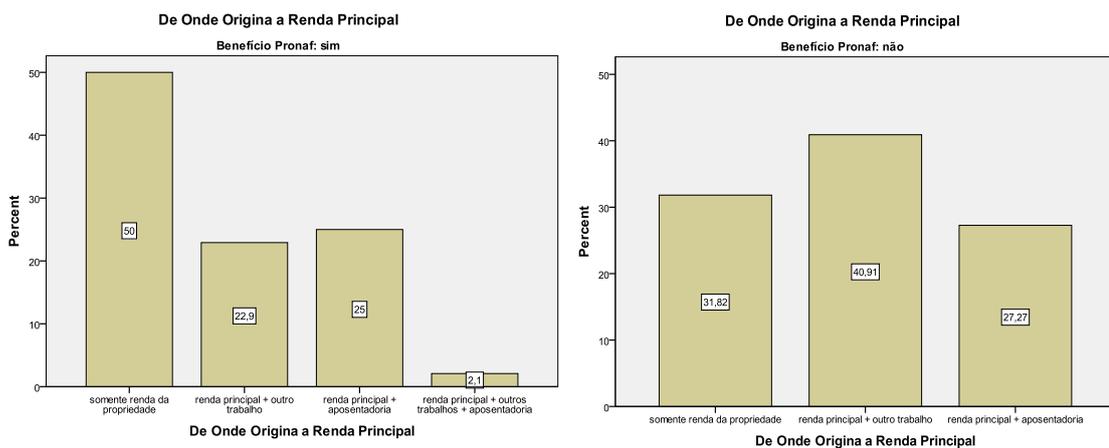
Fonte: Dados da pesquisa

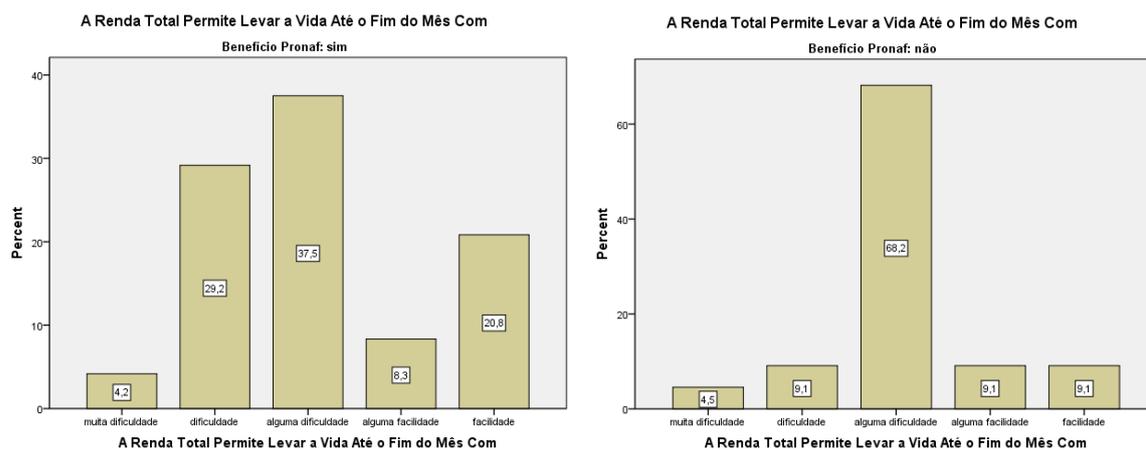
De acordo com os dados constantes da figura 22 fica evidente que a grande parte das famílias que recebem o auxílio moradia o fazem desde antes de 2009. Somado a isso, destaca-se que a maioria das famílias não recebem qualquer tipo de assistência.

3.2.7 Trabalho e renda familiar

A figura 23 apresenta a variável renda dividida entre *BPs* e *NBPs* de acordo com a diversificação de sua origem e sua durabilidade até o final do mês.

Figura 23 – Origem e condição da renda





Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados apresentados, quanto ao item origem da renda que consta na figura 23 onde percebe-se que a metade dos *BPs* tem como origem apenas o rendimento proveniente das atividades oriundas da propriedade, porém para os *NBPs* o maior percentual se encontra entre os que utilizam de outro trabalho para complementar a renda (40,91%).

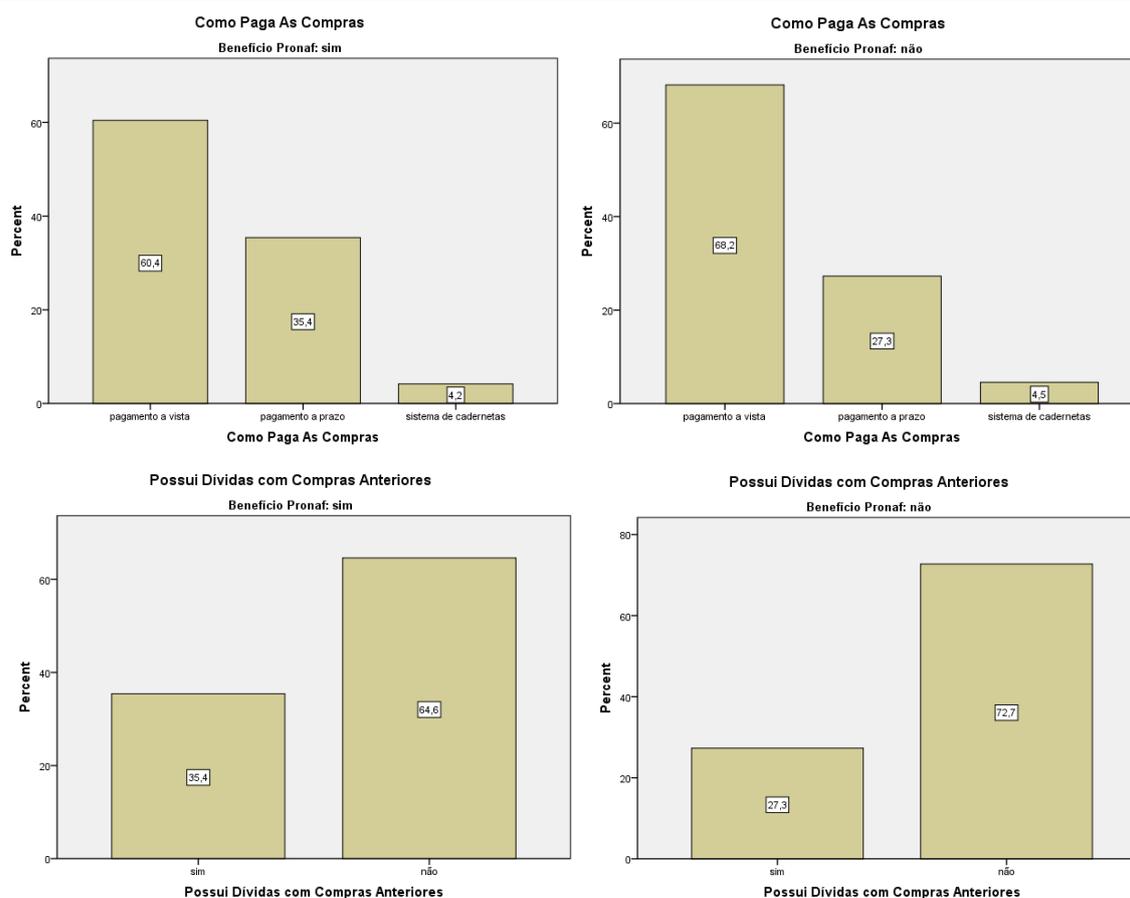
Do ponto da permanência da renda até o final do mês, nota-se que dentre os *NBPs*, 68,2% tem alguma dificuldade, ao passo este percentual é de somente 37,5% entre os *BPs*, o que indica a influência da renda proveniente de outras atividades fora da unidade rural.

Outro dado importante refere-se ao percentual de 20,8% de *BPs* que encontram facilidade para que a renda dure até o final do mês, ao contrário dos *NBPs* onde este percentual é de apenas 9,1%. Pelos dados apresentados percebe-se que a duração da renda está mais bem distribuída entre os *BPs*.

De outro lado, os dados implicam que os *NBPs* têm situação de dificuldade menos aguda que os *BPs* principalmente no quesito origem e condição de renda, o que leva a crer que os recursos provindos das rendas próprias são utilizados com maior eficiência que os derivados de fontes externas.

A figura 24 apresenta a variável compra comparada entre *BPs* e *NBPs* de acordo com seu pagamento ou não.

Figura 24 – Situação das compras



Fonte: Dados da pesquisa

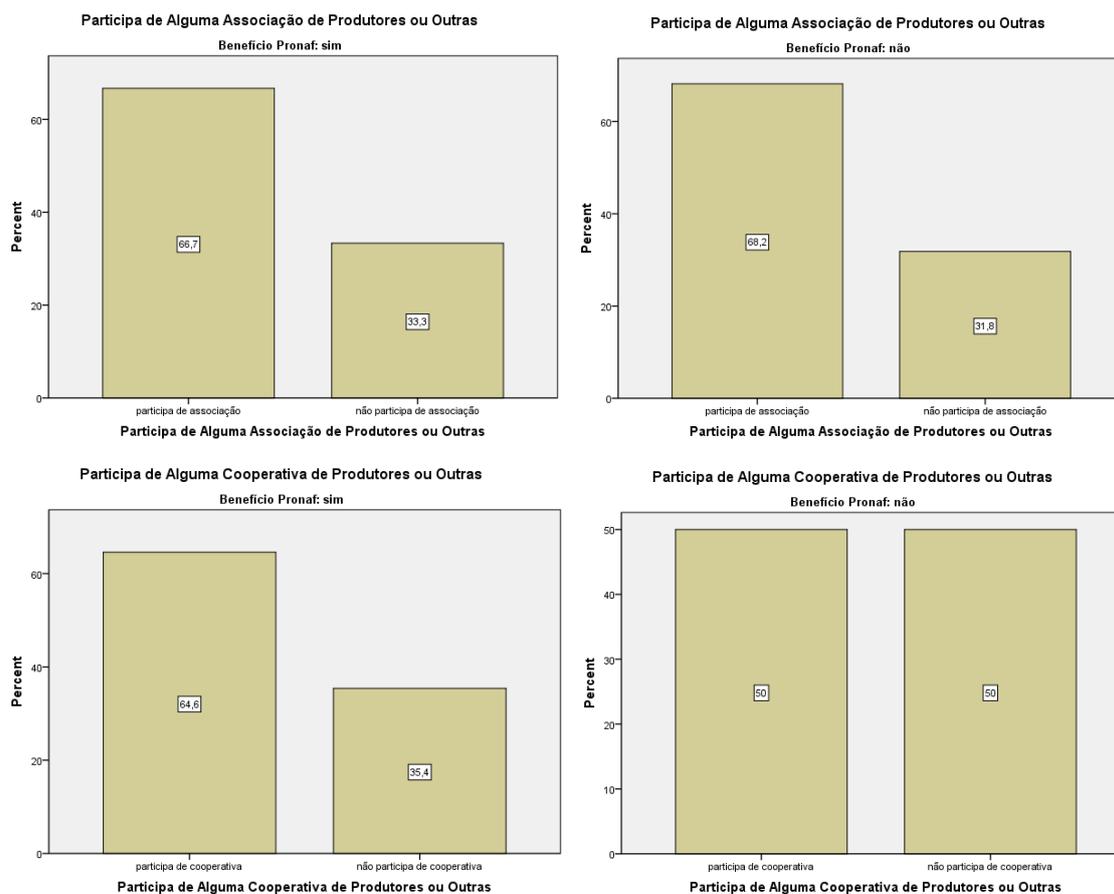
De acordo com a figura 24 fica claro que a maioria das famílias preferem comprar a vista, com percentual acima de 60%. No tocante as dívidas das compras anteriores nota-se que os *BPs* devem um percentual ligeiramente superior ao percentual de dívidas dos não beneficiários, onde configura uma melhor situação de controle dos *NBPs* em relação as compras.

Ainda de acordo com os dados constantes da figura 24, o percentual ligeiramente superior por parte dos *NBPs*, no que diz respeito ao pagamento à vista e conseqüentemente um percentual um pouco inferior quanto a dívidas com compras anteriores, sugere que parte das compras são pagas com a renda adquirida com o trabalho fora da propriedade.

3.2.8 Tradição e costume

A figura 25 apresenta a participação dos produtores *BPs* e *NBPs* em associações e cooperativas.

Figura 25 – Associações e cooperativas

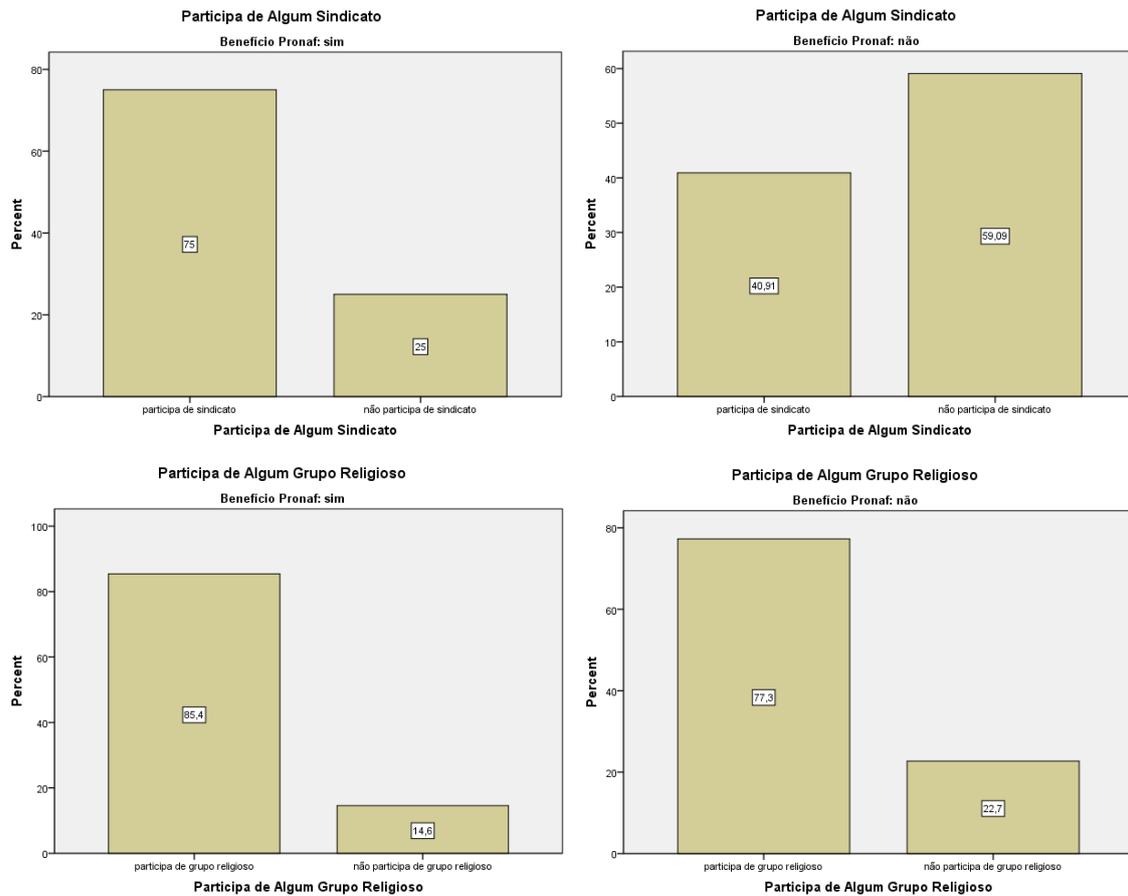


Fonte: Dados da pesquisa

Ao mostrar a participação dos agricultores em associações e cooperativas nota-se um percentual semelhante entre os *BPs* e *NBPs* no que diz respeito à participação em associações. Por outro lado, quanto à participação em cooperativas percebe-se uma diferença favorável aos *BPs* (64,6%) contra (50%) dos *NBPs*. Assim sendo, verifica-se a influência das cooperativas no acesso ao PRONAF.

A figura 26 apresenta a participação dos produtores *BPs* e *NBPs* em sindicatos e grupos religiosos.

Figura 26 – Sindicato e grupo religioso



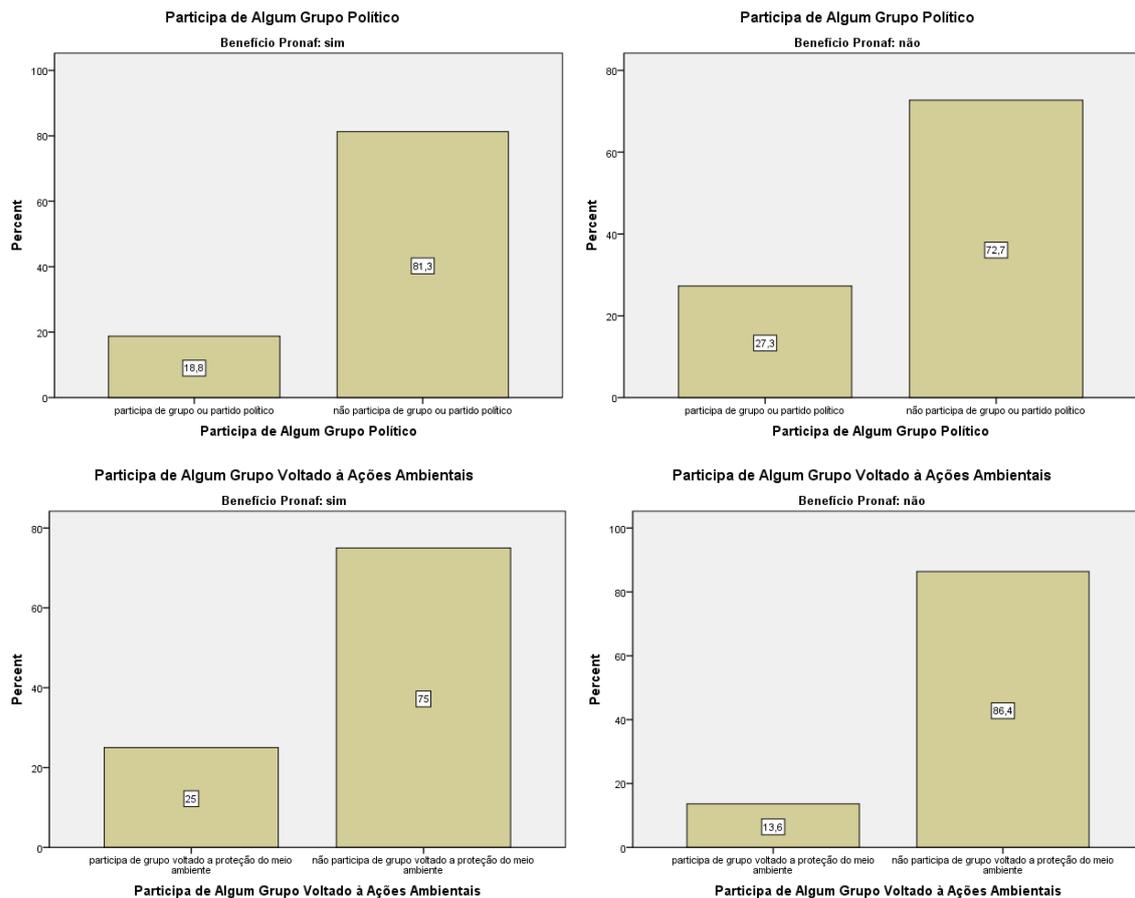
Fonte: Dados da pesquisa

Ao mostrar a participação dos agricultores em organizações ou grupos sociais tem-se que a maioria participa de grupos religiosos, 85,4% para os *BPs* e, 77,3% para os *NBPs*.

Destaca-se a grande participação dos *BPs* (75%) em sindicatos o que configura a influência dos mesmos quanto ao acesso ao PRONAF.

Nota-se com base na figura 27 a participação dos produtores *BPs* e *NBPs* em grupos políticos e grupos ambientais.

Figura 27 – Grupos políticos e ambientais



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados da figura 27 percebe-se que tanto os grupos políticos quanto os ambientais são os que apresentam menor participação seja por parte dos *BPs* ou por parte dos *NBPs*.

Verifica-se uma maior movimentação sociopolítica dos *NBPs*, com indicativos de interesse por alternativas que atendam suas necessidades, uma vez que não utilizam as fontes de recursos oficiais.

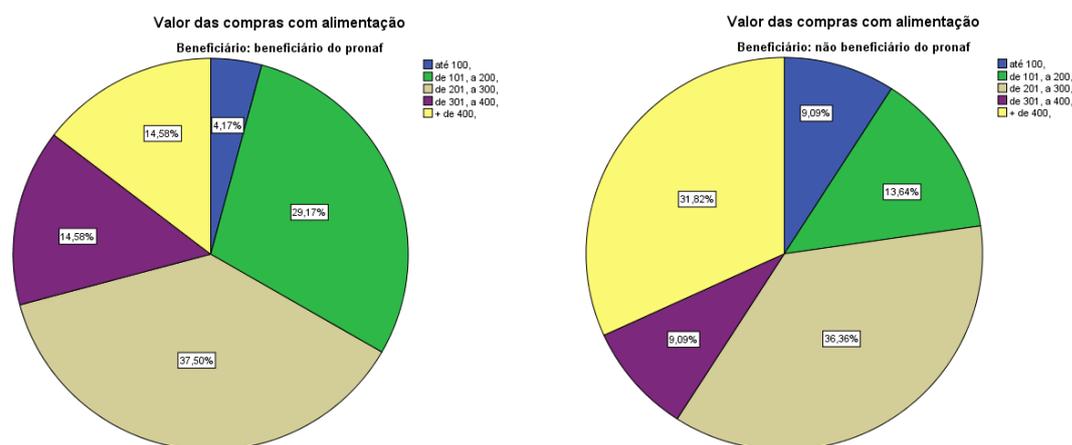
Os dados indicam uma maior participação em atividades ambientais por parte dos *BPs*, o que sugere a existência de informações quanto aos objetivos do PRONAF, no que diz respeito ao meio ambiente.

Apesar da importância tanto das atividades políticas, quanto das atividades ambientais, parte considerável dos agricultores familiares não têm tradição de participarem dos grupos organizados dessas atividades.

3.2.9 Gastos com compras para alimentação dos *BPs* e *NBPs*.

A figura 28 compara os gastos com aquisição de alimentos para o consumo das famílias dos produtores *BPs* e *NBPs*.

Figura 28 – Gastos do produtor com alimentação.



Fonte: Dados da pesquisa

Em consonância com os dados da figura 28 percebe-se que os agricultores inseridos no grupo dos *NBPs* têm um gasto maior com a alimentação de suas famílias, notadamente nas compras acima de R\$ 400,00.

Assim sendo, os dados apresentados indicam uma necessidade maior entre os *NBPs* em direcionar sua produção para a venda, uma vez que, não contam com recursos de financiamentos, carecendo então dos recursos proveniente da venda de seu cultivo para financiar sua atividade.

Na sequência, são apresentados e analisados os resultados da comparação de grupos de acordo com as variáveis de segurança alimentar em conformidade com o objetivo do estudo.

CAPÍTULO IV

4. ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA SEGURANÇA ALIMENTAR

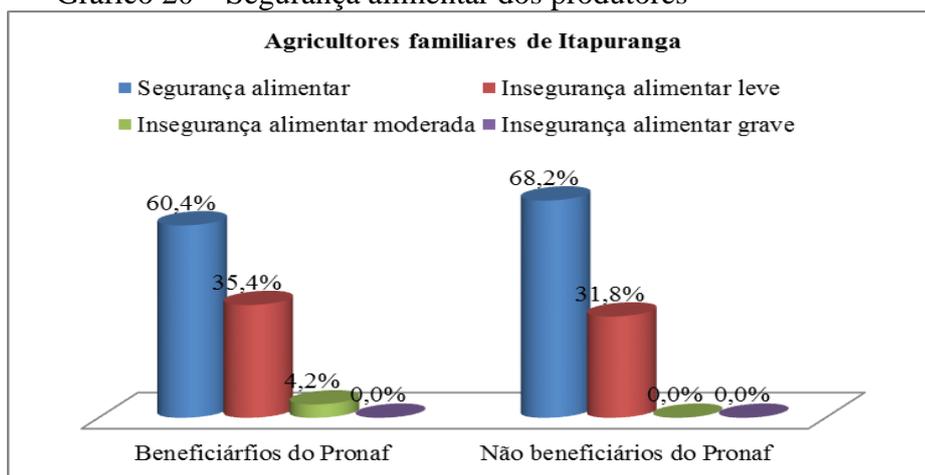
Visando responder a problemática da pesquisa e ao mesmo tempo atendendo as perspectivas referentes ao objetivo do estudo, este capítulo relaciona: classificação (segurança e insegurança alimentar), categorias (*BPs* e *NBPs*) e variáveis de análise (características socioeconômicas e sociodemográficas).

4.1 Segurança alimentar beneficiários e não beneficiários

Os dados apresentados são derivados da aplicação de questionários apropriados de uma amostra de moradores de 70 propriedades rurais, distribuídos em 48 famílias de *BPs* e 22 famílias de *NBPs* a proporção entre *BPs* e *NBPs* foi obtida de forma aleatória no universo pesquisado. Foram extraídas informações sobre a segurança alimentar e comparado os grupos de *BPs* e *NBPs* para a verificação dos efeitos do PRONAF na segurança alimentar.

A primeira variável analisada refere-se à relação entre os benefícios do PRONAF e seu efeito em termos de segurança/insegurança alimentar (gráfico 20).

Gráfico 20 – Segurança alimentar dos produtores



Fonte: Dados da pesquisa

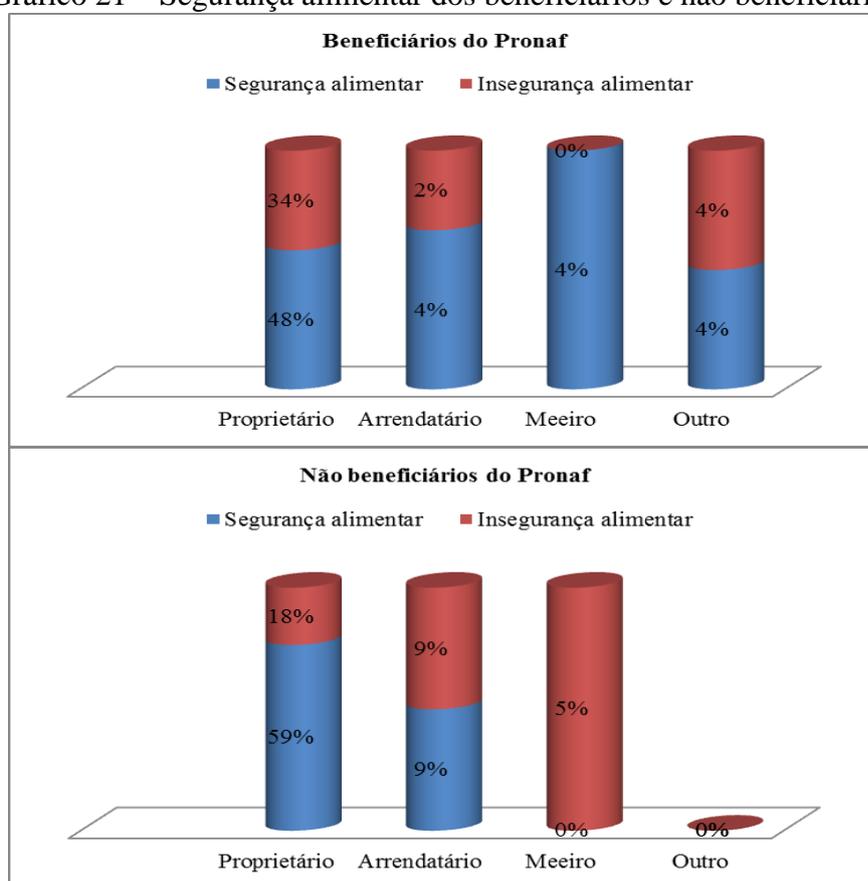
Conforme os dados apresentados no gráfico 20, os benefícios do PRONAF não incidem em maior presença de segurança alimentar quando comparados aos não beneficiários, sendo de 60,4% e 68,2% respectivamente.

Com base nas verificações desse trabalho, percebe-se grande influência das rendas auferidas através da diversificação da renda, na segurança alimentar dos agricultores familiares, basicamente, em virtude da regularidade da renda.

A certeza que os recursos para o custeio e os investimentos devem vir de seu próprio trabalho, amplia a eficácia em termos de Segurança Alimentar dos resultados alcançados. Portanto, o resultado reafirma que a segurança alimentar não depende em especial dos benefícios obtidos via PRONAF.

O gráfico 21 relaciona a caracterização do produtor com sua condição de beneficiário ou não do PRONAF e classificação com a temática segurança alimentar.

Gráfico 21 – Segurança alimentar dos beneficiários e não beneficiários



Fonte: Dados da pesquisa

Segundo os dados apresentados no gráfico 21, percebe-se uma inversão quanto à segurança alimentar dos agricultores classificados como meeiros, onde os *BPs* são avaliados com condição de segurança alimentar e os *NBPs* estão em situação de insegurança alimentar.

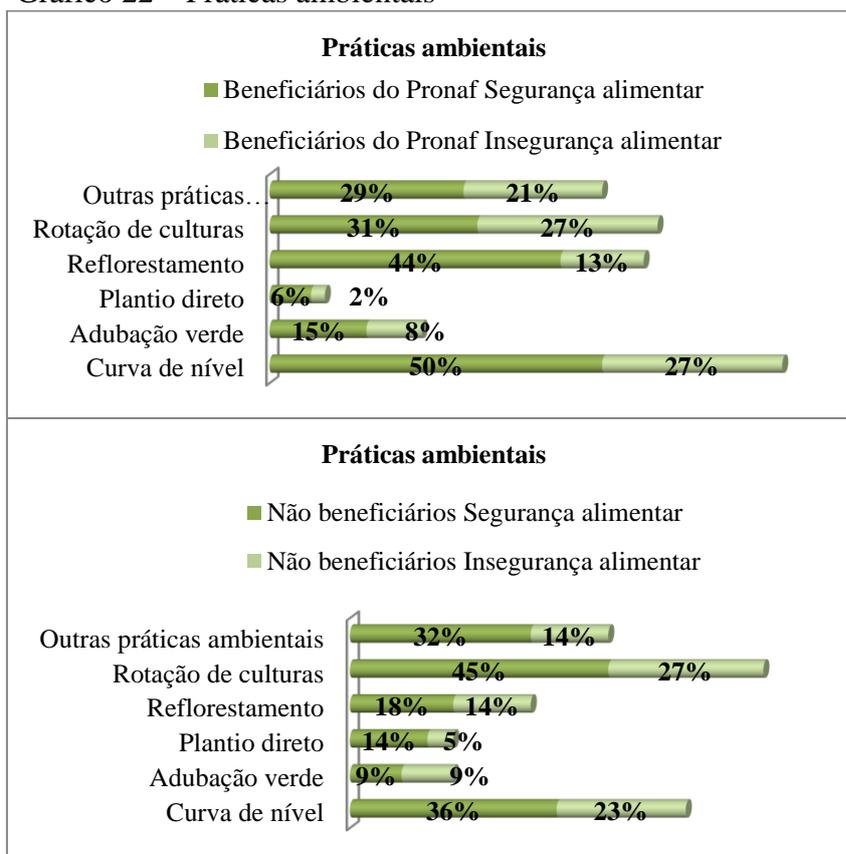
Ainda de acordo com os dados do gráfico 21, para os agricultores nas condições de proprietários e arrendatários a segurança alimentar dos *NBPs* leva ligeira vantagem sobre a segurança alimentar dos *BPs*.

Assim sendo, pode-se reafirmar que os dados indicam que a segurança alimentar dos agricultores independe dos benefícios do PRONAF.

4.2 Aspectos ambientais

Em meio às variáveis avaliadas, destaca-se neste item a relação entre os *BPs* e os *NBPs* e os aspectos ambientais envolvidos nas propriedades rurais familiares, considerando o nível de segurança alimentar dos produtores. Um dos pontos importantes avaliados nesta pesquisa, refere-se a curva de nível, conforme observado no gráfico 22.

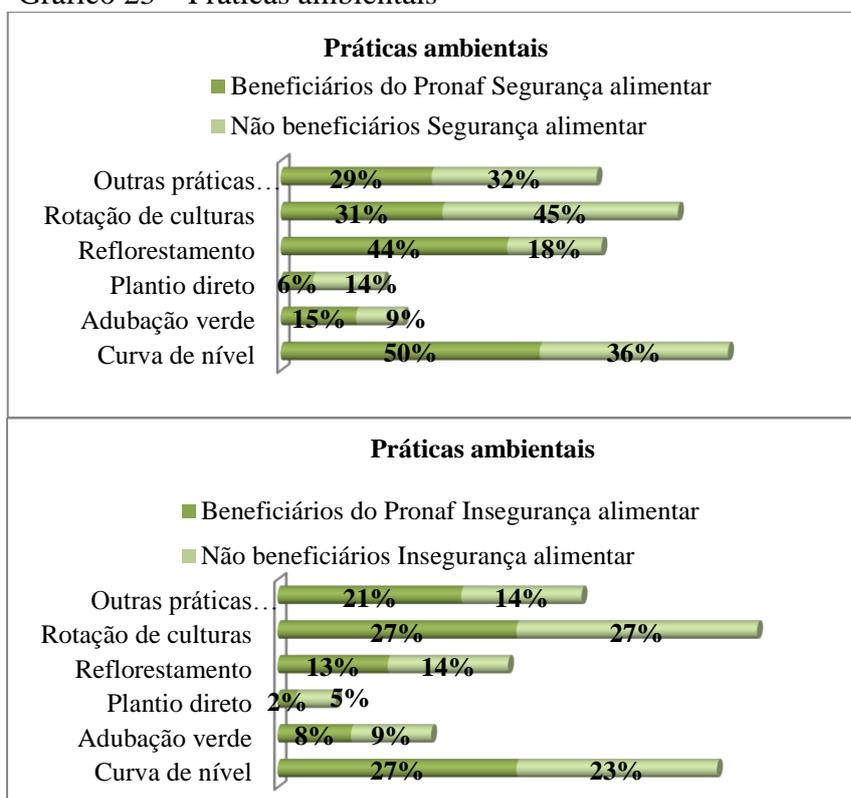
Gráfico 22 – Práticas ambientais



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto às práticas ambientais, nota-se que tanto dentre os *BPs*, quanto dentre dos *NBPs* que os produtores com segurança alimentar têm uma preocupação maior com os aspectos ambientais.

Gráfico 23 – Práticas ambientais



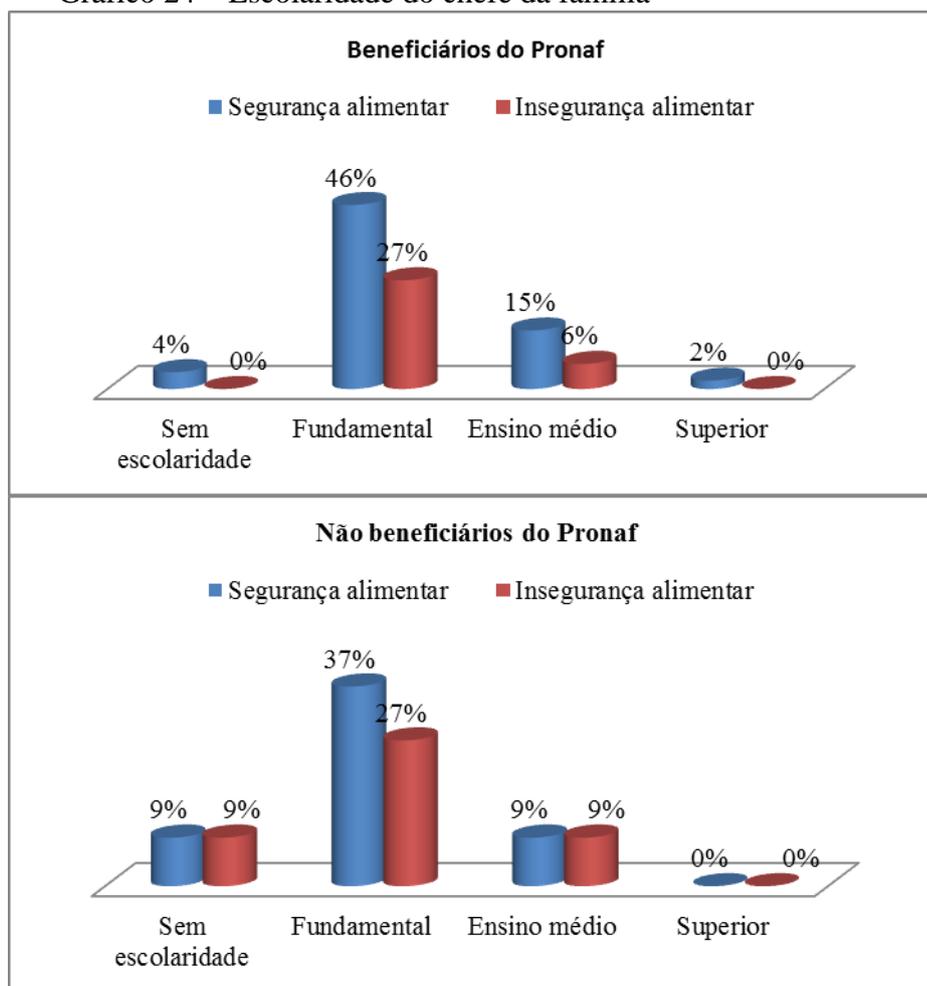
Fonte: Dados da pesquisa

Diante do confronto observado no gráfico 23, entre os *BPs* e os *NBPs* com segurança alimentar, bem como o confronto com insegurança, pode-se verificar que dentre os *BPs* com segurança alimentar, estes superam os *NBPs*, apenas na adubação verde 15%, no reflorestamento 44% e na curva de nível 50%, por outro lado os *NBPs* suplantam nas variáveis, plantio direto 14%, outras práticas 32% e rotação de culturas 45%. Sugere-se, diante dos dados da pesquisa, que os agricultores com segurança alimentar têm preocupado em não degradar a terra, não assoreá-la, bem como preocupação com a reposição das matas.

4.3 Características sociodemográficas

O gráfico 24 expõe a escolaridade do chefe da família distribuído conforme a temática segurança alimentar e a classificação quanto ser ou não *BP*.

Gráfico 24 – Escolaridade do chefe da família



Fonte: Dados da pesquisa

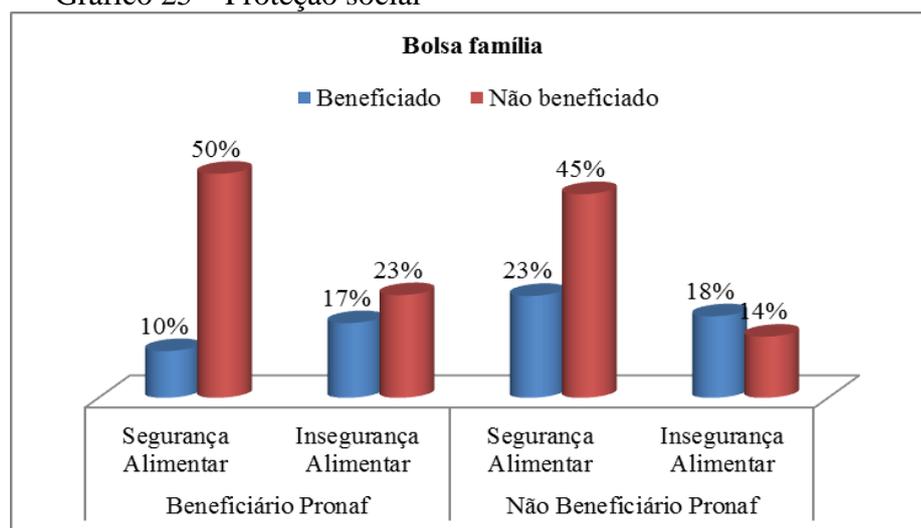
Quando se trata de escolaridade, e sendo confrontado os dados dos *BPs* com os dados dos *NBPs*, destaca-se os produtores com ensino fundamental, verifica-se que o grau de escolaridade dos agricultores *BPs* é maior que a escolaridade dos *NBPs*.

É importante assinalar que dentre os *NBPs* o percentual de segurança e insegurança alimentar nos agricultores classificados como sem escolaridade e os do ensino médio são iguais. Os resultados demonstram o baixo grau de escolaridade dos agricultores pesquisados.

4.4 Apoio e proteção social

O gráfico 25 exibe a classificação da proteção social em *BPs* e *NBPs*, distribuídos sob a ótica da segurança alimentar.

Gráfico 25 – Proteção social



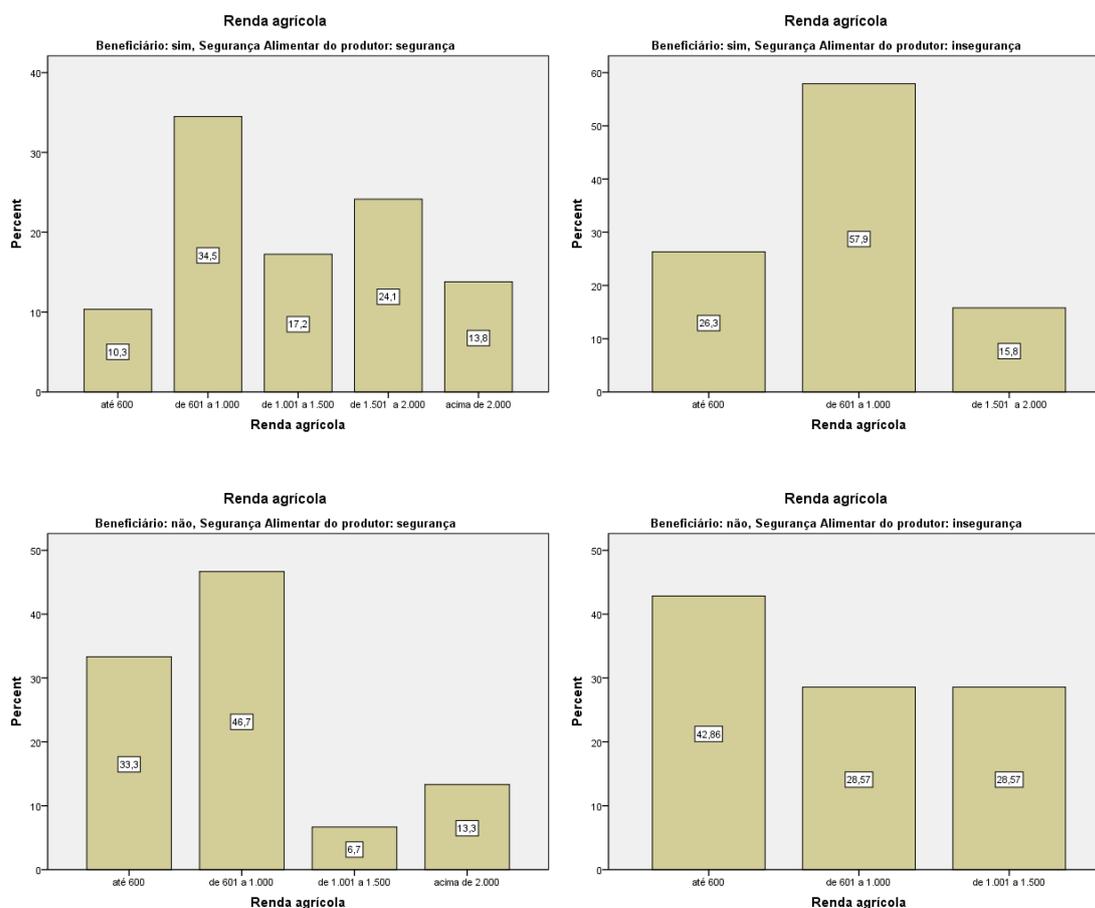
Fonte: Dados da pesquisa

Especificamente em relação aos *BPs*, percebe-se que a metade destes não recebe a bolsa família e está no grupo de segurança alimentar, e quando analisado apenas os que recebem a bolsa família, nota-se que 10%, estão no grupo de segurança alimentar e 17%, no da insegurança alimentar o que sugere que o auxílio da bolsa família não impacta a segurança alimentar dos agricultores pesquisados.

4.5 Trabalho e renda familiar

Exposto o gráfico 26, verificam-se as rendas agrícolas dos *BPs* e dos *NBPs*, distribuídas sob o ângulo da segurança alimentar.

Gráfico 26 – Renda agrícola mensal



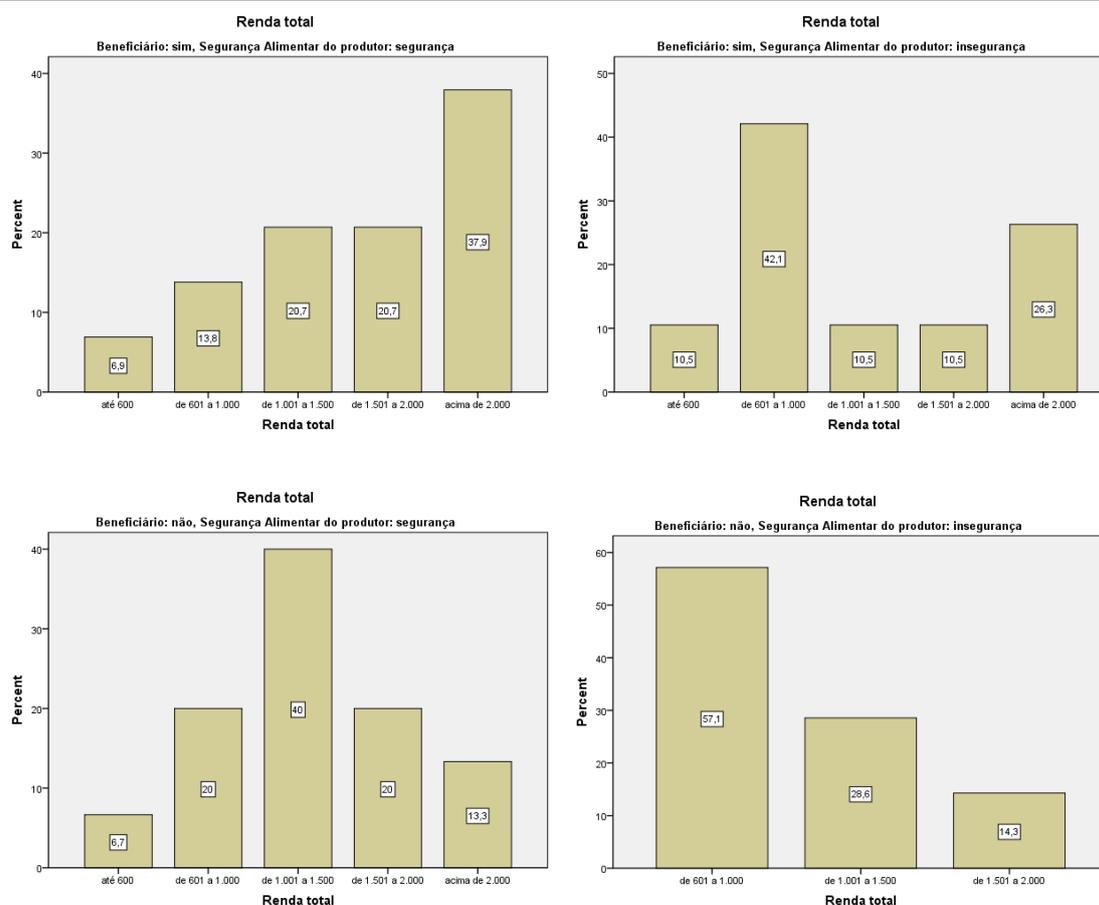
Fonte: Dados da pesquisa

Nos estabelecimentos familiares pesquisados, em particular onde a renda é exclusivamente da propriedade (renda agrícola), verifica-se que dentre os *BPs* com segurança alimentar 44,8% estão inseridos no limite de renda de até R\$ 1.000,00, contra 80% dos *NBPs*, já dentre os agricultores *BPs* classificados com insegurança alimentar, 84,2% estão alocados no limite de renda até R\$ 1.000,00 contra 71,4% dos *NBPs* com insegurança alimentar.

Isto leva a indícios de um percentual menor de segurança alimentar para os agricultores *NBPs*, que não é confirmado na pesquisa, onde os dados mostram um percentual maior de segurança alimentar para os que não receberam o PRONAF.

Ainda de acordo com a renda do agricultor, o gráfico 27 compara a renda total dos *BPs* e dos *NBPs* de acordo com o tipo específico de segurança alimentar.

Gráfico 27 – Renda mensal total



Fonte: Dados da pesquisa

Nas propriedades familiares pesquisadas, a renda total, (considerada a renda agrícola acrescida das provenientes de outras atividades ou da aposentadoria de algum membro da família), nota-se que a percentagem dos agricultores familiares *BPs* com segurança alimentar, apenas 20,7% está inserido no grupo com rendimentos de até R\$ 1.000,00, onde os não beneficiados pelo PRONAF, somam 26,7%.

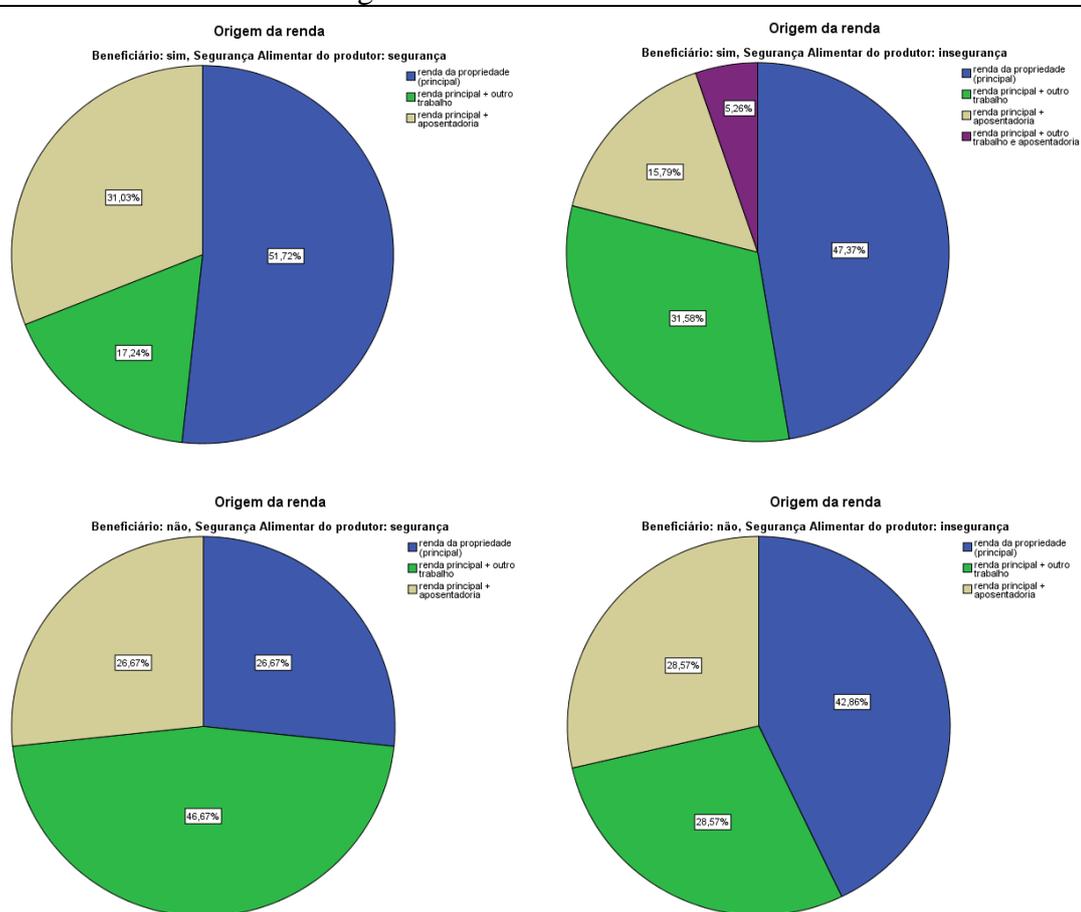
Continuando a análise, nota-se que dentre os *BPs* com insegurança alimentar o percentual dos agricultores que percebem uma renda de até R\$ 1.000,00 são 52,6%, já os não beneficiados este percentual chega a 57,1%. Entretanto, dentre os agricultores tanto dos *BPs* quanto dos *NBPs* o percentual de agricultores com segurança alimentar com renda de até R\$ 1.000,00 é bem maior quando analisado a renda agrícola em relação à renda total.

Então, os dados sugerem que a diversificação da renda através das atividades laborativas fora da propriedade está relacionada com a segurança alimentar dos agricultores familiares e não ter obtido ou não o PRONAF. O que leva ao encontro ao trabalho de

Guanziroli (2007) onde alega que não existe consenso a respeito dos impactos do PRONAF em relação ao crescimento da renda e à melhoria de vida dos agricultores e ao de Graziano e Del Grossi, (1997) onde trazem que as atividades agrícolas não demandem todo o tempo disponível das famílias rurais e não geram renda suficiente para todas as pessoas nela ocupadas em tempo integral, necessitando os agricultores, portanto, de complementar a renda familiar.

Ainda segundo a renda dos produtores, o gráfico 28 delimita a origem do rendimento de cada família beneficiada ou não pelo PRONAF, de acordo com o tipo característico de segurança alimentar.

Gráfico 28 – Origem da renda familiar



Fonte: Dados da pesquisa

Ao considerar a origem da renda dos agricultores e em especial dos que percebem somente a renda da propriedade, nota-se que os percentuais apurados diferem dos encontrados nos gráficos da renda agrícola, pois enquanto nestes são considerados apenas os

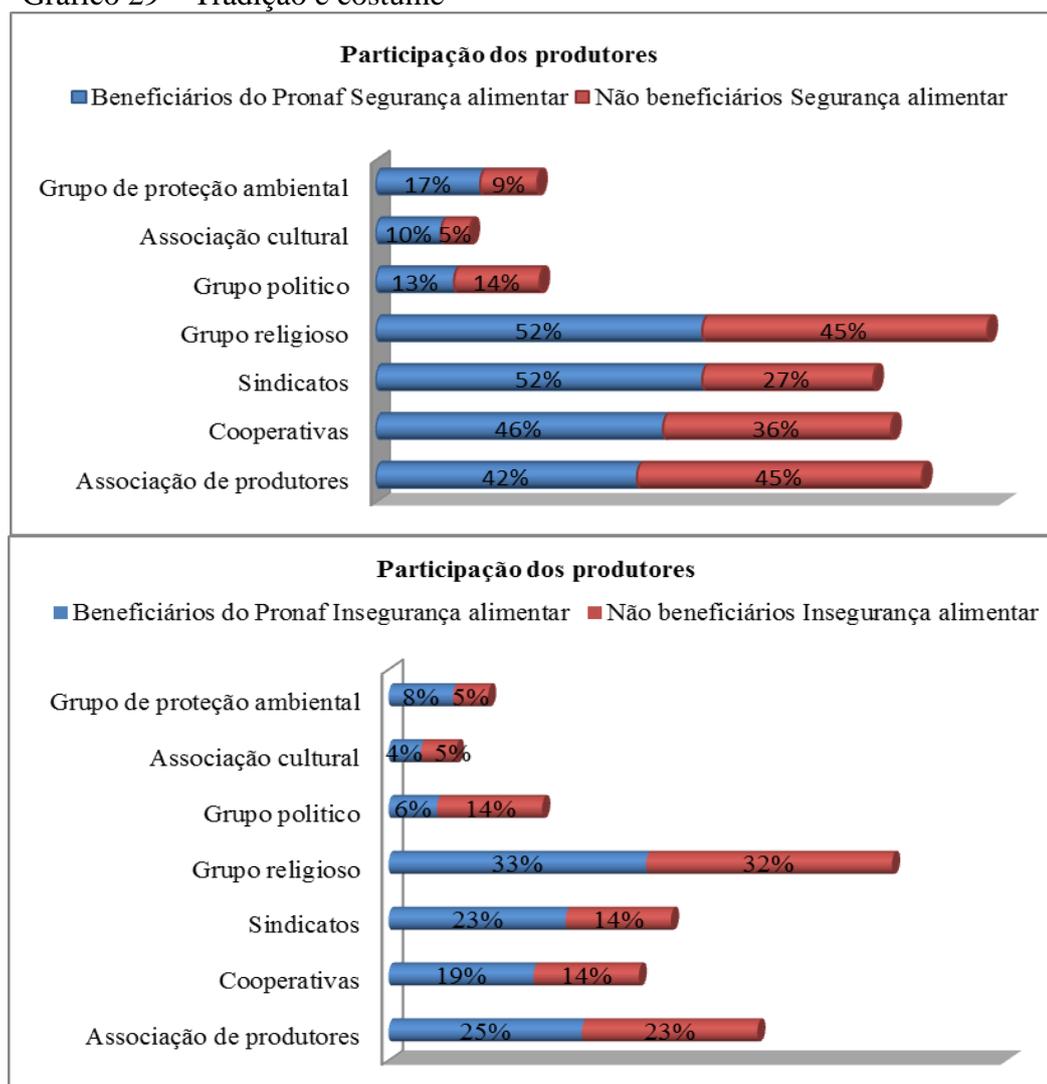
agricultores que vivem exclusivamente da renda da propriedade, naqueles foram considerados toda a amostra e excluída as outras rendas que não fossem da propriedade.

Compreende-se que o maior percentual de segurança alimentar apurado entre os *BPs* são dos que vivem exclusivamente da renda da propriedade, ao passo que dentre os *NBPs* existem evidências da força de outro trabalho e da aposentadoria rural para a segurança alimentar dos agricultores.

4.6 Tradição e costume

Ao descrever sobre a tradição e os costumes dos agricultores, o gráfico 29 proporciona os dados da participação dos agricultores nos diversos grupos relacionados à organização social dos produtores e confronta-os de acordo com a segurança alimentar.

Gráfico 29 – Tradição e costume



Fonte: Dados da pesquisa

Vale ressaltar que no contexto das organizações, (gráfico 29), a importância dos sindicatos para o estímulo aos produtores no tocante ao acesso ao PRONAF.

Percebe-se ainda que o percentual dos agricultores com segurança alimentar dentre os sindicalizados é maior do que aqueles com insegurança alimentar sejam eles, *BPs* ou não.

Nota-se também a influência das cooperativas para a segurança alimentar dos agricultores inseridos tanto no grupo dos *BPs*, quanto o grupo dos *NBPs*, indicando a importância destas organizações para os produtores dos grupos pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido com base nas investigações sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, efetividade e entraves organizacionais e seus efeitos nos elementos de segurança alimentar dos agricultores familiares de Itapuranga. Elementos como o nível de segurança alimentar, a escolaridade, a proteção social, o trabalho, a renda, o autoconsumo e as práticas ambientais foram analisadas durante o estudo.

No início deste trabalho foi levantada a seguinte hipótese: o PRONAF contribui significativamente para melhorar os níveis de segurança alimentar dos produtores familiares incluídos no programa. Os resultados da pesquisa sugerem que a segurança alimentar dos agricultores pesquisados independe da inserção ou não ao PRONAF.

Pela comparação de grupos e averiguação de frequências, com base nos dados coletados junto aos beneficiários e não beneficiários para a verificação dos efeitos do PRONAF em elementos de segurança alimentar, concluiu-se que o PRONAF exerce pouca ou nenhuma influência sobre a segurança alimentar dos agricultores pesquisados.

Existe indícios que as rendas auferidas fora da propriedade garantem uma maior segurança aos agricultores familiares, pois, os *BPs* com segurança alimentar 43% deles contam com uma renda proveniente de atividades laborativas fora da unidade rural, enquanto entre os *NBPs* este percentual eleva-se para 73%. Sugerindo uma influência das rendas auferidas fora da propriedade na segurança alimentar dos agricultores e que segundo Graziano e Del Grossi, (1997) as atividades agrícolas não geram renda suficiente para todas as pessoas nela ocupadas em tempo integral, necessitando os agricultores, portanto, de complementar a renda familiar.

A partir da técnica de análise de comparação de grupos de produtores *BPs* e produtores *NBPs* sobre a relação entre o PRONAF e as condições de saúde e trabalho dos trabalhadores concluiu-se que mais de 70% das famílias pesquisadas não consomem bebidas alcoólicas nem fazem uso de cigarros, quanto aos problemas de saúde na família, percebe-se que foram maiores entre os *NBPs*, o que sugere pouca influência do PRONAF.

Os dados e respectivos resultados conseguidos pela aplicação do questionário contribuíram significativamente para a pesquisa de modo geral, no entanto, ressalva-se sua importância para constituição de frequências que cooperaram para averiguar a assiduidade relacionada aos grupos de produtores *BPs* e produtores *NBPs* quanto ao item educação, onde vale ressaltar que o grau de escolaridade dos *BPs* são superiores aos dos *NBPs*.

O autoconsumo foi um dos pontos de destaque da pesquisa no contexto da verificação da influência do acesso dos produtores familiares ao PRONAF. Neste contexto, avaliou-se que os grupos de produtores *BPs* e produtores *NBPs* obtiveram resultados que sugerem que os *NBPs* se utilizam de um maior percentual de sua produção para o consumo próprio. O que leva a crer que os *NBPs* diversificam mais suas atividades produtivas.

Na diversificação da produção agrícola verificada através da pesquisa, com a consequente comparação de grupos verificou-se resultados favoráveis aos *NBPs* o que indica a preocupação de parte dos beneficiários com a monocultura, sugerindo que não existe influência do PRONAF na diversificação da produção.

Na comparação entre grupos de *BPs* e *NBPs* quanto às práticas ambientais com base nos resultados evidenciados e análises realizadas, conclui-se que existe uma vantagem comparativa para os *BPs* com relação às variáveis, curva de nível, adubação verde e reflorestamento, indicando influência do PRONAF nestas variáveis.

Dente os itens que fazem parte do arcabouço da segurança alimentar, um em especial apresentou resultados significativos em termos comparativos entre *BPs* e *NBPs*, trata-se da relação entre o PRONAF e as redes de proteção sociais. Os resultados permitiram verificar que apenas 27,1% dos *BPs* recebem a bolsa família, contra 40,91% dos *NBPs*.

Nesse entendimento, conforme os resultados obtidos consideram-se alcançados os objetivos de avaliar os efeitos do PRONAF em elementos de segurança alimentar dos agricultores em questão.

Os agentes envolvidos nas atividades do PRONAF em Itapuranga são o Banco do Brasil, agente financeiro e repassador dos recursos; Agencia Rural como fornecedora da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e prestadora de assistência técnica; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, também fornecedor da DAP; e Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI) que presta assistência com projetos aos agricultores cooperados ou não.

A dificuldade na aquisição do crédito é, em parte, pelo excesso de austeridade do banco nos estudos das propostas apresentadas, uma vez que num passado recente houve uma liberação generalizada causando uma inadimplência acima dos padrões exigidos pela instituição financeira e em parte pela desinformação dos agricultores familiares.

Os dados apresentados sugerem a existência de uma deficiência na assistência técnica, em parte pelo reduzido tamanho do corpo técnico das instituições oficiais de

assistência técnica no município, que seria insuficiente para dar orientação individualizada aos agricultores e em parte pela falta de verbas para fazer frente às despesas operacionais.

Verificou-se que a linha de crédito do PRONAF carece de acompanhamento quanto à finalidade e aplicação dos recursos, a fim de reforçar a eficiência na utilização dos recursos e melhorar o sistema de políticas necessárias para promover a efetiva consolidação do agricultor familiar. Portanto, é fundamental introduzir responsabilidades a todos os envolvidos no processo, fazendo com que os envolvidos, Instituições financeiras (bancos), assistência técnica, sindicatos, amplie o compromisso com os resultados e a melhor aplicabilidade dos recursos, uma vez que os custos para os cofres públicos é bastante significativo, como colocado por Abramovay (2002), para cada real emprestado aos produtores, o Governo Federal gasta quarenta e um centavos, dos quais a metade com a intermediação bancária e a outra metade com o agricultor, sob a forma de rebate por pagamento em dia e subsídio à taxa de juros.

Conclui-se ainda, com base nos resultados deste estudo que existe uma carência de políticas públicas que ratifiquem a problemática tratada no estudo assim como com os objetivos elencados e apresentados.

Assim sendo, diante dos dados apresentados, justifica-se a proposição de uma pesquisa ampla, sobre os efeitos da renda familiar auferida através das atividades laborativas fora da propriedade rural, na segurança alimentar dos agricultores familiares, para verificar se sua influência é localizada na região pesquisada ou não. Somada a isto, sugere-se que estudos posteriores venham a investigar a relação entre os programas voltados à agricultura familiar com a diversificação da produção, da pluriatividade, das questões fundiárias, da aposentadoria rural e outros.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para agricultura familiar. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1997, Brasília. **Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rurais**. Brasília: PNUD, 1997, 29 p.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp: Hucitec, 1992.
- _____. Uma nova extensão para a agricultura familiar. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Vol. 15, nº 1, 132-152, jan/abr. 1998.
- _____. O peso da intermediação bancária no PRONAF. **Gazeta Mercantil**, p. A3, abr. 2002.
- ALMEIDA, L. M. M. C. **Estruturas de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: análise Comparativa entre Municípios Paulistas**. Campinas: UNICAMP/Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008. 220 p. Relatório Técnico-Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país.
- BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do crédito Rural**. 2009. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br>>. Acesso em: 10 março 2010.
- _____. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/CreditoRural/pronaf>>. Acesso em: 10 março 2010.
- BARRIL, G. A. y ALMADA, F. **La Agricultura Familiar en los países del Cono Sur** - Asunción: IICA, 2007. 189 p.
- BAZUA, F.; VALENTI, G. Hacia um enfoque amplo de políticas públicas. In Revista de Administración Pública. **Políticas Públicas**. Mexico, n. 84, enero-junio, 1993.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan-jun. 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). **Lei Agrícola**, de 1995.
- _____. **Estatuto da Terra**. 13 ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____. **Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política agrícola. Poder Executivo, Brasília, DF, 1991.
- _____. **Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992**. Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. Poder Executivo, Brasília, DF, 1991.
- _____. **Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003**. Dispõe sobre repactuação e alongamento de dívidas. Poder Executivo, Brasília, DF, 1991.

_____. **Projeto de Lei nº 6.047/2005**: Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Poder Executivo, Brasília, DF, 2005.

_____. **Lei nº 11.318, de 05 de julho de 2006**. Dispõe sobre o plano plurianual 2004/2007. Poder Executivo, Brasília, DF, 2006.

_____. MDA/SAF. **Evolução do Pronaf**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2010.

_____. MDA. **Plano Safra 2009/10**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programas**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: Questões para debate. Brasília, DF: IICA, 2006.

_____. **Trajatória recente da política agrícola brasileira**. Projeto Cooperação Técnica FAO/INCRA. Brasília, DF: UNICAMP, 1997.

BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A.; GUANZIROLI, C. E. **Agricultura Familiar: Um estudo de Focalização Regional**. In: XLII Congresso Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Cuiabá: SOBER, 2004.

CAMPOS, C. A. **Estruturação do Indicador de Sustentabilidade Dashboard Aplicado à Produção Familiar de Frutas Orgânicas no Município de Itapuranga-Go**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

CARVALHO FILHO, J. J. Políticas agrárias do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In: LEITE, S. et al. (Orgs). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. P.193-223.

CAVALCANTI, P. A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2007.

CAUME, D. J. **A agricultura familiar no Estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997.

_____. Segurança Alimentar, Reforma Agrária e Agricultura Familiar. **Revista da PROEC**, Vol. 5, No. 1, abr 2003.

COHEN, E. e FRNACO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 312 p.

DELGADO, N. G. Política econômica ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. et al. (Orgs). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p.15-52.

ENRIQUEZ, C. G. e ROCA RUIZ, M. S. (Coord). Política e Democracia. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2001. Lecturas de Ciencia Política.

FARIA, R. M. Avaliação de programas sociais: evoluções e tendências. In: **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**, São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 1998.

FIGUEIREDO, M. F. e FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. In: **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.1, n.3, set/dez, 1986.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GOIÁS. Secretaria do planejamento e desenvolvimento do estado de Goiás (SEPLAN). Superintendência de estatística, pesquisa e informação (SEPIN). **Histórico dos municípios**. Goiânia, 2007. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/seplin>>. Acesso em: 10 mai. 2010a.

_____. Indicadores econômicos estatísticos básicos: Itapuranga, pólo regional com crescimento econômico sustentável. **Economia & Desenvolvimento: Conjuntura socioeconômica de Goiás**, n. 24, nov-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/ver/revista24/cap10.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2010b.

GRAZIANO, J. S. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

GRAZIANO, J. S.; DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro, In: XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, **Anais...**, Natal, Sober, 1997. p.759-785.

GUANZIROLI, C. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45 n. 2 p. 301-328, abr-jun. 2007.

GUANZIROLI, C. E.et .al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 jun 2010.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1997. 336 p.

LIMA, A. P. et al. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidade de trabalho com agricultores. Ijuí: Unijuí, 1995. 176p.

MALUF, R.S. Política econômica ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. et al. (Orgs). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. P.145-168.

MALUF, R. S.; MENEZES F.; VALENTE, F. **Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: Ágora/Redecapa/Riad, 1995.

MATOS, G. R. **Sistema de produção de agricultores familiares fruticultores de Itapuranga- GO**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Série Estudos 12 NEAD. MDA, Brasília, 2006.

OSAKI, M.; BATALHA, M. O. **Efeito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) na comercialização de milho e soja nas cinco regiões geográficas do Brasil**. In: XLVII Congresso Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Porto Alegre: SOBER, 2009.

PAULILLO, L. F. O. E.; ALMEIDA, L. M. M. C. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. XI, n. 1, p. 45-67, 2006.

REZENDE, G. C. Política de preços mínimos na década de 90: dos velhos aos novos instrumentos. In: LEITE, S. et al. (Orgs). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. P.121-144.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, n. 2, abr-jun. 2005.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países de capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**. v 24, n. 3. Campinas: Abra, set-dez. 1994.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254 p.

SEGAL-CORREA, A. M.; SALLES-COSTA, R. Novas possibilidades de alimentação a caminho? **Democracia Viva**, n. 39 p. 68-73, jun. 2008.

SEGAL-CORREA, A. M.; MARIN-LEON, L. **A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009**. Segurança Alimentar e Nutricional. 2009.

SEGAL-CORREA, A. M.; MARIN-LEON, L. HELITO, H. PÉREZ-SSCAMILLA, R. SANTOS, L. M. P. PAES-SOUZA, P. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. **Revista de Nutrição**, n. 21p.39s-51s, Campinas, jul./ago., 2008.

SIQUEIRA, L. H. S. **As Perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

Porto Alegre, 2004.

SOUZA, C. Estado do campo da pesquisa em políticas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n.51, fev. 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre. In, **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16 dez, 2006.

TENÓRIO, F. G. (Coord.). **Avaliação de projetos comunitários: uma abordagem prática**. São Paulo: Loyola, 2000.

TRALDI, D. R. C. **Efetividades e entraves do Programa Bolsa Família no município de Araraquara/SP: um olhar sobre a segurança alimentar dos beneficiários**. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário de Araraquara, 2011.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 696p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento agrícola**. Uma visão histórica. São Paulo: HUCITEC, 1991.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS
PROGRAMA DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

QUESTIONÁRIO

Pesquisa do perfil socioeconômico e sócio-demográfico das famílias beneficiárias e não beneficiária do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF em Itapuranga (GO)

Nº do questionário

Nome do entrevistador:

Local da entrevista:

Entrevista: Data: ___/___/___ Horário: ___ : ___

I - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE RURAL

**1. Nome da
propriedade** _____

2. Condição do produtor:

() Proprietário () Arrendatário () meeiro () outro

3. Distância da sede do município:

() até 5 Km () de 5 a 10 Km () de 10 a 20 Km () acima de 20 Km

**4. Área da
propriedade:** _____

5. Possui reserva legal:

() Sim () Não

6. Principais atividades produtivas do último ano agrícola:

Atividades Produto	Quantidade Produzida	Destino			
		Comércio		Quantidade Autoconsumo	Quantidade Consumo animal
		Quantidade	Valor		

7. Nos últimos 2 anos, quais foram os investimentos realizados na propriedade?

Tipos de investimentos	Valor em R\$
() aquisição de terras	
() aquisição de equipamentos ou máquinas	
() reforma da casa da propriedade	
() construção ou reforma das benfeitorias da propriedade	
() aquisição de veículos	
() aquisição de propriedade na cidade	
() outras	

II - ASPECTOS AMBIENTAIS

1. Quais as fontes de água utilizadas para o abastecimento da propriedade?

2. Quais os tipos de cuidados vocês têm com a utilização da água na propriedade?

3. Quais práticas de conservação do solo são utilizadas em sua propriedade?

() Curva de nível () plantio direto () rotação de culturas
 () adubação verde () reflorestamento () nenhuma

4. Existem outras práticas de proteção ambiental em sua propriedade? Quais?

III – INSERÇÃO OU NÃO AO PROGRAMA

1. É beneficiário (a) do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF?

Sim

Não (pular para o 10)

2. Qual o valor último financiamento recebido: R\$ _____

3. Em sua opinião, o valor foi suficiente? Sim Não

Se não, por quê? _____

E quanto deveria aumentar? R\$ _____

4. Há quanto tempo é beneficiário do Pronaf? _____ anos

5. Acessou o programa mais de uma vez?

Quantas? _____

6. Teve dificuldade para obter financiamento do programa? Quais? _____

7. Teve dificuldade para liquidar o financiamento?

Sim

Não

8. Teve assessoria técnica ou creditícia?

Sim

Não

9. Qual sua avaliação do programa?

Muito Bom

Bom

Regular

Ruim

10. Qual o motivo da não inclusão ao programa: _____

IV - CARACTERIZAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR/FOME

Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA)

Agora vou ler para a (o) Sra. (Sr.) algumas perguntas sobre a alimentação em sua casa. Elas podem ser parecidas umas com as outras, mas é importante que a (o) Sra. (Sr.) responda todas elas.

EM TODOS OS QUESITOS, O ENTREVISTADOR DEVE REFERIR OS ÚLTIMOS 3 MESES PARA ORIENTAR

1. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que a(o) Sra.(Sr.) tivesse condição de comprar mais comida?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

2. Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que a(o) Sra.(Sr.) tivesse dinheiro para comprar mais ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

3. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

OS QUESITOS 4 A 6 DEVEM SER RESPONDIDOS APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 18 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES)

4. Nos últimos 3 meses , a(o) Sra.(Sr.) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar os moradores com menos de 18 anos, porque o dinheiro acabou ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

5. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) não pôde oferecer a algum morador com menos de 18 anos uma alimentação saudável e variada, porque não tinha dinheiro?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

6. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos não comeu em quantidade suficiente, porque não havia dinheiro para comprar a comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

7. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

8. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) alguma vez comeu menos do que achou que devia,

porque não havia dinheiro o suficiente para comprar comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

9. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

10. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

11. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer, ou teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

***OS QUESITOS 12 A 15 DEVEM SER RESPONDIDOS APENAS EM
DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 18 ANOS (CRIANÇAS E/OU
ADOLESCENTES)***

12. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.), alguma vez, diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

13. Nos últimos 3 meses, alguma vez algum morador com menos de 18 anos deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

14. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos teve fome, mas a(o) Sra.(Sr.) simplesmente não podia comprar mais comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

15. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos ficou sem comer por um dia inteiro, porque não havia dinheiro para comprar a comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

VI- CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

1. A (o) Sra.(Sr.) é a(o) responsável pela família?

1() Sim 2() Não (Neste caso, inicie o quadro abaixo pelo chefe da família)

2. QUADRO DE CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS:

Anote, com os códigos correspondentes, as informações de todos os moradores do domicílio principal, começando pelo chefe da família.

Nº de ordem	Primeiro nome do morador	Sexo	Idade (anos ou meses)	Relação de parentesco com o chefe do domicílio
		M/F	a/m	1.Chefe do domicílio 2.Esposo(a)/companheiro(a) 3.Filho(a)/enteado(a) 4.Pai, mãe, sogro(a) 5.Irmão(ã) 6.Outro parente 7.Agregado(a)
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

3. QUADRO DE CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS – ESCOLARIDADE E TRABALHO

	Freqüenta creche ou escola?	(se freqüenta creche ou escola) Qual o nível que freqüenta?	(se não freqüenta) Até que série estudou e completou?	Qual é a condição de atividade e ocupação? (poderá ser assinalada mais de uma opção)	(apenas para a área RURAL) Toca a lavoura/ criação?
	1.Não 2.Sim, pública 3.Sim, privada	1.Creche 2.Pré-escola 3.Ensino Fundamental 4.Ensino Médio 5.Supletivo do E. Fundamental 6.Supletivo do E. Médio 7.Pré-vestibular 8.Superior 9.Mestrado/ Doutorado 10.Não sabe	1.Sem escolaridade 2.Não sabe ler e escrever 3.Sabe ler e escrever 4.Fundamental (1ª a 4ªsérie) 5.Fundamental (5ª a 9ªsérie) 6.Ensino Médio Incompleto 7.Ensino Médio Completo 8. Superior Incompleto 9. Superior Completo 10.Não sabe	1 Empregado permanente, sem contar o trabalho na propriedade 2.Empregado temporário 3.Conta própria 4.Empregador 5.Trabalhador não remunerado (para membros da família) 6.Aposentado 7.Pensionista 8.Procura emprego 9.Estudante 10.Dona de casa 11. Não se aplica	1.Não 2.Sim, o dia todo 3.Sim, parte do dia 4.Sim, parte da semana 5.Sim, no fim de semana 6.Sim, durante a safra 7.Não se aplica
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					

4. QUADRO DE CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS COM PESSOAS MENORES DE 18 ANOS

	(Somente para menores de 14 anos) A escola/creche oferece alguma refeição?	O transporte escolar é gratuito?	(Somente para menores de 24 meses) A criança mama no peito?	(Somente para menores de 24 meses) Além do leite materno a criança toma água, suco, outro leite ou come algum alimento?	Alguma criança menor de 14 anos tem algum trabalho fora de casa?
	1.Não 2.Sim, 1 vez/dia 3.Sim, 2 vezes/dia 4.Sim, mas não come porque não gosta	1.Não 2.Sim	1.Não 2.Sim	1.Não 2.Sim	1.Não 2.Sim, não remunerado 3.Sim, com algum tipo de remuneração
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					

VI - CARACTERIZAÇÃO DO PADRÃO DE CONSUMO ALIMENTAR DO BENEFICIÁRIO

1. Quantos dias por semana a(o) Sra.(Sr.) faz as seguintes refeições?

Refeição	Nº de dias por semana
1 Café da manhã/desjejum	
2 Almoço	
3 Jantar/lanche da noite	

VII- APOIO E PROTEÇÃO SOCIAL

1. Os moradores deste domicílio recebem ajuda, em forma de alimento, de alguma instituição ou de alguma pessoa não moradora da casa para sua alimentação?

1() Sim 2() Não (pular para 3) 3() Não sabe/não responde (pular para 3)

2. Que tipo de ajuda? LEIA TODAS AS OPÇÕES, IDENTIFIQUE QUANTIDADE, FREQUÊNCIA E DOADOR

TIPO	A quantidade é:	DOADOR
	1. Regular 2. Esporádica	1. Governo 2. Familiares 3. Amigos 4. Igreja 5. Empregador de algum morador 6. Feira livre (sobras) 7. Restaurantes/padaria/lanchonete 8. Outros
1 Cesta básica		
2 Leite em pó/caixinha/saquinho		
3. Vegetais e frutas		
4 Outros alimentos		
5 Refeições prontas		

3. Nestes últimos 6 meses, algum morador deste domicílio recebeu ajuda em dinheiro?

- 1() Sim, Bolsa Família
 2() Sim, do PET (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)
 3() Sim, Auxílio a portadores de Deficiência/ Idosos
 4() Sim, Programa Estadual
 5() Sim, Programa Municipal
 6() Sim, de parentes, amigos ou organizações comunitárias.
 7() Não
 8() Não sabe

4. Desde quando sua família recebe essa ajuda?

Período	Bolsa Família	PET*	Programas de SAN	Outros Programas
1. Anterior a janeiro de 2009				
2. A partir de 2009				
3. A partir de 2010				
4. Não sabe/não responde				

***Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**

VIII - CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO E DA RENDA DA FAMÍLIA

1. Preencha o quadro abaixo com as informações de renda de todos os moradores do domicílio que trabalham empregados ou em propriedade agrícola, que são aposentados ou pensionistas (utilize a coluna Renda principal). Especifique sempre que existirem segundo e terceiro trabalhos na coluna outro trabalho. (01 chefe do domicílio)

N ° de Ordem	Nome	Rendimento Mensal em R\$	
		Renda principal	Outro trabalho
01			
02			
03			
04			
05			

2. Ao adquirir os alimentos para o consumo da família, como são feitos os pagamentos desta compra? (pode haver mais de uma opção)

- 1() Pagamento à vista 2() Pagamento a prazo 3() Sistema de cadernetas
4() Com o trabalho 5() Outros 6() Não sabe/não responde

3. Os moradores deste domicílio têm dívidas relativas à compra de alimentos?

- 1() Sim 2() Não 3() Não sabe/não responde

4. Quanto em dinheiro é gasto com as despesas de alimentação durante o mês?

- R\$ _____ 1() Não sabe/não responde

5. Em sua opinião, a renda total de sua família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com:

- 1() Muita dificuldade 2() Dificuldade 3() Alguma dificuldade
4() Alguma facilidade 5() Facilidade 6() Muita facilidade
7() Não sabe/não responde

IX – TRADIÇÃO E COSTUME

Em relação à participação social da família na comunidade local (assinalar se participa pelo menos um membro da família)

Especificação	Participação
Associação de produtores/agricultores	() Sim
Cooperativas	() Sim
Sindicatos de trabalhadores	() Sim
Grupo religioso	() Sim
Grupo político	() Sim
Associação cultural (esportiva, arte, música)	() Sim
Associação de proteção ambiental	() Sim